

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável



**Conselho de Desenvolvimento Sustentável
do Território de Irecê**

**PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL - PTDRS**

Coordenador Territorial
Mário Augusto de Almeida Neto

Articuladores Territoriais
Juliany Mendes
Paula Silva

Articulador Estadual
Ivan Leite Fontes

Colaboradores
Ana Cláudia Gomes
Cláudio Lasa
Ildes Ferreira
Robson Andrade
Wilson Dias

Novembro de 2010

AGRADECIMENTOS

*Enfrentar o desafio de elaborar um **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável**, dispondo assim de um guia para a construção do nosso futuro, só foi possível porque houve a decisão e a vontade política de todas as organizações da sociedade civil e instituições públicas. Registrados, aqui, nosso agradecimento a cada um e cada uma que participaram, ativa e anonimamente, dos vários momentos - reuniões, oficinas, seminários, processo de sistematização - norteados pela utopia da construção da justiça social e da paz, em especial ao CAA e FETAG, pela capacidade de animação das pessoas e dos grupos, aos companheiros e técnicos da CET, SDT, SUAF/SEAGRI e MOC pelas contribuições técnicas.*

Mário Augusto

Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê

Comitê Gestor

Poder Público	Sociedade Civil
BNB - João Pereira Machado	CAA - Mário Augusto de Almeida Neto (Jacó)
CEF - Raimundo Almeida	CETA - Guilherme Lopes Gomes
CODEVASF - Luiz Alberto Barbosa de Souza	COPIRECÊ - Valterney Dourado Rodrigues
CONAB - Fausto Carvalho G. de Almeida	FETAG - Humberto Gomes da Silva
EBDA - Joelson Vaz Bastos de Matos	Pólo Sindical - João Pereira da Cruz
Prefeitura Municipal de Canarana	FUNDIFRAN
Ezenivaldo Dourado	José Marcelino da Silva
SEBRAE - Reinaldo Borges Mendes	GARRA - Tomé Carneiro da Silva

Colegiado Territorial¹

Sociedade Civil (88 membros)	Poder Público (88 membros)
20 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	20 Prefeituras Municipais
ASA	ADAB
CAA	BB
COOPERJ	BNB
COPIRECÊ	CEF
COAFTI	CODEVASF
FETAG	CAR
GARRA	CONAB
Cáritas Diocesana	EBDA
Polo Sindical	SEBRAE
UNAC – Canarana	INGA
MPC – Xique-Xique	UNEB
COPAF	UFBA
Quilombola	EMBASA
Sintagri	SETRE
Assoc. Mulheres de Mulungu	Bahia Pesca
Agrocopi – Barro Alto	IMA
Credirural – Irecê	DIREC
Pastoral da Criança	CETEPI
MST	DIRES
Marias em Movimento – Uibaí	EBAL
Agência – Xique-Xique	CHESF
CETA	CERB
Cooperativa dos Pescadores	Associação de Vereadores
COAPTI-Cooperativa do Mel	IFET

¹ Também conhecido como “Assembléia”.

SUMÁRIO

Siglas	5
Índice dos Quadros	7
Introdução	8
Composição, localização e configuração espacial	10
Parte 1 – Construção do Processo	12
CAPÍTULO I – Metodologia.....	13
CAPÍTULO II – As articulações	16
As Atribuições do Conselho de Desenvolvimento do Território de Irecê	16
Comitê Gestor	17
Núcleo Técnico	17
Grupos de Trabalho.....	17
CAPÍTULO III - O Processo e a Dinâmica do Território	19
Oficinas para elaboração do PTDRS	19
Colegiado /Assembléia Territorial.....	20
Parte 2 – Diagnóstico Territorial	21
Formação histórica.....	22
Aspectos Geoambientais.....	24
População e Demografia	27
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	31
Vulnerabilidade Social.....	33
Educação	35
Saúde, Saneamento e Moradia	39
Cultura.....	41
Gênero e Etnia.....	45
CAPÍTULO IV - Aspectos Econômicos	46
Estruturas Agrária e Produção Agropecuária	46
PIB e Finanças Públicas.....	54
Crédito.....	55
ATER / ATES	56
Beneficiamento e Comercialização da Produção	58
Atividades não-agrícolas	58
Níveis de Renda	59
Índice de Desenvolvimento Econômico e Social	62
Potencialidades	62
CAPÍTULO V - Gestão Social do Desenvolvimento Territorial	66
O Planejamento.....	66
Visão de Futuro do Território	67
Capital Social	68
Parte 3 – Gestão Social do Desenvolvimento Territorial.....	73
CAPÍTULO VI - Eixos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais	74
Dimensão Econômica	74
Dimensão Ambiental.....	76
Dimensão Político-institucional.....	79
Dimensão Sociocultural.....	81
Capítulo VII - Planejamento operacional	88
Considerações Finais	119
Referências	120

Siglas

ACOOJUS- Associação dos pequenos produtores rurais de Jussara
ADAB - Associação de Defesa Agropecuária da Bahia
ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste
APA - Área de Proteção Ambiental
APLB - Associação de Profissionais de Magistério Licenciados da Bahia
ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental
BB - Banco do Brasil
BNB - Banco do Nordeste
CAA - Centro de Assessoria do Assuruá
CAGED - Cadastro Geral de Empregados E Desempregados
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBRVJ - Comitê de Bacias dos Rios Verde E Jacaré
CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrícola
CDC – Centro Digital de Cidadania
CEBATSA - Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas para o Semiárido
CEF - Caixa Econômica Federal
CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERB - Companhia de Engenharia Rural da Bahia
CETA - Coordenação de Trabalhadores/as Acampados/as e Assentados/as
CETEPI- Centro de Educação Profissional do Território de Irecê
CF8- Centro Feminista 8 de março
CGSP - Ciclo da Gestão Social Participativa
CGT - Comitê Gestor do Território
CIAT - Comissão de Implantação de Ações Territoriais
CMDRS's - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMS's - Conselhos Municipais de Saúde
COAPRE - Cooperativa Agropecuária do Polo de Remanso Ltda.
CODETER - Conselho de Desenvolvimento Territorial
CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOAGRI - Cooperativa da Agricultura da Região de Irecê
COOPERFRUTH - Cooperativa de Frutas de Presidente Dutra
COOPERJ - Cooperativa dos Empreendedores Rurais de Jussara
COOPESAGRI - Cooperativa da Escola de Agricultura de Irecê
COOPIRECÊ - Cooperativa de Irecê
COAFTI - Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê
COAPTI- Cooperativa dos Apicultores do Território de Irecê
CSA - Convivência com o Semiárido
DFMA - Delegacia Federal do Ministério de Agricultura
DOU - Diário Oficial da União
DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EFA's - Escolas Família Agrícola
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPE's - Estudo das Potencialidades Econômicas
ESAGRI - Escola de Agricultura da Região de Irecê
FARBA - Federação dos Agricultores na Agricultura Familiar
FEEC - Fórum Estadual de Educação do Campo
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenv. do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FUNDIFRAN - Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco
GARRA – Grupo de Apoio e de Resistência Rural e Ambiental
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPETERRAS - Instituto de Permacultura de Irecê
LDB - Lei de Diretrizes Básicas
MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério de Educação
MinC - Ministério da Cultura
MMA - Ministério de Meio Ambiente
MS - Ministério da Saúde
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE - Ministério de Trabalho e Emprego
ONG's - Organizações Não Governamentais
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCF - Programa Crédito Fundiário
PEA - População Economicamente Ativa
PIA - População em Idade Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PIBM - Produto Interno Bruto Municipal
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPIGRE - Programa da Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PROINF – PRONAF Infra – Estrutura e Serviços
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais
PSF – Programa Saúde da Família
PST - Plano Safra Territorial
PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RA – Reforma Agrária
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RNB - Rede Nordeste de Biodiesel
SAB – Semi - Árido da Bahia
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAGRI – Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas
SEI – Superintendência de Estatísticas e Informações
SETRAS – Secretaria de Trabalho e Ação Social
SRH – Superintendência Estadual de Recursos Hídricos
SUAF – Superintendência de Agricultura Familiar
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TMI – Taxa de Mortalidade Infantil
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UNEB - Universidade do Estado da Bahia
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
VBPA - Valor Bruto da Produção Agropecuária

Índice dos Quadros

Quadro I – Evolução da População no período de 1991 a 2009.....	29
Quadro II – Composição da População apor grupos de idade, 2000.	30
Quadro III- População residente por situação de domicílio e grau de urbanização nos municípios do Território Irecê, 2000.....	30
Quadro IV - IDH-M nos municípios do Território Irecê em relação	32
Quadro V - Proporção de domicílios com crianças de até 14 anos de idade, com rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo e com responsável com menos de 04 anos de estudo, por grupo de idade das crianças, 2000.....	33
Quadro VI – Percentual de pessoas consideradas pobres e daquelas que estão em situação inferior da pobreza, 2003.....	34
Quadro VII – Número de Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e Valores das Transferências Mensais	34
Quadro VIII - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos e mais de idade e diferença das taxas dos municípios em relação à do Território	36
Quadro IX - Taxa de analfabetismo da população residente de 10 anos ou mais de idade, por situação de domicílio nos municípios do Território Irecê.....	37
Quadro X – Proporção de pessoas com 15 anos ou mais e com menos de 04 anos de Estudo, por sexo.	37
Quadro XI – Número de Matrículas na Pré-Escola, Ensino Fundamental e Médio, redes pública e privada.	38
Quadro XII - Mortalidade infantil nos municípios do Território Irecê (%)	40
Quadro XIII – Número de Centros de Saúde, 2006.....	41
Quadro XIV - Perfil da estrutura fundiária do Território Irecê	47
Quadro XV - Distribuição dos estabelecimentos rurais, conforme a condição do produtor – Território Irecê.....	47
Quadro XVI - Valor da produção de lavouras permanentes Território Irecê.....	50
Quadro XVII – Presença da Pecuária, por Município, 2006 (numero de cabeças)	52
Quadro XVIII – Variação em % dos rebanhos de bovino e caprino, 2004-2006.	53
Quadro XIX – Valor Anual da Produção do Território de Irecê, por tipo de atividade, 2000.	54
Quadro XX – Composição do Produto Interno Bruto (PIB), por Município, 2007 (R\$ 1.000,00)	54
Quadro XXI – Valores dos Orçamentos Municipais Executados e das Receitas oriundas de transferências governamentais, 2008 (R\$)	55
Quadro XXII - Nº de agricultores familiares atendidos e equipe técnica disponível de ATER	57
Quadro XXIII - Número de pessoas e famílias e proporção com renda familiar <i>per capita</i> de até ½ salário mínimo mensal, nos municípios do Território Irecê	60
Quadro XXIV - Pessoal ocupado conforme a categoria no Território.....	61
Quadro XXV - Índice de Desenvolvimento Social e Econômico	62
Quadro XXVI – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Econômica	74
Quadro XXVII – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Ambiental	78
Quadro XXVIII – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Político-Institucional	80
Quadro XXIX – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Sociocultural	86
Quadro XXX – Detalhamento dos Eixos Estratégicos, Programas e Projetos	88
1. Projetos da Dimensão Econômica	88
2. Projetos da Dimensão Ambiental	99
3. Projetos da Dimensão Político-Institucional	114
4. Projetos da Dimensão Sócio-cultural	117

INTRODUÇÃO

No ano de 2003, para dar cumprimento e implementar as estratégias e ações previstas na política de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), executada pelo MDA no âmbito da SDT, a região de Irecê foi escolhida, junto com outras, para participar do PRONAT no estado da Bahia².

A política de DRS tem como finalidade articular, promover e apoiar iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos capazes de viabilizar o desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais, buscando reduzir as desigualdades regionais e sociais, integrando-os aos processos de desenvolvimento nacional e promovendo a melhoria das condições de vida das populações. O grande desafio enfrentado por esta política e seus gestores é articular e construir institucionalmente os territórios, a partir da composição de identidades regionais, considerando-os espaços privilegiados para a concretização das políticas e das estratégias de desenvolvimento sustentável.

Todo este esforço tem como horizonte prioritário a superação da pobreza e a constituição de outro paradigma de desenvolvimento, pautado em inovadoras relações entre o Estado e Sociedade quanto à elaboração e implementação de políticas públicas. O enfoque territorial para o desenvolvimento apresenta uma nova concepção onde os aspectos ambiental, econômico, social, histórico-cultural, político e institucional interagem no espaço do território, conferindo identidade e definindo o sentido de pertencimento da sua população.

A identificação de regiões (territórios) com realidades e problemáticas similares resulta em ações estratégicas que consideram não mais o município isoladamente. Como elemento estimulador para essa visão do desenvolvimento, instituições públicas de crédito e financiamento passam a vincular a liberação de recursos a planos que integrem municípios, mantenham espaços comuns de discussão das alternativas locais e sejam potencialmente positivos para todo o Território.

² O Programa abarcou inicialmente os Territórios de Irecê, Velho Chico, Sisal, Chapada Diamantina, Baixo Sul e Litoral Sul; posteriormente foram se incorporando em distintos momentos Piemonte de Paraguaçú, Bacia do Rio Jacuípe, Bacia do rio Corrente e Sertão do São Francisco, todos diretamente vinculados à SDT. Há também 04 Territórios - Extremo Sul, Vale do Médio Rio das Contas, Vale do Jiquiriçá e Itapetinga - assessorados pela CEPLAC. A partir de 2007 o estado da Bahia está acompanhando mais 11. No total existem 26 Territórios de Identidade que constituem as unidades de planejamento da intervenção do governo estadual.

Adotar a abordagem territorial como referência para uma estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se justifica por diversos aspectos. O rural não se resume ao agrícola; mais do que um setor econômico, o que define as áreas rurais enquanto tais são suas características espaciais: o menor grau de artificialização do ambiente, quando comparado com áreas urbanas, a menor densidade populacional e o maior peso dos fatores naturais.

O território é a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em uma *energia* crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Vale saber que na abordagem territorial o desenvolvimento não é decorrência da ação verticalizada do poder público, mas sim da criação de condições para que os agentes locais se mobilizem em torno de uma visão de futuro, de um diagnóstico de suas potencialidades e constrangimentos, e dos meios para perseguir um projeto próprio de desenvolvimento sustentável.

O Território de Irecê³, em funcionamento desde 2003, está composto por 20 municípios que possuem antecedentes históricos semelhantes, já que foram se originando de desmembramentos dos municípios de Morro do Chapéu, Irecê, Central e Xique-Xique, constituindo-se como áreas de mineração, de exploração da pecuária extensiva e de agricultura familiar de subsistência, desenvolvendo posteriormente a agricultura comercial, capitalizada e com tecnologias (irrigação, poços) custosas para a época. Possuem, também, características sociais, ambientais, econômicas e culturais semelhantes.

O Território está totalmente inserido no semiárido baiano, fazendo fronteira ao oeste com o Território do Velho Chico, ao sul com o da Chapada Diamantina, a leste com Piemonte⁴. Dos 20 municípios que formam o território, 10 localizam-se ao redor de Irecê, tornando-o núcleo dinâmico e indicando uma tendência à conformação de um subsistema de relações de diversos tipos, entre estes, a maioria deveria ser potencializada.

O documento a seguir representa uma primeira aproximação ao PTDRS do Território Irecê. Este Plano é resultado de um processo participativo de construção da visão de desenvolvimento rural sustentável nos municípios que integram o Território e da

³ O município de Ipupiara foi integrado ao Território Irecê depois do ano de 2005.

⁴ Quanto ao seu tamanho, os municípios podem ser classificados em 04 grupos. Os mais extensos, abarcando uma área superior aos 2.000 km², são Xique - Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro. Com área entre 1.000 e 2.000 km², estão Barra do Mendes, São Gabriel e Ibipeba. Com área entre 500 e 1000 km², João Dourado, Cafaranum, Jussara, América Dourada, Canarana, Lapão, Central, Ibititá, Mulungu do Morro e Uibaí. E, por fim, os menores, com área inferior aos 500 km², são Barro Alto, Irecê e Presidente Dutra. O maior é Xique - Xique, com 5.671 km²; o menor é Presidente Dutra, com apenas 243,92 km².

sistematização dos resultados obtidos nesse processo e deverá se constituir no instrumento básico para nortear o processo de desenvolvimento sustentável no Território.

Apesar da política de desenvolvimento territorial ser recente, é perceptível a modificação que vem se processando no Território, tais como mudanças político - culturais nas relações entre Poder Público e Sociedade Civil, materializadas nos debates entre prefeitos, vereadores, secretários municipais, técnicos de órgãos públicos, ONG's e representantes dos movimentos sociais, assim como sua participação ativa nas oficinas e reuniões promovidas pelo Colegiado Territorial. A abertura de canais de diálogo com as instituições de ensino superior é também outra novidade trazida pela política territorial.

A construção participativa do PTDRS, em face da diversidade de posições políticas, tem contribuído de forma decisiva para fortalecer o processo democrático e tornar visível a institucionalidade do desenvolvimento territorial perante a opinião pública. Os primeiros investimentos no Território como a *Usina Esmagadora de Mamona em Lapão* e a Aquisição das *Maquinas de Pré-Limpeza de Cereais em Irecê* significaram elementos importantes para a maior credibilidade do Programa. Atualmente, alguns empreendimentos com recursos do PROINF como Usina de Biodiesel, Centro de Abastecimento e Comercialização da Agricultura Familiar, Caminhões de Transporte de Carne e Leite do Complexo Agroindustrial de Jussara, Centro de Pesquisa de Educação do Campo e Abatedouro Frigorífico de Irecê, em fase de implantação e/ou conclusão, são elementos fundamentais pela importância em si, para as populações, e pelo caráter motivador para os novos atores sociais e políticos.

Além dos elementos indispensáveis a qualquer trabalho, como introdução e considerações finais, o documento está organizado em três partes, cada uma com dois capítulos e cada capítulo com vários tópicos.

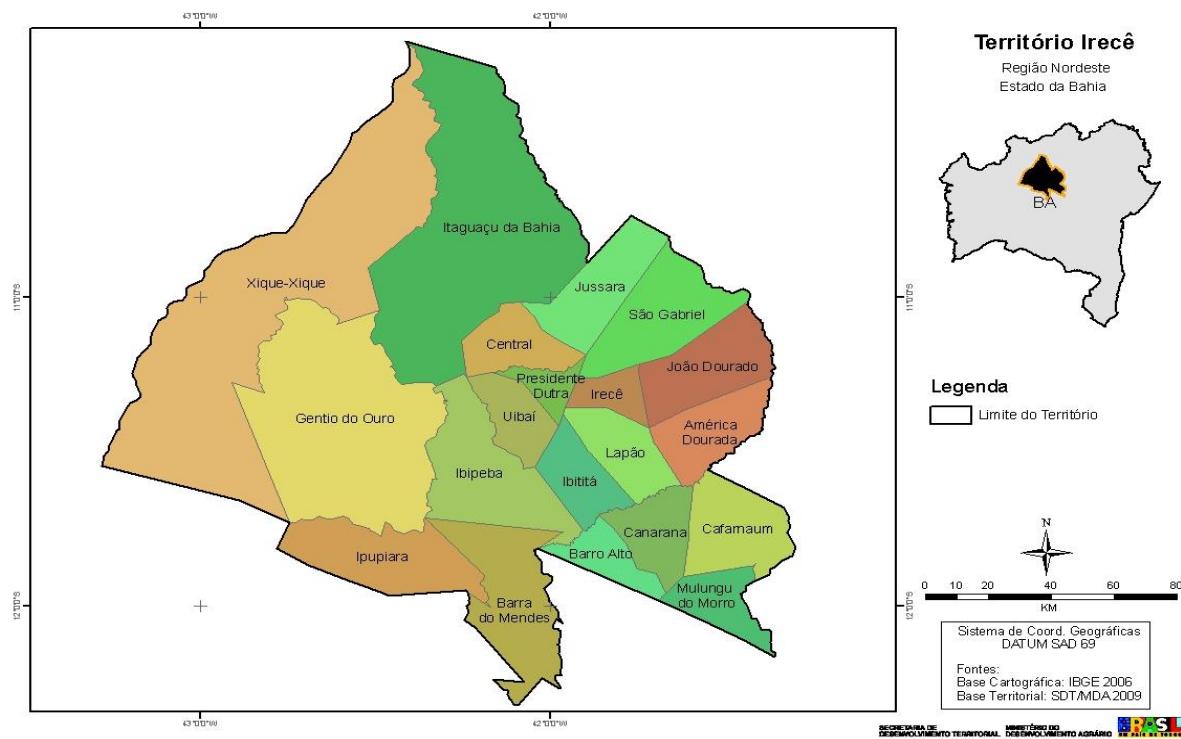
COMPOSIÇÃO, LOCALIZAÇÃO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

O Território de Irecê é composto por 20 Municípios: América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Centil do Ouro, Ibipeba, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, São Gabriel, Ubaí e Xique-Xique, com uma população de 418.166 pessoas.

Com uma área de 26.730 km², equivalente a 4,6% da superfície do Estado, o Território localiza-se no Centro-Oeste da Bahia, tendo como principais vias de acesso rodovias BA 052 (Estrada do Feijão), BA 131, BA160 e BA 432. Ocupa a zona fisiográfica da

Chapada Diamantina Setentrional e é caracterizada por duas feições morfológicas distintas: os chapadões metassedimentares do grupo Chapada Diamantina e o Platô calcário do grupo bambuí.

Existem oito unidades geoambientais, são elas: a Chapada de Irecê, as Baixadas dos rios Verde e Jacaré, a Depressão de Morpará, a Serra do Assuruá, os Planaltos da Diamantina e de Morro do Chapéu, as serras da Estiva e da Bolacha, os campos de Dunas e as planícies do São Francisco.



Parte 1

Construção do Processo



CAPÍTULO I – Metodologia

A metodologia utilizada para elaboração do PTDRS pautou-se nos princípios da Gestão Social Participativa, primando-se pela participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos no processo e sua permanente qualificação, buscando sempre fomentar a reflexão crítica sobre a realidade do Território, de modo que as propostas se direcionassem ao processo de transformação e melhoria na qualidade de vida da população, levando-se em consideração os saberes da população e a qualidade técnica dos órgãos e entidades parceiras, os instrumentos e técnicas utilizadas para confecção do PTDRS buscaram privilegiar a contribuição dos integrantes em cada um dos eventos ocorridos.

Foram realizadas várias Oficinas para construção do Diagnóstico, trabalhando com dados primários e secundários, desenho da Visão de Futuro e definição dos Eixos Aglutinadores, Programas e Projetos do Plano, de maneira que todos pudessem expor e argumentar seus pontos de vistas e interesses, prevalecendo finalmente o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente.



Oficina Territorial: membros da CIAT recebem orientação sobre a Política Territorial

Inicialmente, o conjunto das ações territoriais implementadas pela SDT direcionou-se para ampliação da infra estrutura e equipamentos que permitissem maior inserção e ganhos de escala da Agricultura Familiar na cadeia produtiva da mamona, especificamente na produção de biodiesel, interessante alternativa para a segurança energética e promoção do desenvolvimento local.

Nas inúmeras atividades – reuniões, oficinas, seminários – com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, entendeu-se que na concepção de *territorialidade e sustentabilidade*, o processo de desenvolvimento será promovido por meio do inter-relacionamento de todas as áreas e setores e da inter-setorialidade nos programas e projetos. Nesta perspectiva, o PTDRS contempla as quatro principais dimensões dos processos de desenvolvimento: a *econômica*, a *sócio-cultural*, a *político-institucional* e a *ambiental*.



Atores do Colegiado durante Oficina de Dinamização Econômica

A sustentabilidade pressupõe também as condições efetivas de governabilidade, isto é, capacidade de governar que expressa as relações entre a gestão do plano, o governo e a sociedade. A governabilidade tem como princípios a coordenação do processo, o monitoramento, a negociação, a participação nas decisões e a busca de consenso nos diferentes setores da sociedade e o fortalecimento e consolidação das instituições territoriais.



Espiral da Gestão Social Participativa dos Territórios Rurais

Nos vários encontros e oficinas discutiram-se o encaminhamento das ações e, principalmente, as formas de alocação de recursos federais de acordo com as prioridades do Território. Isso por que programas de crédito como o PROINF têm parcelas cada vez mais significativas dos recursos reservadas ao atendimento das demandas territoriais e não mais àquelas dos municípios isoladamente. Esta nova regra trouxe algumas preocupações e questões ao Território, levando-o a definir, politicamente, mas, sobretudo, tecnicamente, as principais prioridades. Ademais, dos mais costumeiros investimentos em infraestrutura básica e produtiva, foram ganhando reconhecimento e legitimidade projetos de caráter social, cultural, educativos, etc.

CAPÍTULO II – As articulações

As Atribuições do Conselho de Desenvolvimento do Território de Irecê⁵

O Conselho de Desenvolvimento do Território de Irecê é uma instância informal, paritária, contando com a participação de representantes da sociedade civil organizada e poder público (municipal, estadual e federal). No que se refere ao poder público, conta com a participação de representantes de 20 Prefeituras Municipais, além de instituições públicas estaduais e federais. Pelo lado da sociedade civil organizada, os representantes que compõem o Colegiado, são, prioritariamente, integrados por Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ONG's e cooperativas.



Membros do Comitê Gestor em reunião

A Assembléia Geral, ou Colegiado Territorial, é o órgão colegiado supremo, composta por 66 membros, sendo 33 do poder público e 33 da sociedade civil. À Assembléia compete todas as decisões estratégicas ligadas ao processo de desenvolvimento territorial, entre as quais estão:

⁵ Resolução nº 48 do CONDRAF, publicada no DOU em 23.09.2004, Seção 1, Página 113.



Oficina do PTDRS

Comitê Gestor

O Comitê Gestor Territorial (CGT) foi definido pelo Colegiado ainda em 2003. Tem a função de representar a institucionalidade territorial, coordenar as ações do conselho e articular atores para a construção e implementação do PTDRS e projetos específicos e, de maneira geral, para a efetivação das decisões do Plenário. O CGT é composto por 14 membros, sendo 07 do poder público e 07 da sociedade civil. A coordenação do Comitê fica a cargo da ONG Centro de Assessoria do Assuruá, através do coordenador executivo.

Núcleo Técnico

O Núcleo Técnico é um colaborador territorial que tem a função de fornecer suporte e assessoria técnica ao Comitê Gestor do Território e à Assembléia. O núcleo é composto por articuladores territoriais contratados pelas organizações proponentes de projetos de apoio ao Desenvolvimento Territorial, como é o caso do CAA, FETAG e MOC. Em 2009, a equipe de articulação também foi reforçada com a contratação, por meio da SECULT, da articuladora de Cultura e pela técnica da ONG CF8.

Grupos de Trabalho

Os Grupos de Trabalhos Temáticos são instâncias propositivas e de controle social, também de caráter operacional, que auxiliam no bom andamento dos eixos estratégicos

definidos no âmbito do PTDRS; Os GT's serão compostos por membros da Assembléia, podendo também incorporar outras entidades parceiras que se relacionam com o tema do GT.:



GT da Educação do Campo em reunião para discutir a agenda de trabalho de 2008

CAPÍTULO III - O Processo e a Dinâmica do Território

Nesses anos de funcionamento do Território, a participação ativa de algumas instituições vem garantindo, de forma mais organizada e permanente, o funcionamento necessário e a mobilização para a construção e implementação do PTDRS, além de outras ações voltadas para a promoção do desenvolvimento territorial.



Plenária final para apresentação dos trabalhos da primeira versão do PTDRS

Oficinas para elaboração do PTDRS

A Oficina de Apoio à Estratégia de Desenvolvimento Territorial de Irecê, realizada em 2004, foi a que desencadeou o processo de sensibilização e construção territorial. O evento reuniu 117 pessoas, entre representantes de órgãos públicos, prefeitos e deputados, entidades e diversos segmentos da comunidade regional.

Durante o encontro, foram tratados temas de relevância, tais como as fases e objetivos do ciclo da Gestão Social, os compromissos institucionais assumidos, as dificuldades existentes, as expectativas suscitadas e a importância de traçar estratégias que possam articular e integrar as políticas públicas no meio rural, fazendo com que os programas governamentais e as políticas públicas se efetivem e favoreçam a região.

A Oficina sobre Gestão e Planejamento Territorial, acontecida em setembro daquele ano, reuniu mais de 40 pessoas, representando diversos segmentos da sociedade, tais como o Movimento Sindical, ONG's, Prefeituras, Associações, órgãos públicos estaduais e federais.



Dirigente do Comitê Gestor pela CETA participa de Oficina do PTDRS

A importância do evento, seus objetivos e o compromisso das organizações com a Gestão do Território, as dificuldades existentes e as expectativas para o fortalecimento do Território e construção da visão de futuro foram alguns dos temas abordados. Especial interesse despertou a apresentação dos Macros Processos e a multidimensionalidade da Gestão Social: Sensibilização e Mobilização, Visão de Futuro, Diagnóstico, Planificação, Organização / Direção para Execução dos Planos, Monitoramento e Avaliação.

Colegiado /Assembléia Territorial

O Colegiado (ou Assembléia) Territorial é a instância máxima de deliberação, do qual participam todos representantes das organizações da sociedade civil e do poder público. É um espaço convivência, de reflexão, de debate e de democracia onde os pontos de vista e modos de pensar diferentes, postos com racionalidade e franqueza, são elementos enriquecedores de todo processo. A última reunião ocorreu em novembro, para validação do presente PTDRS, quando os Grupos de Trabalho expuseram o que foi produzido e submeteram à discussão e aprovação.

Na oportunidade, foram resgatados todos os passos para conclusão do Plano e leitura detalhada de todo seu conteúdo, possibilitando a confirmação de informações e ajustes em dados relevantes sobre os aspectos históricos, organizacionais, questões referentes aos grupos de trabalho, programas e projetos elencados durante as oficinas.

Parte 2

Diagnóstico Territorial





O diagnóstico do Território Irecê foi elaborado com preocupação do rigor técnico e com a participação de todos os atores sociais e políticos comprometidos com o processo de construção da territorialidade. Dessa maneira, conseguiu-se produzir uma análise que contempla a perspectiva e olhar de cada segmento que integra o Território.

A análise tem caráter multidimensional, contemplando todas as dimensões da realidade, identificando as tendências locais e, dentro do possível, criando cenários futuros. Assim, os eixos aglutinadores ou estratégicos do desenvolvimento poderão ser definidos com maior clareza.

Formação histórica

É fundamental considerar os aspectos que caracterizam a formação histórica de um território, possibilitando conferir aos sujeitos que o compõe a identidade necessária para participar do seu desenvolvimento numa perspectiva multidisciplinar, dentre os quais, os aspectos demográficos, educacionais, culturais, socioeconômicos, ambientais, que tornam os fatos históricos fundamentais para o planejamento das ações que possibilitem a superação dos problemas.

Toda a história do povoamento e formação dos municípios do Território Irecê remete às necessidades de sua comunidade, que, para garantir sua sobrevivência, sempre buscou

condições que permitissem sua segurança, alimentação, subsistência. Registros oficiais apontam para Xique-Xique como o povoado mais antigo do território, datado do século XVIII.

Nesse sentido, o processo de povoamento, já em meados do século XIX, com início da exploração agrícola, pecuária e de minérios, dentre outros, deu-se de modo peculiar. As características do clima, solo e recursos hídricos determinaram a dinâmica de ocupação. Em períodos distintos, desde final do século XIX e com maior intensidade a partir da segunda década do século XX, a seca provocou a emigração de muitas famílias, desenvolvendo assim, núcleos populacionais a partir das diferenciações socioeconômicas, demográficas e produtivas. Os 20 municípios que compõem o Território Irecê resultaram basicamente do desmembramento de Morro do Chapéu, Irecê, Central e Xique-Xique (SDT, Estudo Propositivo, 2005).

De 1940 a 1970, com o expressivo desenvolvimento do algodão e das emergentes culturas do feijão, milho e mandioca, grandes transformações ocorreram nas atividades agrícolas da região provocando nova estruturação agrária para dinamizar essa nova fase de produção, pois as técnicas utilizadas até então não possibilitavam expandir a área de plantio para o modelo de produção agrícola imposto pelo regime militar, entre os anos 1964 e 1985. “A partir deste momento os governos Federal e Estadual intervieram com a implantação de projetos que resultaram no aumento da mecanização e na introdução de novas técnicas. O primeiro órgão instalado foi a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, que trouxe tratores para serem alugados pelos proprietários, bem como o fornecimento de créditos para a aquisição de equipamentos junto com a superintendência do Vale do São Francisco SUVALE (mais tarde transforma-se em CODEVASF). Tais órgãos instituíram um plano de assistência técnica e financeira para intensificar o desenvolvimento da produção agrícola da região, plano esse denominado “Operação Irecê” pelo BNB S/A.” (DOURADO, 2003, P.41). A SUDENE faz-se presente na região em 1959 e inicia seus trabalhos nos anos 1960 com a meta de modernizar a agricultura tradicional. Paralelamente dá-se a instalação de agências bancárias a partir de meados dos anos 1950 (Banco da Bahia, Banco do Brasil e Banco do Nordeste).

O território de Irecê passa a ter destaque no cenário nacional a partir dos anos 1970, recebendo o título de *capital do feijão*. O “boom” do feijão coincide com o que se convencionou chamar do “milagre brasileiro” implementado pelos governos militares.

O crédito agrícola foi um dos principais instrumentos da política agrícola do governo para estimular e acelerar o desenvolvimento agrícola da região, à semelhança de outras regiões. Contudo, o crédito agrícola no território de Irecê foi praticamente exclusivo aos grandes e médios proprietários devido às exigências bancárias de garantia e documentação do imóvel. Só após o ano de 1976, com a participação do POLONORDESTE, é que uma parcela de pequenos produtores passa a obter créditos (DOURADO, 2003).

As crises decorrentes de estiagens impactaram negativamente a lavoura, tendo como consequência a retirada do município do zoneamento agrícola para o feijão ainda nos anos 1990, dificultando o acesso a recursos para a produção. O modelo de desenvolvimento fundado nas monoculturas do feijão e do milho transformou a região de Irecê em palco de muitos problemas ambientais, com a contribuição da pecuária intensiva, das pequenas atividades agrícolas e da irrigação nas planícies do São Francisco, das atividades agrícolas e do extrativismo vegetal no Vale do Riacho Ferreira, além da exploração mineral de ouro e cristal de rocha na Serra do Assuruá.

Aspectos Geoambientais

Os municípios do Território de Irecê estão localizados no semiárido baiano que ocupa 78% do território do Estado e 45% do semiárido nordestino⁶. Esta região tem precipitação anual entre 200 a 800 mm, irregular no tempo e no espaço. O clima, com temperaturas médias acima de 28° C, proporciona 2.800 horas de sol por ano, que provocam altas taxas de evapotranspiração (potencialmente em torno de 3.000 mm/ano), 85% da precipitação evapora, 7% infiltra no solo e 8 % escoa superficialmente.

Do ponto de vista geológico do Território, seu subsolo divide-se em cristalino, em que a água subterrânea é encontrada apenas nas fraturas da crosta terrestre e nos aluviões dos rios, e sedimentar, em que pode haver abundância de água subterrânea. Plantas e animais da caatinga adaptaram-se a estas condições.

O ser humano foi o que menos se adaptou, experimentando os piores índices de desenvolvimento humano que contribuem para que a motivação em estabelecer uma propriedade resistente às variações climáticas seja baixa.

⁶ A área do semiárido brasileiro corresponde a 1.106.529 km², correspondente a 12% do território nacional, sendo que 974.752 km² estão no Nordeste, 107.344 em MG e 24.433 no ES. (Cf. Cáritas Brasileira - www.cliquesemiarido.org.br).

O Território integra Bioma Caatinga⁷, sendo possível distinguir três subsistemas: o *Platô de Irecê*, com alturas geográficas médias de 700m, ocupando cerca de 60% da região, com solos extremamente férteis, mas dependente da limitada oferta de água de chuva e da água subterrânea; os *vales do Rio Verde e do Rio Jacaré*, que contornam o *platô* no lado leste e oeste, com boa oferta de água, tanto superficial como subterrânea, porém com solos mais fracos; e a *Chapada Diamantina*, com altitudes até 1000m, com clima mais úmido e frio, mas com solos de baixa fertilidade.

Como principais características climáticas destacam-se as temperaturas médias elevadas, a alta evapotranspiração (evaporação potencial de até 3.000 mm/ano) e precipitações médias anuais inferiores a 800 mm, extremamente irregulares e concentradas, gerando os períodos de chuvas abundantes e estiagens. Existe a característica de má distribuição dessa chuva no tempo e no espaço geográfico.

O clima é caracterizado por chuvas que se concentram em períodos de 03 a 04 meses e 08 meses de estiagem. A pluviosidade média varia entre 500 a 700 mm/ano, mas as chuvas são muito irregulares, podendo variar entre 200 e 1000 mm/ano. Os dois maiores rios da região, o Verde e o Jacaré, que nascem na Chapada Diamantina e desaguam no rio São Francisco, têm regime intermitente e também apresentam vazões cada vez menores, com sérias implicações em termos de equilíbrio ecológico.

A Caatinga é formada por revestimento baixo de vegetação arbustivo-arbórea, com folhas miúdas e hastes espinhentas adaptadas para conter os efeitos de uma evapotranspiração muito intensa. A vegetação possui uma característica peculiar: as plantas, devido à sua formação e como forma de se proteger da total desidratação, podem perder toda a sua folhagem durante os períodos de estiagens, reaparecendo com toda pujança a partir das primeiras chuvas.

A diversidade biológica, principalmente na flora, as várias formas de manifestações culturais e até mesmo os diferentes micro-climas fazem do Semiárido Brasileiro uma região extremamente rica e com grande potencial para o desenvolvimento sustentável, carecendo, entretanto de pesquisas bioprospectivas para identificar suas potencialidades.

Ao contrário das fruteiras exóticas, como a mangueira e a bananeira, que precisam de irrigação constante ou só sobrevivem em nichos mais úmidos, as fruteiras nativas (umbuzeiro, cajazeira, cajueiro, jaboticazeiro etc.) vivem e produzem bem em qualquer ano, seja mais chuvoso ou mais seco. Estas frutas nativas possuem um grande potencial

⁷ Palavra de origem indígena que significa mata branca (em Tupi, Caa = mata; tinga = branca).

econômico, pois agregam valor ao produto ao serem transformadas em geléia, doces, compota, suco, passas etc. e já representam uma excelente fonte de renda para as famílias do Semiárido.

A escassez de água foi o grande vilão, em toda nossa história, dos problemas do semiárido. As oligarquias e as forças políticas *modernas* conseguiram convencer a opinião pública de que a causa principal dos problemas sociais e econômicos do semiárido é a falta de água, o que não é verdade. O semiárido nordestino possui a maior concentração de açudes do mundo, com um volume armazenado estimado em 37 bilhões de metros cúbicos, e a segunda maior reserva subterrânea⁸ do país, estimada em 135 bilhões de m³, apesar de parte considerável da região ter o subsolo composto por rochas cristalinas onde as águas são escassas ou inexistentes: o semiárido nordestino tem, no seu subsolo, um gigantesco manancial de água potável, com a maioria localizada nos estados do Nordeste Setentrional, um volume de água acumulado praticamente intocado, equivalente a 35% a mais do que todo volume de água que o rio São Francisco despeja todo ano no Oceano Atlântico (FILHO et alii, 2008, p. 34),

Isso possibilita extrair, com segurança, 27 bilhões m³ por ano, *abastecer todos os nordestinos sem água, sobrando o suficiente para irrigar centenas de milhares de hectares de terra[...]* (FILHO, op. cit., p. 33).

No Nordeste, a média anual das precipitações, ao longo de cem anos, corresponde a 600 bilhões de m³ de água, volume quase seis vezes superior à descarga anual do rio São Francisco (RIBEIRO, 2007, p. 16).

O Nordeste possui ainda a presença de importantes rios como o São Francisco⁹, Parnaíba, Jaguaribe, Capiparibe, Piranha-Açu, Una (os principais), e dos rios Cocó, Longá, Maranguapinho, Marataoã, Mearim, Poti, Salgado, além de dezenas de outros de menor importância.

Segundo a pesquisadora Luiza Teixeira¹⁰, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a existência de escassez de água somente quando a disponibilidade mínima chega a 1.000 m³ de água por pessoa, por ano. No Nordeste, a menor disponibilidade está em

⁸ A primeira é a majestosa reserva Guarani (um dos três maiores do mundo), com 70% das águas em território brasileiro, abrangendo oito Estados das regiões Sul e Sudeste e outros quatro países. O aquífero do semi-árido é a maior em subsolo inteiramente brasileiro.

⁹ Pela sua magnitude, o seu nome indígena era *Opará*, que significa *rio-mar*.

¹⁰ Luiza Teixeira de Lima Brito et alii. Potencialidades de Água da Chuva no Semiárido Brasileiro. Petrolina: Embrapa Semiárido, 2007. (disponível em http://www.cpatsa.embrapa.br/kw_storage/keyword.2007 - acesso 12.07.2010)

Pernambuco, com 1.270 m³/pessoa/ano, chegando a 2.279 m³ no Ceará e 9.185 m³ no Piauí. Falta, entretanto, a definição de políticas públicas que assegurem o acesso à água para todos os habitantes.

A reflexão que fazemos da situação ambiental do Território é cada dia mais crítica. Os rios temporários estão desaparecendo, suas matas ciliares já desapareceram e em seus lugares foram implantadas irrigações, onde o uso de agrotóxicos é desordenado, poluindo as águas. Os esgotos, lançados nos rios, e a abertura de poços artesianos de forma exacerbada vêm prejudicando os lençóis freáticos do Território. Muitos poços estão secando, quando não já secaram, além do aparecimento de terras desertificadas, tudo isso provocado pelo não planejamento para o desenvolvimento responsável e equilibrado com o meio ambiente.

Atualmente, percebe-se a necessidade de reflorestar as matas ciliares, adquirir saneamento ambiental e urbano, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem de águas pluviais, controle de vetores, educação ambiental, saneamento rural. Estas ações são necessárias e urgentes na tentativa de garantir o equilíbrio da vida no território.

População e Demografia

Resultado da intensificação das atividades agropecuárias, a Chapada de Irecê se destaca no processo de ocupação regional por apresentar a maior concentração de centros urbanos, possibilitando o surgimento de cidades como América Dourada, João Dourado, Irecê, São Gabriel, Jussara, Lapão, Canarana, Ibititá, Ibipeba, Barro Alto, Barra do Mendes, Itaguaçu da Bahia, Mulungu do Morro e Presidente Dutra, totalizando 73,7 % das sedes municipais do Território.



Foto: Marisa Vianna/2008

A Zona do Maciço do Feijão, composta pelos municípios de América Dourada, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Ibititá, Irecê, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra e São Gabriel é a mais povoada do Território, detendo 70% da população, 33% de área e uma densidade de 28,28 hab/km². Já as zonas Serrana e Caatinga e Beira Rio são caracterizadas pela presença de municípios de pouca população, com grandes extensões territoriais e baixas densidades demográficas. A Zona Serrana, composta por Barra do Mendes, Gentio do Ouro, Ibipeba e Uibaí, ocupa 27% da área e tem 14% da população. Nessa zona, nenhum município atinge os 20.000 habitantes, sendo Ibipeba o maior deles, com 15.362 habitantes. A densidade demográfica é de apenas 10,8 hab/km².

A zona Caatinga e Beira Rio é a menos povoada do Território e um dos maiores vazios demográficos do estado, com densidade de 5,1 hab/km². Os 02 municípios que compõem essa zona, Xique-Xique e Itaguaçu da Bahia, são os maiores do Território em extensão e com densidades demográficas de 7,9 hab/km² e 2,6 hab/km², respectivamente. O destaque é Xique-Xique, com a 2º maior população do Território.

O crescimento populacional do território nos últimos 20 anos foi bem inferior à media nacional. Observe-se que entre 1991 e 2000 foi um período crítico, talvez resultado da “década perdida” anterior: vários municípios apresentaram crescimento negativo naquele momento. No período seguinte, houve um início de recuperação, mas a maioria dos municípios apresentou crescimento abaixo da média, alguns tiveram sua população estagnada e outros ainda apresentaram crescimento negativo. Se aplicarmos as taxas de crescimento vegetativo de 2,5% a.a. no período de 1991 a 2000 e a taxa de 1,8% no período

de 2000 a 2009, a população do território deveria ser a seguinte: 461.038 habitantes em 2000 e 564.404 em 2009. O déficit, em 2000 era de 20,3% e em 2009 de 35%, quando a população deveria ser de 564.404 pessoas se houvesse crescido na taxa apresentada. Assim, pode-se concluir que houve um razoável processo emigratório, com cerca de 146.000 pessoas que saíram para outras localidades.

Quadro I – Evolução da População no período de 1991 a 2009.

Município	1991	2000	2009	Variação 1991-2009
América Dourada	15.965	15.959	16.787	5,1
Barra do Mendes	14.193	13.610	14.459	1,8
Barro Alto	12.059	12.099	14.172	17,5
Cafarnaum	17.415	16.059	18.314	5,2
Canarana	18.879	21.665	25.935	37,4
Central	18.057	16.792	18.022	0,0
Gentio do Ouro	11.093	10.173	11.988	8,0
Ibipeba	17.725	15.362	17.666	-0,3
Ibititá	17.285	17.905	19.410	12,3
Ipupiara	8.034	8.541	9.325	16,0
Irecê	50.908	57.436	66.061	29,8
Itaguaçu da Bahia	13.258	11.309	13.260	0,0
João Dourado	19.211	21.056	21.990	10,8
Jussara	15.862	15.339	15.204	-4,3
Lapão	20.913	24.727	26.616	15,2
Mulungu do Morro	13.741	15.119	13.879	-1,0
Presidente Dutra	12.012	13.730	14.306	19,1
São Gabriel	17.884	18.412	19.099	6,6
Uibaí	14.300	13.614	14.203	-0,7
Xique-Xique	40.373	44.718	47.470	17,6
Total	369.167	383.625	418.166	13,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Quanto à distribuição da população por grupos de idade, é interessante observar que a população é eminentemente jovem: 56% dos moradores têm até 24 anos de idade, o que, certamente, demanda mais atenção dos poderes públicos e da sociedade. O segmento situado na faixa de 4 a 17 anos – fase da pré-escola e do ensino fundamental e médio – corresponde a um terço da população (33,3%). O segmento com 60 anos e mais já ultrapassa a casa dos 8%.

Quadro II – Composição da População apor grupos de idade, 2000.

Municípios	Grupos de Idade - %							
	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 59 anos	60 a 64 anos	65 anos ou mais
América Dourada	9,9	7,7	19,3	7,5	14,2	33,7	2,6	5,1
Barra do Mendes	8,4	6,1	18,2	7,8	13,8	35,0	2,7	8,1
Barro Alto	8,2	7,0	18,3	7,0	13,2	36,5	3,2	6,8
Cafarnaum	9,7	8,2	19,2	7,1	14,0	33,8	2,4	5,6
Canarana	8,6	7,8	18,6	7,6	13,4	36,0	2,3	5,8
Central	8,6	6,4	19,0	7,4	14,0	35,7	2,6	6,4
Gentio do Ouro	8,4	6,8	18,4	7,4	12,1	34,6	3,3	9,0
Ibipeba	7,3	6,6	18,0	7,3	14,2	37,5	2,6	6,4
Ibititá	8,4	6,0	18,8	6,9	13,7	37,2	3,4	5,6
Ipupiara	6,6	5,6	17,0	7,9	11,1	38,3	4,2	9,2
Irecê	8,7	6,1	17,2	7,3	15,9	38,8	2,1	4,0
Itaguaçu da Bahia	10,9	7,8	20,7	7,7	13,1	32,1	2,7	4,9
João Dourado	8,7	6,9	18,7	8,2	15,5	35,0	2,5	4,6
Jussara	8,3	7,3	20,4	8,1	14,1	33,7	2,6	5,5
Lapão	8,6	7,3	18,8	7,2	15,0	35,9	2,2	5,1
Mulungu do Morro	10,5	7,4	21,0	7,3	14,4	33,0	2,3	4,1
Presidente Dutra	7,3	5,9	17,7	6,8	15,3	38,1	2,8	6,0
São Gabriel	8,8	7,2	19,9	8,3	14,6	34,5	2,0	4,7
Uibaí	7,4	6,1	17,6	7,4	14,1	37,5	3,1	6,7
Xique-Xique	9,6	7,9	20,9	8,3	13,3	31,8	2,5	5,5
Total	8,6	6,9	18,9	7,5	14,0	35,4	2,7	6,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

De acordo com o censo de 2000, a população ainda era predominantemente rural, com quase 60% da sua população residindo na zona rural, mesmo sabendo-se que muitas aglomerações consideradas urbanas¹¹ são tipicamente rurais, sendo as atividades agropecuárias a base de sobrevivência da sua população.

Quadro III- População residente por situação de domicílio e grau de urbanização nos municípios do Território Irecê, 2000

Bahia / Território / Município	População Residente			Grau de Urbanização (%)
	Total	Urbana	Rural	
BAHIA	13.070.250	8.772.348	4.297.902	67,1
Território Irecê	393.347	223.238	170.109	58,6
Representação no Estado (%)	2,85	2,49	3,60	-
América Dourada	15.959	10.148	5.811	63
Barra do Mendes	13.610	5.579	8.031	41
Barro Alto	12.098	5.176	6.922	42
Cafarnaum	16.059	9.209	6.850	57

¹¹ No Brasil, pequenos povoados com características rurais são considerados urbanos, pelo IBGE, desde que contenham alguma infraestrutura, como energia elétrica.

Canarana	21.665	9.755	11.910	45
Central	16.792	7.637	9.155	45
Gentio do Ouro	10.173	4.902	5.271	48
Ibipeba	15.362	9.282	6.080	60
Ibititá	17.905	8.060	9.845	45
Ipupiara	8.859	5.377	3.482	69
Irecê	57.436	53.143	4.293	92
Itaguaçu da Bahia	11.309	1.987	9.322	17
João Dourado	18.967	11.441	7.526	60
Jussara	15.339	9.865	5.474	64
Lapão	24.727	9.222	15.505	37
Mulungu do Morro	15.119	6.159	8.960	40
Presidente Dutra	13.730	7.659	6.071	55
São Gabriel	18.412	9.811	8.601	53
Uibaí	13.614	7.880	5.734	57
Xique-Xique	44.718	31.565	13.153	70

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 2000, Resultados do Universo.

População Urbana / População Total x 100.

A distribuição da população territorial acontece de forma irregular devido a diversos fatores, dentre os quais se destacam os ambientais, diferenciações socioeconômicas, sistemas produtivos. Assim, além, da Zona do Maciço do Feijão, os municípios Barra do Mendes, Gentio do Ouro, Ibipeba e Uibaí, que conformam as Zonas Serrana, ocupam 27% da área do Território e 14% da sua população; a zona Caatinga e Beira Rio, composta pelos municípios Xique - Xique e Itaguaçú da Bahia, caracteriza-se pelos maiores vazios demográficos do estado, possuindo respectivamente, 7,9 hab/km² e 2,6 hab/km², além de grandes extensões territoriais (SDT, Estudo Propositivo, 2005).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)¹²

Na perspectiva de uma proposta de desenvolvimento territorial rural sustentável, a relação entre os aspectos econômicos, socioculturais, ambientais, político-institucionais são estabelecidos a partir de novos paradigmas que possibilitem desenvolvimento e sustentabilidade, garantindo qualidade de vida ao conjunto da população que compõe o Território. Analisar o IDH-M do Território Irecê pressupõe considerar as mudanças ocorridas na dinâmica socioeconômica envolvendo aspectos climáticos, hídricos, creditícios, devido aos indicadores estarem atrelados à educação (alfabetização e freqüência escolar), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (renda municipal *per capita*).

¹² Segundo a ONU – municípios com o IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os municípios com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento; municípios com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento considerado alto.

Comparando anos de 1991 e 2000, se verifica que o índice do IDH - M aumentou, de 0,509 para 0,607, classificando-o como de desenvolvimento médio, assim como o índice geral do estado da Bahia.

Dos indicadores utilizados para determinar tais índices, a queda da mortalidade infantil junto ao aumento da freqüência escolar colaboraram para a mudança no IDH - M do Território Irecê. Contudo, os aspectos renda e alfabetização demonstram as condições que a população do Território enfrenta: em torno de 66% sobrevive com renda *per capita* até ½ salário mínimo representando 58,7% de famílias com tal renda, além do analfabetismo acometer a 23,8% da população.

Quadro IV - IDH-M nos municípios do Território Irecê em relação ao Estado da Bahia - 1991/2000

Bahia / Território / Município	1991		2000	
	IDH - M	Classificação no Estado	IDH - M	Classificação no Estado
BAHIA	0,601	-	0,693	-
Território Irecê	0,505	-	0,604	-
América Dourada	0,492	280	0,564	393
Barra do Mendes	0,554	86	0,636	154
Barro Alto	0,532	136	0,621	208
Cafarnaum	0,475	324	0,598	307
Canarana	0,529	144	0,601	295
Central	0,534	129	0,614	241
Gentio do Ouro	0,519	182	0,575	376
Ibipeba	0,513	204	0,629	183
Ibititá	0,490	284	0,602	292
Ipupiara	0,588	41	0,670	61
Irecê	0,596	34	0,666	67
Itaguaçu da Bahia	0,440	391	0,586	354
João Dourado	0,472	333	0,596	312
Jussara	0,469	345	0,567	391
Lapão	0,521	174	0,621	210
Mulungu do Morro	0,475	325	0,578	372
Presidente Dutra	0,507	235	0,614	242
São Gabriel	0,474	328	0,619	221
Uibaí	0,521	172	0,615	234
Xique-Xique	0,495	265	0,580	365

Fonte: SEI. Censo 2000.

Vulnerabilidade Social

O conceito *vulnerabilidade social* vem sendo utilizado para caracterizar a situação de carência e de risco, pelos índices de pobreza de uma população. Assim, índices de analfabetismo, de baixa escolaridade, de carência de serviços básicos, de renda, podem ser considerados indicadores de vulnerabilidade. Com essa compreensão, apresentam-se alguns dados que retratam a condição de vulnerabilidade social no Território.

A presença de crianças com até 14 anos de idade com rendimento *per capita* de até meio salário mínimo já é uma situação de risco, agravada com a presença do responsável com menos de 04 anos de estudo. Observe-se que os índices são preocupantes, para a maioria dos municípios, e a média fica bem acima da situação do Estado, que também já não é animadora.

Quadro V - Proporção de domicílios com crianças de até 14 anos de idade, com rendimento domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo e com responsável com menos de 04 anos de estudo, por grupo de idade das crianças, 2000

Município	Total	Grupos de Idade -%	
		0 a 6 anos	7 a 14 anos
América Dourada	59,7	57,9	61,5
Barra do Mendes	41,3	38,9	43,5
Barro Alto	51,6	51,1	52,1
Cafarnaum	51,1	48,8	53,4
Canarana	49,6	49,1	50,1
Central	44,6	43,3	45,8
Gentio do Ouro	61,1	55,5	66,2
Ibipeba	37,9	37,4	38,3
Ibititá	44,5	45,0	44,1
Ipupiara	49,3	44,8	52,9
Irecê	31,4	29,0	33,8
Itaguaçu da Bahia	61,6	60,5	62,8
João Dourado	50,9	47,4	54,0
Jussara	51,5	52,0	51,2
Lapão	46,9	44,9	48,6
Mulungu do Morro	59,6	60,1	59,2
Presidente Dutra	39,0	33,6	43,5
São Gabriel	54,2	51,7	56,5
Uibaí	38,6	38,8	38,3
Xique-Xique	58,6	59,4	57,9
Total	49,2	47,5	50,7
Bahia	42,7	42,1	43,3

Para o conjunto do Território, 43% da população é classificada como pobre e outros 33% (um terço) estão abaixo da linha da pobreza. Esses dados ganham maior significado

quando se considera que milhares de pessoas não usufruem dos benefícios do processo econômico, embora sejam parte dele.

Quadro VI – Percentual de pessoas consideradas pobres e daquelas que estão em situação inferior da pobreza, 2003.

Município	Pobres	Índice Inferior da Pobreza
América Dourada	53,65	47,45
Barra do Mendes	34,17	24,40
Barro Alto	38,02	28,97
Cafarnaum	45,10	36,48
Canarana	31,92	24,77
Central	37,94	28,80
Gentio do Ouro	35,14	25,84
Ibipeba	31,56	22,59
Ibititá	46,36	36,48
Ipupiara	39,14	29,57
Irecê	41,99	32,28
Itaguaçu da Bahia	47,71	31,21
João Dourado	46,24	36,70
Jussara	54,26	47,43
Lapão	37,87	28,54
Mulungu do Morro	41,74	33,20
Presidente Dutra	44,55	33,79
São Gabriel	51,29	42,45
Uibaí	39,54	30,37
Xique-Xique	57,35	48,54
Total	42,78	33,49

Fonte: WWW.ibge.gov.br – cidades@

A situação de pobreza obriga que milhares de famílias recorram ao amparo público, através do Programa Bolsa Família (PBF) que beneficia, no território, quase 63 mil famílias (cerca de 60% da população). Esse programa, considerado o mais importante instrumento de distribuição de renda do governo federal, transfere, mensalmente, mais de R\$ 6,3 milhões de reais, o que se constitui no elemento básico de aquecimento da economia comercial local.

Quadro VII – Número de Famílias Beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e Valores das Transferências Mensais¹³

Município	Nº de Famílias	Transferência Mensal -R\$
América Dourada	2.772	291.241,00
Barra do Mendes	2.100	213.876,00
Barro Alto	2.228	220.408,00
Cafarnaum	2.801	291.689,00
Canarana	4.113	412.833,00
Central	2.863	292.822,00

¹³ Setembro, 2010.

Gentio do Ouro	1.769	176.804,00
Ibipeba	2.656	260.464,00
Ibititá	3.155	308.447,00
Ipupiara	1.326	128.752,00
Irecê	6.884	662.114,00
Itaguaçu da Bahia	2.306	241.737,00
João Dourado	3.244	316.214,00
Jussara	2.685	269.355,00
Lapão	4.094	421.790,00
Mulungu do Morro	2.393	247.326,00
Presidente Dutra	2.351	226.861,00
São Gabriel	3.182	334.159,00
Uibaí	2.379	231.749,00
Xique-Xique	7.586	804.080,00
Total	62.887	6.352.721,00

Fonte: WWW.mds.gov.br

Educação

Educação é essencial na qualidade do tecido social da sociedade. Como afirma Paulo Freire, *a educação sozinha não transforma a sociedade. Sem ela, tão pouco, a sociedade muda (...).* A educação pode promover uma participação ativa, consciente e responsável pelos encaminhamentos da sociedade, ou favorecer a reprodução da lógica de desigualdade naturalizada nas relações sócio-históricas que nos envolve.

No Brasil a educação é reconhecida como direito da população, sendo o Estado responsável pela sua oferta e regulação. Mesmo assumida como direito, é imperativo que ela se institua na vida social dos moradores. Diante do quadro histórico relegado no Território de Irecê a educação é pauta de luta emergente para que o projeto de desenvolvimento possa ter aderência e promover as mudanças que neste contexto se apresentam, visto que é elemento básico para o processo de desenvolvimento sustentável.

As precariedades são de várias dimensões. Das áreas dos municípios que compõem o Território tem maior dimensão a área rural. Embora nela se localize o maior número de escolas, elas atendem no máximo ao Ensino Fundamental II. Em alguns povoados se instalou o Ensino Fundamental Médio como extensão do Colégio que se encontra na sede do município, e, por conseguinte, com grade curricular e metodologia voltadas para área urbana. Esse é um dos dados que revela a concentração da vida social na sede do município, como uma matriz que pressupõe o campo como espaço de produção, sem vida social, cultural e sem gente.

Essa ausência da escola nos locais onde concentra a maior parte da população fortalece a lógica do inchaço urbano, do êxodo e da falta de perspectiva para o viver no e do

campo. É deste lastro histórico que, no Brasil, a educação na área rural apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade como nesse Território. O analfabetismo da população com mais de 10 anos é de 23,8% (para a zona rural, 28,1%) e outros 42,5% da população com mais de 15 anos têm menos de 04 anos de estudo, o que demonstra a histórica negação do direito de acesso e permanência na escola.

São pelas altas taxas de analfabetismo no Território que se faz necessário uma política ampla de escolarização em todos os municípios. E é com essa preocupação que a educação em nosso Território vem sendo pautada, na tentativa de garantir o desenvolvimento sustentável. No Brasil, a educação rural apresenta os mais baixos índices de escolaridade de toda a sociedade. Em nosso Território a realidade não é diferente, uma vez que o analfabetismo da população rural na faixa etária acima de 10 anos é de 28,1%, o que demonstra a histórica negação à população do campo do direito de acesso e permanência na escola para completar sua formação inicial.

Quadro VIII - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos e mais de idade e diferença das taxas dos municípios em relação à do Território

Municípios	Taxas de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares permanentes		Diferença em pontos percentuais em relação ao Território	
	Anos	1991	2000	1991
Território	36,8	23,2	-	-
América Dourada	40,6	28,9	>3,8	>5,7
Barra do Mendes	26,8	17,2	<9,9	<6,0
Barro Alto	32,2	19,8	<4,5	<3,4
Cafarnaum	37,1	27,6	>0,3	>4,4
Canarana	33,5	21,9	<3,3	<1,3
Central	32,4	25,3	<4,3	>2,1
Gentio do Ouro	45,6	27,8	>8,8	>4,6
Ibipeba	41,1	18,8	>4,3	<4,4
Ibititá	37,0	23,7	>0,2	>0,5
Ipupiara	26,7	16,9	<10,0	<6,3
Irecê	28,6	16,6	<8,1	<6,6
Itaguaçu da Bahia	56,4	33,0	>19,7	>9,7
João Dourado	41,9	26,5	>5,1	>3,3
Jussara	38,9	30,7	>2,2	>7,5
Lapão	37,6	22,9	>0,8	<0,3
Mulungu do Morro	44,5	25,5	>7,8	>2,3
Presidente Dutra	29,8	20,1	<6,9	<3,2
São Gabriel	41,1	24,4	>4,3	>1,2
Uibaí	26,6	20,3	<10,1	<2,9
Xique-Xique	41,6	27,3	>4,9	>4,0

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Quadro IX - Taxa de analfabetismo da população residente de 10 anos ou mais de idade, por situação de domicílio nos municípios do Território Irecê

Bahia / Território / Município	Taxa de Analfabetismo (%)		
	Total	Urbana	Rural
BAHIA	21,6	14,8	36,3
Território Irecê	23,8	20,2	28,1
América Dourada	28,9	27,6	31,2
Barra do Mendes	17,2	12,2	20,8
Barro Alto	19,8	16,6	22,3
Cafarnaum	27,6	23,9	32,7
Canarana	21,9	17,6	25,5
Central	25,3	21,1	28,9
Gentio do Ouro	27,8	23,6	31,8
Ibipeba	18,8	17,9	20,1
Ibititá	23,7	22,0	25,1
Ipupiara	16,9	15,1	19,7
Irecê	16,6	15,5	30,7
Itaguaçu da Bahia	33,0	20,9	35,7
João Dourado	26,5	25,7	27,7
Jussara	30,7	28,1	35,6
Lapão	22,9	20,4	24,5
Mulungu do Morro	25,5	18,5	30,5
Presidente Dutra	20,1	16,9	24,0
São Gabriel	24,4	18,8	30,9
Uibaí	20,3	19,5	21,4
Xique-Xique	27,3	21,5	42,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra – 2000

As pessoas com menos de 04 anos de estudo são consideradas “analfabetas funcionais” que, no Território, correspondem à metade da população. Somados os “analfabetos técnicos” (os que não sabem ler nem escrever) e que, no Território correspondem a 23,8%, com os “analfabetos funcionais” (42,5%), chega-se a um contingente correspondente a dois terços da população (66,3%) o que se constitui num grande entrave ao processo de desenvolvimento sustentável.

Quadro X – Proporção de pessoas com 15 anos ou mais e com menos de 04 anos de Estudo, por sexo, 2000.

Município	Total	Homem	Mulher
América Dourada	55,4	58,3	52,4
Barra do Mendes	45,0	46,5	43,6
Barro Alto	50,3	50,3	50,4
Cafarnaum	56,1	59,3	52,7
Canarana	49,6	52,2	46,9
Central	40,7	40,7	40,7

Gentio do Ouro	58,3	59,1	57,4
Ibipeba	40,0	43,0	36,6
Ibititá	49,4	51,7	46,9
Ipupiara	48,7	51,2	46,1
Irecê	35,1	38,2	32,2
Itaguaçu da Bahia	64,7	68,5	60,4
João Dourado	53,3	56,4	50,2
Jussara	53,3	55,4	50,9
Lapão	49,2	53,0	45,2
Mulungu do Morro	57,6	58,3	56,9
Presidente Dutra	41,8	42,6	40,9
São Gabriel	49,0	54,1	43,6
Uibaí	41,2	42,9	39,3
Xique-Xique	52,0	53,6	50,4
Total	49,5	51,8	48,2
Bahia	42,5	45,2	39,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Quanto ao numero de matrículas escolares no ensino fundamental, médio e na pré-escola, a situação por município é a seguinte, por setores público e privado.

Quadro XI – Número de Matrículas na Pré-Escola, Ensino Fundamental e Médio, redes pública e privada, 2008.

Município	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Pré-Escola
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada	
América Dourada	3321	-	756	-	550
Barra do Mendes	2464	178	652	47	469
Barro Alto	2606	-	706	-	506
Cafarnaum	3522	253	696	-	673
Canarana	4483	442	1411	-	896
Central	3220	232	419	104	882
Gentio do Ouro	2153	-	418	-	400
Ibipeba	2644	70	522	-	359
Ibititá	3214	63	951	-	517
Ipupiara	1396	-	477	-	331
Irecê	7982	3467	2722	954	2352
Itaguaçu da Bahia	2795	-	496	-	552
João Dourado	4365	173	1076	-	590
Jussara	3188	133	876	-	557
Lapão	4648	94	1280	-	971
Mulungu do Morro	3081	-	609	-	385
Presidente Dutra	2187	186	718	-	777
São Gabriel	3732	134	743	-	752
Uibaí	1875	104	682	29	525
Xique-Xique	11444	453	2644	89	2253
Total	74320	5982	18854	1223	15297

Fonte: WWW.ibge.gov.br – cidades@

Nesse Território, há apenas 12 anos, tem-se a presença da Educação Superior com a instalação da UNEB. São atualmente dois Campi, um instalado em Irecê, Campus VXI, e outro

em Xique-Xique, Campus XXIV. Eles oferecem os cursos de Pedagogia e Letras para contribuir com a qualidade da formação dos professores na dimensão da graduação e com especialização para graduados envolvidos ou interessados em processos educativos, nos eixos de gestão, de formação pedagógica, formação lingüística, literária e de docência superior (esta última para assegurar a proposta que a Universidade se auto-sustente de professores destes locais onde está instalada, embora ainda não seja assim).

No atendimento às demandas de formação de professores que já atuam nas redes de ensino para formação em serviço, alguns Programas foram assumidos pela UNEB e pela UFBA. São ofertados, também, na modalidade de Educação à Distância, cursos de licenciatura como História, Geografia, Biologia, Matemática, Pedagogia, Letras, Serviço Social, Administração e Música. Recentemente a Universidade Aberta com a parceria da UNEB também se instalou no Território, oferecendo os cursos de História, Geografia e Química.

A prática de Extensão e Pesquisa é pontual por ineficiência de uma política para a Educação Superior que garanta o desenvolvimento do seu tripé e assim não reproduza o modelo clássico da Universidade Napoleônica centrada no ensino. Este modelo é insustentável, por não garantir produção de conhecimentos que tenham ressonância e reconheçam a realidade da sociedade que lhe instituiu.

Saúde, Saneamento e Moradia

Os dados até aqui apresentados evidenciam que as condições de vida da população carecem de uma transformação que repercuta na totalidade do Território. Mesmo considerando a queda da mortalidade infantil, é necessário registrar que os principais motivos que continuam causando mortalidade infantil têm sido a insuficiência alimentar, doenças infecciosas, cuidados anteriores ao parto, como acompanhamento pré-natal, e as condições materiais de vida das mães. Trabalhos recentes demonstram que as taxas de mortalidade geral¹⁴ no Território atingem mais fortemente a PEA, apresentando um coeficiente de 5,5 óbitos por 100.000 habitantes.

Com base nos dados gerados pela SEI (2000), a média dos números representativos da mortalidade infantil no Território Irecê estabelece um diferencial significativo em relação

¹⁴ Causas externas, doenças cardiovasculares, doenças cérebros-vasculares, respiratórias e cardíacas (isquêmicas e hipertensivas), diabetes e neoplasias.

aos mesmos dados, durante o mesmo período para o estado da Bahia. A mortalidade infantil no Território, embora tenha caído em 10 anos, ainda é alta para que o Território atinja uma situação desejável do desenvolvimento sustentável.

Mesmo considerando a análise no âmbito do Território, é importante destacar que os índices da mortalidade infantil refletem, possivelmente, realidades e aspectos específicos que desencadeiam a morte precoce das crianças. Por exemplo, é o caso dos municípios Cafarnaum, Ibititá, João Dourado, Jussara e Presidente Dutra que no ano de 1991 possuíam uma média de 125 óbitos a cada 1000 nascidos vivos, verificando uma queda, em média de 50 nascimentos no ano 2000. Já os demais municípios registraram quedas pouco significativas neste mesmo período.

Dois aspectos devem ser considerados quanto a essas informações. O primeiro relaciona-se com as principais causas desse coeficiente, quais sejam: insuficiência alimentar, doenças infecciosas, bacterianas, parasitárias não tratadas ou mal tratadas. O segundo diz respeito à distribuição espacial desse indicador. As taxas de mortalidade infantil corroboram com os demais indicadores da desigualdade social no estado e no Território.

Quadro XII - Mortalidade infantil nos municípios do Território Irecê (%)

Território	1991	2000
Bahia	70,9	46,5
América Dourada	101,8	78,5
Barra do Mendes	91,6	62,2
Barro Alto	80,9	61,6
Cafarnaum	125,2	73,2
Canarana	116,7	78,5
Central	88,9	61,6
Gentio do Ouro	80,9	65,1
Ibipeba	87,1	61,6
Ibititá	123,3	73,2
Ipupiara	s/d	s/d
Irecê	80,9	62,2
Itaguaçu da Bahia	75,3	53,2
João Dourado	125,2	78,5
Jussara	125,2	81,3
Lapão	93,1	61,6
Mulungu do Morro	88,2	66,1
Presidente Dutra	125,2	70,5
São Gabriel	108,5	65,1
Uiabaí	102,0	73,2
Xique-xique	104,6	83,1

Fonte: Fundação João Pinheiro. Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O Território não possui nenhum hospital com serviços de média e alta complexidade, precisando transportar para outras localidades os pacientes que precisam desses serviços o

que onera significativamente o erário e aumenta o risco de morte. Os centros de saúde existentes se dedicam, basicamente, à prestação de serviços ambulatoriais, pequenas cirurgias e parto.

O quadro seguinte registra o número dos centros de saúde e de leitos disponíveis nos municípios, pertencentes à rede pública e à iniciativa privada.

Quadro XIII – Número de Centros de Saúde, 2006.

Município	Centros de Saúde		Leitos para Internação	
	Rede Pública	Rede Privada	Rede Pública	Rede Privada
América Dourada	10	-	36	-
Barra do Mendes	9	-	29	-
Barro Alto	5	1	22	-
Cafarnaum	5	2	33	-
Canarana	4	-	38	-
Central	14	-	-	-
Gentio do Ouro	3	-	16	-
Ibipeba	9	1	32	-
Ibititá	5	2	22	-
Ipupiara	5	2	22	-
Irecê	11	18	106	58
Itaguaçu da Bahia	3	-	25	-
João Dourado	5	-	41	-
Jussara	9	-	30	-
Lapão	8	-	41	-
Mulungu do Morro	3	-	34	-
Presidente Dutra	12	-	20	-
São Gabriel	6	-	32	-
Uibaí	6	-	30	-
Xique-xique	6	6	33	188
Total	138	32	642	246

Fonte: WWW.ibge.gov.br – cidades@

Cultura¹⁵

O Território Identidade de Irecê é rico em manifestações da cultura popular como os Ternos de Reis e os grupos de dança de São Gonçalo, assim como na produção musical, na literatura e na poesia.

¹⁵ Informações cedidas pela Representante da SECULT no Território, Maria Ribeiro, com colaboração de Adalberto Pinho.



Grande parte dos agricultores pratica a agricultura familiar de subsistência e participa de manifestações culturais através dos grupos de cultura popular como os Ternos de Reis, as Rodas de São Gonçalo, as cantigas de roda, além de uma rica produção em literatura de cordel. O ponto de partida para a rearticulação dos grupos de cultura popular foi a participação deles no I Festival das Primeiras Águas, realizado em 2006 pela Rede de Cultura Popular de Irecê (formada pelo GARRA, IPETERRAS, STTR DE BARRO ALTO, STTR DE CENTRAL, COMAC, APLB SINDICATO, FUNDAÇÃO CULTURARTE DE SÃO GABRIEL), com o apoio de outras entidades sociais e prefeituras do Território.

Nos últimos anos, as manifestações culturais têm ocupado lugar de destaque no Território de Irecê através da realização de feiras, festivais, mostras e encontros de cultura. Toda esta dinâmica deve-se às políticas de descentralização e democratização de recursos públicos, através do Ministério da Cultura - MINC, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SECULT-BA, bem como das estatais e bancos públicos como o BNB, dando oportunidades de acesso a recursos públicos através dos editais de apoio à cultura.

O território possui uma rica tradição das manifestações da cultura popular com grupos de Terno de Reis, Roda de São Gonçalo, Banda de Pífanos, entre outros, formados em sua maioria por famílias de agricultores e agricultoras familiares. Originalmente, estes grupos faziam suas manifestações com músicas, danças e rezas por motivos religiosos, hoje encontramos alguns deles que saem apenas pela tradição festiva que herdaram de seus familiares, mas que prestam um serviço importantíssimo à memória das tradições populares no Território.

Estas manifestações populares, por muitas décadas, ficaram esquecidas pelo poder público e por parte da sociedade, o que levou muitos grupos ao risco de extinção, mas a partir da década de 90, com a articulação e os Festivais das Primeiras Águas realizado pela Rede de Cultura Popular do Território de Irecê, os grupos que estavam fragilizados passaram a sofrer novas influências pelos seus pares e elevaram sua autoestima.

Os grupos de cultura popular, além de saírem em seus festejos tradicionais durante as visitações das lapinhas, têm organizado encontros de cultura popular onde reúnem, num mesmo dia, todos os grupos do município e alguns convidados da região. Isso foi possível a partir da articulação com a Rede de Cultura Popular do Território de Irecê.

Outro registro de manifestação cultural muito importante para o Território é a literatura de cordel. Na análise cultural do município de Central, por exemplo, feita para a SECULT-BA pelos dirigentes de cultura do município, encontra-se o registro de oito escritores de literatura de cordel, alguns com livros já publicados. Esta literatura fez parte da alfabetização de muitos habitantes do Território e é tão forte na educação deste povo que encontra-se aqui um cordelista que não sabe escrever (analfabeto), e que tem livro de cordel publicado, como Seu Miguel Viola e Wilson Alves da Silva. Além de Central, podemos detectar nos municípios de São Gabriel, Uibaí, Barra do Mendes, Irecê, entre outros, a riqueza dessa manifestação cultural.

Já na área das culturas digitais, em 2005, na primeira edição do edital de Pontos de Cultura/Minc, o Território foi contemplado com Três pontos de cultura: ARTE VIVA da Fundação Culturarte de São Gabriel, o Anísio Teixeira da Prefeitura de Irecê e o Cantando a Cidadania do Sindicato dos Comerciários de Irecê-SECIR. Em 2009 o Território conquistou mais três pontos de cultura através da parceria SECULT/MINC: no município de Central a COMAC com o Manoel Viola e ACAAC com o VIVA ARTE; e no município de Lapão, no Povoado de Rodagem, o Ponto de Cultura Vivendo Cultura da Associação Comunitária dos Pequenos Agricultores de Rodagem.

A música é outra expressão artística muito viva no Território, além de músicos tradicionais da MPB, existe um crescente mercado de bandas musicais que fazem as festas dos povoados do município e da região. A maioria das Prefeituras Municipais realiza a festa de aniversário de cada município, geralmente a maior festa realizada pelos gestores públicos, que atrai turistas de toda a região, porém a programação musical é mais centrada nas bandas que estão na mídia. Realizam também festejos juninos, com destaque para Irecê

e América Dourada e os carnavais e micaretas, a exemplo de Lapão, Barra do Mendes, Ibipeba, Canarana, entre outros.

O Território conta ainda com o Museu Arqueológico de Central, que ocupa o espaço do Antigo Mercado Municipal. Há, em exposição, antiguidades, fotos históricas, fósseis e painéis pintados com pinturas rupestres encontradas nos vários sítios arqueológicos encontrados no município pela Pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Maria Beltrão. Segundo a mesma, quando o museu tiver condições para receber os vários fósseis encontrados no município que se encontram no Rio de Janeiro, estes voltarão para a cidade.

A quantidade de espaços existentes possibilita a realização de atividades culturais, porém os mesmos carecem de estruturação para atender às necessidades dos artistas e movimentos culturais do município. Por outro lado, é necessário formular políticas públicas de formação de platéia como também para melhorar a capacidade de produção, criação e fruição da cultura local e regional.

Como na maioria dos Territórios brasileiros, os municípios não possuem Secretaria de Cultura, tendo uma secretaria de Educação que, geralmente, na sua estrutura organizacional, existe um departamento de cultura. A parceria com as entidades culturais, artistas, associações comunitárias, na elaboração de projetos culturais individuais e coletivos e a aprovação de vários no Território, tem aproximado estes atores do departamento de cultura, percebendo o compromisso e responsabilidades dos gestores com relação à cultura e suas interfaces e também tem estimulado o processo de implementação dos sistemas de cultura.

Assim, urge um projeto de desenvolvimento que leve em conta todo o processo de formação cultural, a valorização da identidade e da memória do território, passando pela adaptação e construção de espaços físicos que atendam às manifestações culturais até a discussão e implantação de políticas públicas que favoreçam a economia da cultura. Isso se faz necessário para fortalecer a geração de renda em negócio cultural formado nos registros, legitimação e tombamento do Patrimônio material, Imaterial, histórico, arqueológico, paleontológico e ambiental.

Gênero e Etnia

Ao longo da história da humanidade, as mulheres sempre tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento dos sistemas de produção. Em contrapartida, especialmente com o advento do capitalismo, não tiveram essa importância valorizada pela sociedade, marcada pela cultura machista e só com muita garra conseguiram romper algumas barreiras e preconceitos, e avançar na luta pela conquista de uma sociedade mais justa para todos e todas.

Assim também, apresenta-se a questão de gênero no Território de Irecê. Com o avançar das discussões de 2006, as mulheres vêm participando mais ativamente, o que pode ser percebido com a afirmação da sua presença com a constituição do GT de Política para Mulheres, que pensam políticas para as mulheres no território.

As mulheres querem ampliar seus direitos no Comitê Gestor para garantir que as temáticas de Gênero, Geração e Etnia estejam sendo levadas em consideração dentro da política territorial. A participação das mulheres nas instituições é nítida, mas sem poder de decisão, necessitando que haja uma política de formação para as mulheres no território.

Com relação às Comunidades Quilombolas, é perceptível a luta dos remanescentes de quilombos pelos direitos, mas, mesmo assim, têm-se as comunidades quilombolas, a maioria no campo, vivendo em situação de pobreza e risco social.

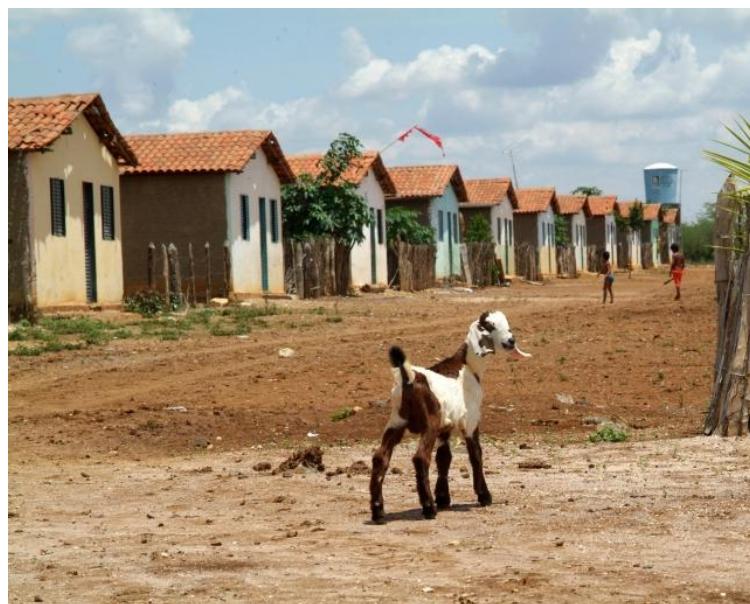
As justificativas da situação de vulnerabilidade social na qual vivem os quilombolas são as mais diversas. Geralmente o significado maior atribuído pela sociedade reside na crença de que os remanescentes de quilombos são preguiçosos e/ou incapazes. Pode-se dizer que esta crença oscila entre a ignorância, o preconceito e o ranço cultural, porém destituído de toda e qualquer razão e amparo legal. Há um baixo acesso por parte dessas comunidades nas políticas públicas.

No Território de Irecê existem mais de 60 comunidades identificadas, porém apenas 12 foram reconhecidas pela Fundação Palmares para formalização de um processo que garante o acesso às políticas afirmativas de reparação.

CAPÍTULO IV - Aspectos Econômicos

Estruturas Agrária e Produção Agropecuária

A análise da estrutura fundiária do Território permite compreender a dinâmica de ocupação das áreas, aliada a alguns aspectos da distribuição dos estabelecimentos rurais e produção.



Assentamento Novo Esplendor no município de Central-BA

Foto Marisa Vianna/2008

A configuração da estrutura fundiária do Território tem início com o processo de ocupação, o qual, junto com características naturais, como tipo de solos, proximidade na parte setentrional com o Rio São Francisco e intermitentes estiagens determinaram o fluxo migratório da população. Vale destacar que, como toda ocupação fundiária, os aspectos do poder econômico e político (grilagem, despejos violentos, aquisições fraudulentas) se sobrepunderam aos demais. A posse se dá sempre em função de interesses que vão desde a proximidade de centros urbanos ou rodovias, fertilidade do solo, disponibilidade de recursos hídricos, etc.

Porém, a configuração da estrutura deveu-se também à forte atuação do Estado. Com as políticas de modernização agropecuária executadas, o Estado promoveu intensas

transformações na organização da base produtiva, nas relações sociais e na configuração do espaço regional. Neste processo de modernização, a cidade de Irecê concentra a maior estrutura de serviços e atividades econômicas, e é para onde convergem pessoas e mercadorias, firmando-se como polo regional.

No Território de Irecê predominam as pequenas propriedades agropecuárias, 66,3% dos estabelecimentos dispõem de áreas abaixo de 10 hectares, sendo, portanto, significativa a participação da agricultura familiar na economia regional, mais ainda, se comparada aos territórios Sul e Velho Chico, cujas estruturas agrárias são fortemente concentradas.

Pode-se perceber a importância da agricultura familiar para a economia e o desenvolvimento do Território, quando se observa que 91% dos estabelecimentos possuem área menor que 50 ha e detêm apenas 31% das terras do Território, sendo, no entanto, responsável por 87% do pessoal ocupado e ainda contribui com 57% do VPA.

Quadro XIV - Perfil da estrutura fundiária do Território Irecê

Grupos de área dos estabelecimentos rurais	Participação no total (%)			
	Nº de Estab.	Área	Pessoal Ocupado	Valor da Produção
1. Até 10 hectares	66,26	9,46	57,77	26,11
2. Mais de 10 a 20 hectares	13,35	6,89	14,69	11,61
3. Sub – Total (1+2)	79,60	16,35	72,46	37,73
4. Mais de 20 a 50 hectares	12,10	14,17	15,03	19,04
5. Mais de 50 a 100 hectares	4,12	10,73	5,77	13,09
6. Sub – Total (3+4+5)	95,82	41,25	93,27	69,85
7. Mais de 100 a 200 hectares	2,19	11,09	3,17	11,32
8. Mais de 200 a 500 hectares	1,33	14,86	2,21	10,87
9. Sub – Total (7+8)	3,53	25,94	5,38	22,19

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra.

Quadro XV - Distribuição dos estabelecimentos rurais, conforme a condição do produtor – Território Irecê

Condição do Produtor	Estabelecimentos Rurais			
	Território		Estado	
	Nº	%	Nº	%
1. Proprietário	31.354	79,0	620.118	88,7
2. Arrendatário	332	0,8	4.551	0,7
3. Parceiro	1.373	3,5	9.734	1,4
4. Ocupante	6.611	16,7	64.723	9,3
Total Geral	39.670	100,0	699.126	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra – 2000.

Sabendo-se que o acesso ao PRONAF restringe-se a agricultores com áreas de até 04 módulos fiscais e 06 módulos fiscais quando se tratar de pecuarista familiar, vê-se que a maior produção acontece justamente neste estrato, que corresponde também a aproximadamente 93% do pessoal ocupado. Conforme demonstra a tabela, existem no Território em torno de 37.200 estabelecimentos rurais com até 04 módulos fiscais, correspondendo a uma demanda social por crédito de, aproximadamente, 34.900 contratos.

A demanda por mão-de-obra é significativamente alta, devido, principalmente, ao fato de que as máquinas são, geralmente, alugadas e a maioria dos agricultores não têm condições financeiras de perfazer todos os tratos culturais necessários, tais como capinas frequentes.

A trajetória de desenvolvimento do Território demonstra a necessidade de diversificação das atividades econômicas. Formada por um conjunto de pequenos municípios geograficamente próximos, a região, dos anos 1980 até meados dos anos 1990, ganha destaque com a produção de grãos, particularmente o tri - consórcio feijão - milho - mamona. Hoje esse tri – consórcio, inserido na região nos anos 80 e 90, não atende mais a necessidade do Território, devido à degradação ambiental, às perdas das safras, à oscilação dos preços dos grãos, e, principalmente, à redução gradativamente dos serviços governamentais de apoio (créditos e financiamentos), bem como às mudanças climáticas cada vez mais desordenadas. Dessa forma, urgiu a necessidade dos agricultores explorarem outras atividades, diversificando a produção.

Mesmo com a introdução de tecnologias de irrigação que possibilitaram o cultivo de outros produtos, a agricultura do Território ainda é, basicamente, uma agricultura de sequeiro, com o plantio de feijão, milho e mamona. Dentre os principais problemas enfrentados pelos agricultores, a perda das safras por causa das secas é o maior. E, quando a safra é considerada satisfatória, os preços, principalmente do feijão, sofrem quedas significativas em virtude da superprodução, provocando desequilíbrios entre os preços recebidos e os custos de produção, e, consequentemente, queda na competitividade da lavoura. A alternativa para amenizar o caráter cíclico da renda seria implementar estratégias de CSA que evitassem fortes impactos negativos na renda total.

No entanto, não se pode deixar de mencionar, que a lógica governamental desses períodos, esteve pautada em programas e projetos de “combate à seca” na qual gerou um crescimento desordenado e não um desenvolvimento sustentável. Hoje se discute uma nova

proposta, um modelo de desenvolvimento apropriado para o semiárido. A convivência com o semiárido também se apresenta na busca de uma nova dinâmica sócio-cultural e educativa, redimensionando o lugar dos sujeitos e das imagens produzidas sobre esses e sobre o ambiente. E traz, sobretudo, novas áreas para o semiárido, garantindo a possibilidade de se viver com dignidade nesse espaço.

Vale ressaltar que a proposta de convivência com o semiárido tem avançado neste Território. A sociedade civil, as ONGs, as Agencias Internacionais de Cooperação Técnica têm provocado mudanças significativas no modo de viver e de compreender o meio em que vivem. As produções de fundo de quintal, a policultura, a agroecologia, os bancos de sementes, as hortas comunitárias, valorização das frutas nativas, as cisternas de captação de água de chuva para o consumo humano e as cisternas de produção têm gerado uma nova economia ainda não mensurável, mas, que já começa a refletir e se consolidar como economia solidária e sustentável.

A pecuária complementa o sistema agrário da região. Destacam-se a bovinocultura, caprinovinocultura e a suinocultura. Na maior parte das vezes, essas atividades são praticadas em pequenas propriedades – aproximadamente 70% dos estabelecimentos agropecuários possuem áreas abaixo de 10 hectares. Esse fato reforça a significativa participação da agricultura familiar na economia regional.

As possibilidades dos agricultores na busca de outros tipos de renda no Território são bastante reduzidas, uma vez que a economia local é extremamente dependente da agropecuária. Sendo assim, as maiores oportunidades de emprego são as ocupações temporárias na agricultura, seja de sequeiro ou irrigada. Estas ocupações geralmente são de baixa remuneração que varia de município para município, e é pago entre R\$12,00 e R\$20,00 por dia de trabalho de 8 horas. Elas têm pouco impacto no mínimo necessário para a manutenção e reprodução de uma família. Para essas famílias, as transferências do governo (Bolsa Família) tornam-se importantes, pois auxiliam, sobremaneira, na composição da renda familiar.

Quanto às culturas permanentes, o Território não é um produtor expressivo de manga. A sua participação no valor da produção em relação ao estado é de 0,6 %, sendo que 64% da produção concentram-se nos municípios de Barra do Mendes, Ibipeba e Uibaí.

A banana é uma cultura desenvolvida pela agricultura familiar em todo o Território. Não tem grande expressão econômica, porém contribui no orçamento do agricultor familiar

e para o seu autoconsumo; é comercializada a nível local, principalmente em feiras livres. Mais de 60% de sua produção concentram-se no município de Ibipeba.

O sisal é uma cultura tradicional e de exportação no Território, em crises permanentes por questões de mercado. É desenvolvida também pelo agricultor familiar, porém sem tratos culturais adequados. É uma cultura demandadora de força de trabalho, portanto, de muita importância na geração de emprego. É produzido em 15 municípios, sendo Cafarnaum e Mulungu os mais expressivos, representando mais da metade da produção territorial, 53%.

Quadro XVI - Valor da produção de lavouras permanentes Território Irecê

Municípios	Banana	Café (em côco)	Côco-da-baía	Mamão	Manga	Sisal (fibra)
América Dourada	105	2	120	-	14	105
Barra do Mendes	281	463	33	3	98	48
Barro Alto	25	11	14	3	2	95
Cafarnaum	63	-	-	-	-	490
Canarana	17	11	26	3	5	198
Central	12	-	19	-	37	-
Gentio do Ouro	17	-	4	-	3	-
Ibipeba	3.135	-	558	-	276	95
Ibititá	289	2	62	-	35	114
Ipupiara	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Irecê	91	5	93	6	-	95
Itaguaçu da Bahia	65	-	103	-	50	-
João Dourado	55	-	93	-	-	46
Jussara	11	-	2	-	-	5
Lapão	413	26	209	96	-	46
Mulungu do Morro	11	1.080	-	-	4	588
Presidente Dutra	91	-	20	-	66	8
São Gabriel	28	3	24	-	46	30
Uibaí	206	12	91	-	92	49
Xique-Xique	31	-	62	-	7	-
Total	4.946	1.615	1.533	111	735	2.012
Estado da Bahia	307.558	281.956	169.330	307.901	126.788	141.374

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - 2003

Do ponto de vista da sua base produtiva agrícola, predominam no Território, as *culturas temporárias*, com destaque para o feijão, milho e mamona. Segundo o IBGE, as culturas temporárias participaram com 98,2% do total da área colhida da região de Irecê e o tri - consórcio representou 91,9%. São importantes, ainda, as culturas da mandioca, do sorgo, da cebola e do algodão.

O feijão é uma cultura difundida em todos os municípios, consumido e comercializado em todo o estado e em outras unidades da Federação. Nas décadas de 80 e

90, ele era responsável pela grande geração de empregos e fator preponderante pelo fluxo imigratório para o Território. Nos anos de 1990, o feijão sofreu reduções no volume de área cultivada, na produção e no valor da produção tendo como principal causa a diminuição da oferta de crédito subsidiado, do apoio do setor público e de outras políticas agrícolas.

O milho, sempre em consórcio com o feijão, e a mandioca são também culturas tradicionais e desenvolvidas por agricultores familiares. Como o feijão, sofreram decréscimos em sua produção, em função da diminuição das políticas agrícolas e secas periódicas. Sua produção em relação ao estado é de pouca importância, 40%. A produção do Território está concentrada nos municípios de Lapão, São Gabriel, Presidente Dutra e Uibaí que participam com 51% e 53% do valor da produção.

A cultura da mamona é difundida em todo o Território e de grande importância para a Bahia, representando 57%, 46% a 48% de área colhida, produção e valor da produção, respectivamente. Novas oportunidades estão surgindo para os produtores de mamona com a utilização do seu óleo no programa de alternativas energéticas do Governo Federal. Contudo, é necessário atentar para algumas preocupações externadas pelos agricultores: risco da monocultura (hoje se calculam 200 mil ha de mamona plantados com vistas ao Programa Biodiesel), maior capacitação de técnicos e produtores, o risco da atividade se tornar agronegócio, excluindo o setor da “agricultura familiar”, e uma política de preços mínimos. É necessário ter conhecimento da produtividade da região, das tecnologias existentes e do próprio Programa, sendo, portanto, fundamental estabelecer um sistema de ATER e pesquisa, ampliar a produção de sementes, capacitar e estabelecer mecanismos de articulação dos agricultores com os órgãos responsáveis.

A farinha e os derivados da mandioca são produtos de grande relevância na segurança alimentar dos agricultores familiares, bem como na composição de sua renda e na geração de empregos. O Território não tem maior expressão no Estado no tocante à área colhida, produção e valor da produção – 49%, 1,5% e 0,6%, respectivamente. O sorgo vem sendo introduzido no Território e sua produção já é expressiva, participando com 28% da área colhida, 32% da produção e 27% do valor da produção em relação ao Estado.

A cultura da cebola é desenvolvida com irrigação às margens do Rio São Francisco. É frequentemente acometida de crises em decorrência da instabilidade de preços e concorrência de outros centros produtores do país. Participa com 18% da área colhida, 20% da produção e 25% do valor da produção em relação ao estado.

O algodão está sendo desenvolvido no Território em 06 municípios, sendo que Jussara e Itaguaçú da Bahia são responsáveis por 94% da produção e 93% do valor da produção do Território. A cultura do algodão tem passado por sérias crises, seja por conta da ocorrência de pragas, seja por questões de instabilidade do mercado internacional. Atualmente com abertura de novos mercados, a exemplo da China, novas perspectivas têm sido sinalizadas para esta cultura.

Em relação à pecuária do Estado, o rebanho de bovinos é pouco expressivo, com uma participação de 2,8% desenvolvida de forma extensiva ou semi-extensiva. Metade do plantel, 50,1%, localiza-se nos municípios de Gentio do Ouro, Itaguaçú da Bahia e Xique - Xique, destacando-se este último, que sozinho representa 28% do total do rebanho do Território. Melhor expressão tem os rebanhos de ovinos e caprinos no conjunto do Estado: 4,6% e 5,9% respectivamente, sendo que enquanto os ovinos estão distribuídos de forma mais equânime, em relação aos caprinos, 42% estão nos municípios Central, Jussara e Xique-Xique.

Quadro XVII – Presença da Pecuária, por Município, 2006 (numero de cabeças)

Município	Bovinos	Equinos	Asininos/ Muares	Suinos	Ovinos	Caprinos	Aves
América Dourada	3789	345	280	2236	5012	8400	6172
Barra do Mendes	12939	780	830	4550	4200	8850	12200
Barro Alto	5358	210	165	2845	2500	2450	11000
Cafarnaum	9574	732	230	946	5260	3780	5275
Canarana	10140	550	490	4510	5700	8500	22000
Central	14169	1108	1135	4117	3729	10799	15930
Gentio do Ouro	32041	1873	2229	3168	5309	6286	20901
Ibipeba	9292	1400	1330	3800	5800	3500	12000
Ibititá	9307	740	490	5680	6500	3600	26000
Ipupiara	6500	250	350	570	2000	2700	11000
Irecê	22705	430	235	4650	4000	2100	18500
Itaguaçú da Bahia	26852	123	487	3513	7364	5622	5375
João Dourado	15084	720	440	2720	6500	1700	15000
Jussara	6565	580	1100	2720	9500	13000	12000
Lapão	7921	540	260	3200	6000	1700	16000
Mulungu do Morro	4623	281	120	744	336	2765	4046
Presidente Dutra	3434	340	465	1564	2900	1800	14000
São Gabriel	5666	730	310	5300	10000	6500	14000
Uibaí	2173	385	740	4900	3900	3200	16000
Xique-Xique	80675	343	2098	13167	25423	29253	18578
Total Território	288807	12460	13784	74900	121933	126.505	275977

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

É interessante observar que, enquanto os rebanhos bovinos demonstram uma tendência de crescimento, com 11% no período de 2004-2006, a situação é inversa em relação aos caprinos que foram reduzidos em 27% no período.

Quadro XVIII – Variação em % dos rebanhos de bovino e caprino, 2004-2006.

Município	Bovinos			Caprinos		
	2004	2006	Variação	2004	2006	Variação
América Dourada	5.480	3.789	-44,4	5.500	8.400	+52,7
Barra do Mendes	9.164	12.939	+41,2	12.000	8.850	-35,6
Barro Alto	5.500	5.358	-2,2	2.850	2.450	-16,3
Cafarnaum	5.481	9.574	+74,6	5.693	3.780	-50,6
Canarana	9.890	10.140	+2,5	10.000	8.500	-17,6
Central	13.263	14.169	+6,8	9.923	10.799	+8,8
Gentio do Ouro	30.332	32.041	+5,6	5.543	6.286	+13,4
Ibipeba	9.100	9.292	+2,1	7.200	3.500	-57,0
Ibititá	6.900	9.307	+34,9	7.000	3.600	-51,6
Ipupiara	7.800	6.500	-20,0	2.700	2.700	0,0
Irecê	18.000	22.705	+26,1	3.000	2.100	-32,0
Itaguaçu da Bahia	24.597	26.852	+9,2	4.965	5.622	+13,2
João Dourado	12.000	15.084	+25,7	5.200	1.700	-33%
Jussara	6.000	6.565	+9,4	20.000	13.000	-35,0
Lapão	6.200	7.921	+27,8	3.800	1.700	-52,3
Mulungu do Morro	2.788	4.623	+65,8	2.526	2.765	+9,7
Presidente Dutra	3.400	3.434	+1,0	3.200	1.800	-50,0
São Gabriel	4.500	5.666	+25,9	14.000	6.500	-55,7
Uibaí	2.500	2.173	-15,0	6.800	3.200	-53,0
Xique-Xique	75272	80.675	+7,2	25.222	29.253	+13,8
Total Território	258.167	288.807	+11,9	157.122	114.805	-27,0

Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal, 2004 e Centro Agropecuário 2006.

Quanto à rentabilidade específica a cada tipo de produção – temporária, permanente e pecuária – pode-se afirmar que o Território Irecê apresenta-se com um forte potencial para investimentos na agropecuária. Os dados acima revelam que a produção vegetal chega a 70% e desses, 48% são lavouras temporárias, atividade predominante em muitos municípios do Território. Daí que a mamona, a fruticultura (pinha) e as hortaliças aparecem como culturas estratégicas.

Quadro XIX – Valor Anual da Produção do Território de Irecê, por tipo de atividade, 2000.

Tipo de Atividade	Valor da Produção (R\$ 1.000,000)	
	Valor	%
1. Produção animal	14.509	29,4
1.1 - Grande Porte	11.456	23,2
1.2 - Médio Porte	1.271	2,6
1.3 - Aves e pequenos animais	1.782	3,6
2. Produção Vegetal	34.809	70,6
2.1 - Lavouras Permanentes	2.558	5,2
2.2 - Lavouras Temporárias	23.695	48,0
2.3 - Fruticultura e Horticultura	8.108	16,4
2.4 - Silvicultura e exploração florestal	448	0,9
Total	49.318	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra – 2000.

PIB e Finanças Públicas

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios, seguindo a regra de todo semiárido baiano, é composto substancialmente pelo setor de serviços, o que revela a fragilidade da economia. Os setores produtivos – agropecuária e industrial – representam pouco mais de um quinto do total (22,1%). Essa fragilidade se reflete no PIB *per capita* extremamente baixo¹⁶, o que retrata o nível de pobreza do Território.

Quadro XX – Composição do Produto Interno Bruto (PIB), por Município, 2007 (R\$ 1.000,00)

Municípios	Composição do PIB por setores				PIB <i>Per capita</i>
	Agropec	Industr	Serviços	Impostos	
América Dourada	10.835	3.373	30.103	1.658	2.914
Barra do Mendes	6.556	3.307	28.801	1.212	2.842
Barro Alto	4.425	4.149	25.008	1.282	2.538
Cafarnaum	8.077	6.165	32.913	1.497	2.680
Canarana	10.542	4.068	44.742	2.482	2.616
Central	3.960	2.537	32.964	1.313	2.443
Gentio do Ouro	4.636	7.421	18.904	789	2.372
Ibipeba	4.913	2.540	31.453	2.749	2.776
Ibititá	8.874	5.694	35.724	2.011	2.810
Ipupiara	1.740	2.540	20.950	1.437	2.986
Irecê	11.062	28.586	243.248	32.597	5.034
Itaguaçu da Bahia	5.336	3.311	20.873	811	2.418
João Dourado	16.905	6.411	44.543	2.947	3.399
Jussara	4.430	3.568	25.690	11.130	2.347
Lapão	27.186	8.004	50.237	2.879	3.455
Mulungu do Morro	4.603	3.142	24.333	1.195	2.419
Presidente Dutra	7.400	3.933	26.807	1341	2.856
São Gabriel	6.469	4.801	37.025	1.873	2.717
Uibaí	5.208	3.379	26.414	1.235	2.641
Xique-Xique	15.509	11.679	93.371	47.024	2.741
Total	168.666	118.608	894.103	119.462	2.850
%	13,0	9,1	68,7	9,2	-

Fonte: WWW.ibge.gov.br – cidades@

¹⁶ Apenas como referencial, o PIB *per capita* do Município de Camaçari (BA), é R\$ 47.174,00, ou seja, nove vezes superior ao maior índice do Território que pertence ao município de Irecê.

Os recursos orçamentários são deveras baixos, correspondentes a R\$ 883,82 *per capita*. Do orçamento total executado em 2008, 85,3% são oriundos de transferências efetuadas pelos governos estadual e federal, o que deixa os municípios numa situação de absoluta dependência pela ausência de receitas próprias.

Quadro XXI – Valores dos Orçamentos Municipais Executados e das Receitas oriundas de transferências governamentais, 2008 (R\$)

Município	Orçamento Executado	Transferências Governamentais
América Dourada	18.769.372,04	18.110.575 ,74
Barra do Mendes	15.617.582 ,98	14.569.986 ,56
Barro Alto	14.117.656 ,89	14.072.007,33
Cafarnaum	19.633.079,19	18.959.995,45
Canarana	23.074.670,39	22.485.467,21
Central	19.383.284,18	18.255.645,02
Gentio do Ouro	11.992.310,02	11.685.449,17
Ibipeba	16.106.487,62	15.776.685,77
Ibititá	19.011.210,13	18.265.494,31
Ipupiara	9.929.054,11	9.383.283,10
Irecê	64.067.708,27	57.246.379,55
Itaguaçu da Bahia	15.756.758,64	15.373.910,97
João Dourado	21.222.856,79	19.796.542,02
Jussara	17.331.359,05	16.112.486,10
Lapão	25.339.850,00	23.576.517,69
Mulungu do Morro	16.197.028,07	15 .052.523,26
Presidente Dutra	14.831.319,27	13.883.688,89
São Gabriel	16.861.765,52	16.286.591,19
Uibaí	14.862.660,05	14.305.921,19
Xique-Xique	43.980.743,88	42.556.555,99
Total	369.582.145,18	314.990.618,17

Fonte: WWW.ibge.gov.br – cidades@

Crédito

Como em quase todos os Territórios, a principal linha de financiamento em Irecê para a agropecuária familiar é o PRONAF, e também, como nos outros, as maiores dificuldades estavam diretamente ligadas aos serviços de ATER/ATES, beneficiamento e comercialização.

A experiência e vivência do movimento social do Território, aliado aos dados secundários, permitem inferir que no período 2000-2005 não houve correspondência entre demanda de crédito orientada por cadeia ou espaço geográfico no Território, implicando na desorganização da demanda e na utilização do crédito pelos agricultores. Deve-se registrar,

também, o distanciamento das instituições financeiras (BB e BNB) desse processo de qualificação.

Não há um atendimento sistemático ao conjunto dos municípios do Território, em consequência, percebe-se a exclusão de grande número de agricultores familiares do acesso ao crédito público. O PRONAF A, o PRONAF Jovem e o PRONAF Mulher praticamente inexistiram; os mais acessados foram o PRONAF B, C e D, porém, nem em todos os municípios do Território.

No período em questão (2000 a 2005), o volume de recursos captados pelos agricultores foi da ordem de **R\$ 25.480.798,28**, porém, se desconhece qual público (perfil econômico - social) teve acesso aos créditos liberados e como os referidos recursos foram utilizados, e não se tem nenhum tipo de informação e análise sobre os impactos do crédito nas propriedades dos beneficiários, e muito menos para a economia da comunidade local e dos municípios.

ATER / ATES

A assistência técnica é um serviço de suma importância e estratégico para o desenvolvimento territorial que pressupõe possuir a capacidade e os conhecimentos necessários para que a produção agropecuária e não-agropecuária se potencializem numa perspectiva sustentável, garantindo tanto resultados satisfatórios para a economia do Território, quanto para a preservação dos recursos naturais. Por isso, cada vez mais percebe-se a necessidade de uma Política de ATER voltada para a agroecologia no Território de Irecê.

Há uma enorme demanda não satisfeita por ATER no Território. Dos aproximadamente 41.011 agricultores familiares existentes, apenas 7.400 são atendidos pelo serviço de ATER, predominando o atendimento efetuado pela EBDA. Observam-se parcerias em alguns municípios com a FETAG e cooperativas de produção que, no entanto, são insuficientes e não dispõem dos recursos necessários para realizar o trabalho com qualidade. Ainda, essas equipes técnicas, tanto a oficial quanto a do movimento social, não são de dedicação exclusiva. Os técnicos da EBDA consomem grande parte do seu tempo em questões burocráticas e de escritórios. Os profissionais das ONG's estão sujeitos aos projetos de financiamento e já têm estabelecida uma determinada quantidade de famílias por projeto, e além do mais, não tem havido sintonia entre as diversas organizações (governamentais e não-governamentais) no sentido de priorizar uma ação articulada. Daí se

encontrar no Território um número razoável de técnicos e o serviço de ATER/ATES ser considerado deficiente, no sentido do atendimento e de seus resultados.

Quadro XXII - Nº de agricultores familiares atendidos e equipe técnica disponível de ATER¹⁷

Município	Entidades que prestam serviços de ATER	Nº total de agricultores familiares (2007)	Nº de agricultores familiares atendidos por serviços de ATER	Nº de agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas de ATER (2005)
América Dourada	EBDA, FETAG	1.535	300	3
Barra do Mendes	EBDA, STR e Prefeitura	1.772	300	3
Barro Alto	EBDA, STR e Prefeitura	2.306	200	2
Cafarnaum	EBDA, STR e Prefeitura	2.061	200	3
Canarana	EBDA e Prefeitura	3.406	700	4
Central	EBDA, STR e Prefeitura	2.232	700	4
Gentio do Ouro	EBDA	1.496	100	2
Ibipeba	EBDA, STR e Prefeitura	1.893	300	2
Ibititá	EBDA, STR E PREFEITURA	3.819	300	3
Irecê	EBDA, STR e Prefeitura	1.435	200	2
Ipupiara	EBDA, STR e Prefeitura	765	100	1
Itaguacú da Bahia	EBDA, STR e Prefeitura	1.587	400	2
João Dourado	EBDA, STR e Prefeitura	1.143	200	3
Jussara	EBDA COOPERJ e Prefeitura	2.245	600	3
Lapão	EBDA COPRAL e Prefeitura	1.780	1.500	6
Mulugu do Morro	EBDA, FETAG e Prefeitura	1.977	200	2
Presidente Dutra	EBDA, STR e Prefeitura	1.463	200	3
São Gabriel	EBDA, STR e Prefeitura	2.975	300	3
Uibaí	EBDA, STR e Prefeitura	2.558	300	2
Xique-Xique	EBDA, STR e Prefeitura	2.563	300	3
TOTAL		41.011	7400	56

Fonte: (1)IBGE. Censo Agropecuário (1995/96);(2)MDA/Inca/SIR (30/09/2007)CIAT; Oficina PST, 2006.

¹⁷ O PST identificou que para contemplar a demanda de crédito reprimida no Território, seria necessário ampliar o quadro técnico em 100%.

Ainda sobre acesso a ATER, é possível verificar uma demanda ainda maior no caso dos assentamentos de Reforma Agrária e a ausência total deste serviço quando se trata das famílias quilombolas, apesar do Território possuir cerca de 4.200 famílias.

A realidade do Território mostra que, do total dos agricultores familiares, pouco mais de 21% tem acesso aos serviços de ATER. Para contemplar o total da categoria, o número de técnicos teria que aumentar em 50%. No que se refere a serviço de ATES, é acessado por aproximadamente 40% das 1.311 famílias assentadas, devendo ser aumentado acima de 100% para contemplar o total de famílias; já as 4.200 famílias quilombolas não possuem nenhum tipo de assistência, gerando uma demanda de 40 técnicos para atendê-las.

Beneficiamento e Comercialização da Produção

Os problemas enfrentados pelos agricultores também estão ligados à comercialização dos produtos, principalmente pela intervenção dos atravessadores controlando preços e condições de pagamento. As cooperativas existentes no Território não atendem aos agricultores em sua totalidade, obrigando-os a comercializarem sua produção individualmente. Outro desafio enfrentado é o baixo poder aquisitivo da população local, que não favorece uma demanda sustentável para os produtos locais. Necessita-se da organização dos agricultores para atuarem em mercados mais distantes e diversificados¹⁸. A inadimplência junto aos bancos oficiais - BNB e BB - complementa o quadro de problemas vivenciados pelos agricultores.

Atividades não-agrícolas

Uma perspectiva tradicionalista das atividades produtivas rurais e do desenvolvimento rural recomendava maiores incentivos para àquelas atividades basicamente agrícolas. Contudo, a noção de território delineada pela SDT amplia o entendimento do universo econômico e dos sujeitos produtivos que o integram para além do estritamente agropecuário.

¹⁸ Por exemplo, o mercado institucional em duas opções: Prefeituras e o Estado (alimentação escolar, hospitais, etc.) e a CONAB.

Desse modo, a identificação e incentivo às atividades não-agrícolas é parte da concepção de desenvolvimento territorial, contemplando o incremento de renda e geração de emprego para outro tipo de empreendimentos, como turismo rural e arqueológico, cultura e artes, artesanato e outros¹⁹.

O território é rico em várias atividades não-agrícolas, mas não tem investimentos ou incentivos financeiros. Têm-se as belezas escondidas na chapada velha onde há cachoeiras, pinturas rupestres, além dos rios Verde e Jacaré que são braços do São Francisco e tem presença marcante no território. A cultura popular está aflorando no Território com um grande potencial, são eles: grupos de reisado, cantadeiras de roda, cantadores de aboio, são Gonçalo, Pífano, vaquejada, caretas, quadrilhas, trança fita e artistas da terra. No artesanato têm-se variedades incontáveis, são artesanatos de madeira, de casca de coco, de fibra de sisal, crochês, fuxico, sementes, de folha de bananeira, de retalhos, de cipó e vários outros.

Níveis de Renda

O nível de renda familiar nos municípios do Território é preocupante. Dados oficiais²⁰ demonstram que as principais fontes da renda geral dos municípios giram em torno da empregabilidade nas Prefeituras locais, dos programas de renda mínima do governo federal e da agricultura, principalmente familiar, na qual se encontram sérias dificuldades de sustentabilidade. No mais, empregos ocasionais e irregulares, e o comércio local que movimenta a economia em épocas de festas esporádicas.

Tratando-se da renda das famílias, a renda familiar per capita²¹ é um indicador amplamente utilizado no Brasil para se estabelecer linhas de pobreza. Em geral, consideram-se como em situação de pobreza famílias que possuem renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal - critério comumente utilizado nos programas sociais de transferência de renda do governo federal.

A base referencial de renda revela que o Território Irecê apresenta um quadro abaixo da média do estado, mesmo sabendo que a Bahia não é boa referência comparativa neste

¹⁹ Entretanto, deve se dizer que muitos atores sociais e agentes financeiros ainda não valorizam devidamente essa questão, talvez pelo pouco tempo de reflexão dedicado e pela falta de conhecimento de experiências bem sucedidas.

²⁰ Confirmados nas oficinas de construção do PST.

²¹ A renda familiar per capita é obtida dividindo o rendimento familiar mensal pelo número de componentes da família. Como pessoas da família são incluídas a pessoa de referência, o cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, mas não são incluídos outros moradores do domicílio como pensionistas e empregados domésticos.

aspecto. Enquanto o estado tem um percentual de 55% da população com renda per capita de até ½ salário mínimo, o Território apresenta-se com 66%, sendo que, apenas o município de Irecê tem uma taxa menor que o estado, chegando a 48%. Outros municípios extrapolam em muito esses números, como é o caso de América Dourada, 75%, Gentio do Ouro, 77% e Mulungu do Morro com 81%.

Quando se trata da renda familiar, permanece a mesma lógica. Enquanto no estado 48% das famílias têm renda familiar per capita de até ½ salário mínimo, no Território esse número é de 58% e novamente apenas Irecê apresenta um percentual menor que o do estado, 44%. Da mesma forma aparecem América Dourada, 67%, Gentio do Ouro, 68% e Mulungu do Morro - 76% - com os piores números. Provavelmente, os melhores números de Irecê em oferta de ocupação e renda se expliquem em função do comércio, da agricultura e do serviço público²².

Quadro XXIII - Número de pessoas e famílias e proporção com renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo mensal, nos municípios do Território Irecê

Bahia / Município / Território	População Total	População com renda per capita familiar de até 1/2 SM (%)	Total de famílias	Famílias com renda familiar per capita de até 1/2 SM (%)
BAHIA	13.070.250	55,3	3.463.749	48,1
Território Irecê	372.994	65,9	95.233	58,7
Representação no Estado (%)	2,86	3,40	2,75	3,36
América Dourada	15.799	75,3	3.912	67,1
Barra do Mendes	13.610	65,3	3.737	56,7
Barro Alto	12.054	65,4	3.188	57,7
Cafarnaum	15.883	66,9	4.036	58,7
Canarana	21.453	64,7	5.583	57,4
Central	16.645	69,5	4.327	63,6
Gentio do Ouro	10.065	77,4	2.550	67,5
Ibipeba	15.251	64,0	4.105	59,3
Ibititá	17.760	65,0	4.836	59,1
Ipupiara	8.559	67,3	2.339	57,7
Irecê	57.035	48,4	15.586	43,9
Itaguaçu da Bahia	11.209	73,6	2.716	64,6
João Dourado	18.816	60,5	4.717	54,2
Jussara	15.272	70,6	3.680	62,8
Lapão	24.409	66,6	6.321	60,2
Mulungu do Morro	14.935	81,4	3.321	75,8
Presidente Dutra	13.560	67,4	3.680	61,6
São Gabriel	18.488	71,6	4.497	64,0
Uibaí	13.563	61,0	3.697	54,7
Xique-Xique	44.521	74,1	10.744	65,5

Fonte: SEI. Censo 2000.

²² O município de Irecê possui uma PEA de 46.000 habitantes e uma taxa de desocupação em torno de 16,5%.

Conforme o IBGE, o Território Irecê possui uma PIA em torno de 289.000 mil habitantes, e uma PEA aproximada de 198.680 mil habitantes, sendo a população não economicamente ativa de 194.667 mil habitantes. Com base na análise do grau de informalidade e taxa de desocupação, pode-se concluir uma demanda reprimida por postos de trabalho. O grau de informalidade do Território Irecê, 84%, ultrapassa em 14 pontos percentuais os números do estado da Bahia, havendo municípios com índices superiores a 90%, como Uibaí (91%), Barro Alto (92%), Itaguaçu e Mulungu com 93% e Gentio do Ouro (95%).

Quanto à taxa de desocupação, percebe-se que a taxa média territorial é de 15%. As consequências desses números impactam sobre a baixa renda territorial e a evasão na arrecadação para o fisco municipal.

Quanto à ocupação dos postos de trabalho, o Território mostra, aproximadamente, 123.000 ocupados no trabalho principal, sendo que 80% destes trabalhadores são responsáveis de familiares não remunerados, e 2,8% são trabalhadores permanentes, enquanto no Estado este número é de 6,4%. Nos dados sobre empregos temporários, o Território apresenta 16,4% - o dobro do estado, 8,4%. Quando o número de trabalhadores temporários é elevado, significa que há uma expressiva instabilidade laboral, desemprego, baixos salários, precarização, demonstrando a necessidade de implementar políticas públicas que gerem e garantam ocupação e renda. Esta é uma das principais características da agricultura familiar, além do baixo custo da sua aplicação, sobretudo quando comparada à geração de postos de trabalho nos demais setores da economia, como a indústria e os serviços.

Quadro XXIV - Pessoal ocupado conforme a categoria no Território

Categoria do trabalhador	Pessoal Ocupado			
	Território		Estado	
	Nº	%	Nº	%
1. Responsáveis e familiares não remunerados	98.896	80,2	2.075.697	82,7
2. Empregados permanentes	3.486	2,8	160.935	6,4
3. Empregados temporários	20.225	16,4	210.762	8,4
4. Parceiros	343	0,3	11.139	0,4
5. Outra condição	357	0,3	50.057	2,0
a) Total de ocupados	123.307	100,0	2.508.590	100,0
b) Residentes nos estabelecimentos rurais	43.138	-	1.874.604	-
c) % de b/a	34,98	-	74,7	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico - 2000 - Microdados da Amostra.

Índice de Desenvolvimento Econômico e Social

De uma maneira geral os municípios do Território de Irecê não apresentam uma boa performance no tocante aos indicadores de estimativa do produto/renda e desenvolvimento econômico e social. Apenas os municípios de Irecê e Xique - Xique apresentam posições satisfatórias nos dois primeiros índices. No IDS, os municípios de Barra do Mendes, Central, João Dourado e Irecê apresentam um bom desempenho, destacando-se o município de Irecê que se situa em 18º lugar no ranking.

Quadro XXV - Índice de Desenvolvimento Social e Econômico

Municípios	IDS	Classif.	IDE	Classif.
América Dourada	4.979,52	236º	4.988,73	216º
Barra do Mendes	5.045,25	71º	4.989,65	170º
Barro Alto	4.985,73	207º	4.987,61	330º
Cafarnaum	4.988,28	198º	4.988,37	246º
Canarana	4.997,41	169º	4.989,20	195º
Central	5.028,26	92º	4.989,02	205º
Gentio do Ouro	4.977,56	242º	4.987,93	293º
Ibipeba	5.008,10	144º	4.989,80	166º
Ibititá	5.000,62	162º	4.990,42	139º
Ipupiara	s/d	s/d	s/d	s/d
Irecê	5.129,68	18º	5.005,52	34º
Itaguaçu da Bahia	4.950,74	349º	4.987,01	378º
João Dourado	5.030,38	87º	4.989,41	182º
Jussara	4.984,10	215º	4.987,83	302º
Lapão	4.979,28	237º	4.989,79	167º
Mulungu do Morro	4.940,01	373º	4.987,24	362º
Presidente Dutra	5.010,33	141º	4.988,50	234º
São Gabriel	4.973,43	260º	4.988,65	219º
Uibaí	4.974,18	256º	4.988,20	266º
Xique-Xique	5.005,91	150º	4.995,51	68º
Irecê	4.974,02	11º	4.955,00	14º

Fonte:IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Potencialidades

O Território Irecê é eminentemente rural, apresentando em alguns municípios características urbanas que acontecem em maior grau em Irecê, já que é pólo agregador do comércio e dos serviços disponíveis no Território (bancos, órgãos governamentais, entidades da sociedade civil, lojas, feira regional, centro de distribuição dos produtos da agricultura, meios comerciais de comunicação, etc). Na maioria dos municípios predominam as atividades agrícolas.

Elencando as prioridades do Território de forma a atender as necessidades e solucionar a problemática territorial, a seguir algumas das demandas legitimadas pelos atores:

- Observa-se a potencialidade no setor produtivo de pequenos, médios agricultores com culturas permanentes e principalmente temporárias, a exemplo do tri - consórcio feijão, milho e mamona.
- A agricultura irrigada de frutas e olerícolas ocorre em larga escala no Território, com investimentos de irrigantes e empresários.
- Há produção das culturas próprias do Semiárido, tendo, portanto, o Território condições de verticalizar e agregar valor (beneficiamento), tanto na produção de grãos quanto na de frutas, ambas as culturas de fácil comercialização e presentes na maioria dos municípios do Território por meio da agricultura familiar (inclusive com estruturas montadas e desativadas em alguns deles, como a fábrica de polpas de frutas no município de Jussara, Barra do Mendes e Ibititá e casas de farinha espalhadas em várias comunidades).
- A Feira Agroecológica que acontece na cidade de Irecê e agrega agricultores dos municípios de Barro Alto, Central, São Gabriel, Ibitita, Lapão, Irecê e Morro do Chapéu (Território da Chapada) é um importante espaço de comercialização e afirmação da experiência positiva dos agricultores familiares que já fizeram a transição para o modelo agroecológico.
- O pleno funcionamento da Usina Esmagadora de Mamona do Território localizada no município de Lapão garantirá aos agricultores a venda do produto sem intermédio de atravessadores.
- A caprinovinocultura é desenvolvida na maioria dos estabelecimentos da agricultura familiar do Território. Essa cadeia está mais fortalecida no Território, através do estímulo do complexo agroindustrial localizado no município de Jussara que beneficia carne, leite e pele. É necessária uma permanente e qualificada assistência técnica e pesquisa de novas tecnologias, o manejo sanitário e alimentar, uma melhora no nível de organização dos criadores e a ampliação da oferta de crédito e dos canais de comercialização.
- A apicultura e piscicultura, olericultura, mandiocultura e fruticultura são desenvolvidas no Território, com grande número de grupos, associações e cooperativas.
- O Território também é dotado de recursos naturais com amplas possibilidades para o ecoturismo (serras, caatinga, grutas, pinturas rupestres, ilhas e rios).

- A cultura popular é extremamente rica, com manifestações plurais que ocorrem em todos os municípios, em especial na zona rural, incluindo as comunidades quilombolas e ribeirinhas. O número de artistas (músicos, poetas, cantadores e violeiros, repentistas, atores e atrizes, etc) é elevado e há entidades específicas da cultura que estão organizadas e garantem a difusão da cultura popular no Território, embora existam poucos incentivos dos poderes públicos municipais.
- Há pelo menos 64 comunidades quilombolas identificadas, o que garante um avanço no planejamento e implementação de políticas públicas afirmativas. Existem 12 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares;
- Há experiências de captação de água de chuva para consumo humano através de organizações da sociedade civil e Estado (Dioceses, Cáritas, CAA, GARRA, CESE, Comunidades organizadas e CAR), através de diversos Programas como P1MC (ASA/MDS), Programa Água para Todos (SEDES), Programa Água é Vida, entre outros. Essas ações garantiram o acesso à água para quase 08 mil famílias desse Território;
- O CETEPI, antiga ESAGRI, é fundamental para o desenvolvimento da educação do campo no Território, já que é o lugar onde se garante a formação técnica voltada para a realidade, principalmente da agricultura familiar.
- O Campus XVI e o Campus XXIV da UNEB garantem a educação de nível superior gratuito no Território nas áreas de Pedagogia e Letras. Há necessidade de novos cursos. A rede UNEB vem garantindo a formação de professores dos municípios de São Gabriel, Ibititá e Lapão; O campus da UFBA vem garantindo a formação de professores da rede municipal de Irecê.
- O Centro de Pesquisa em Educação no Campo que será implementado em 2010 na UNEB será importante para o fortalecimento da Educação no Campo, constituindo-se como um importante empreendimento.
- As Universidades de Ensino à Distância aumentaram a oferta de cursos e vagas no Território, possibilitando a qualificação de pessoas que não poderiam se deslocar para outras cidades e estados, com custos reduzidos.
- A implantação de pontos de cultura, pontos de leitura e pontos de cidadania no Território vem garantindo a inclusão digital da população tanto da zona urbana quanto rural.
- O Rio São Francisco e seus afluentes (Rios Verde e Jacaré) garantem a sobrevivência de muitas comunidades do Território;

- A organização social do Território em diversas áreas, como sindicatos, associações, cooperativas, ONGs, redes, fortalecem a participação e as dinâmicas do desenvolvimento;
- A afirmação, efetivo funcionamento e continuidade do processo de desenvolvimento do Território dependem da conjugação de diversos fatores, principalmente, da correlação das forças políticas que venham fortalecer a institucionalidade territorial como um sistema de representação com capacidade de canalizar interesses e viabilizar as propostas discutidas coletivamente pelos diferentes atores sociais. A esse respeito, não se pode desconsiderar que a construção de uma identidade comum não está isenta da participação de organizações que representam interesses de grupos ou categorias sociais conflitantes.
- O trabalho artesanal é potencial em diversas comunidades rurais (barro, palha de bananeira, coco, sementes, sisal e outros produtos da agricultura, cipó, couro de caprinos, etc). Também há artesãos da área de costura, arte em papel, pintura, bordados, tricô, biscuit, etc.
- As organizações representativas dos trabalhadores rurais têm postura atuante e é construtora das políticas necessárias para garantir o desenvolvimento sustentável da categoria.
- Ainda que não cubram na totalidade as características do Território, os dados e indicadores aqui analisados representam uma importante fonte de informação para, a partir deles, se definirem as prioridades de intervenção, em termos espaciais ou temáticos.

CAPÍTULO V - Gestão Social do Desenvolvimento Territorial

O Planejamento

A planificação é a atividade que visa fixar objetivos coerentes e prioridades para o desenvolvimento, determinando os meios apropriados para atingi-los e colocá-los em prática. Ela é utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional.

A planificação é o momento da elaboração dos planos propriamente ditos, portanto é mais um processo dentro do planejamento que busca a elaboração de determinados produtos: os programas, linhas de ação e projetos que resultam do planejamento.

O planejamento é o conjunto de atividades que pretendem organizar a ação para realizar, de forma eficiente e eficaz, a Visão de Futuro. É o momento da tomada de decisões, da definição dos objetivos e metas a serem alcançados e dos caminhos a serem percorridos; ele se estende desde a formulação dos planos até sua avaliação.

O processo de planejamento deve estabelecer as prioridades, *combinando o processo técnico com a negociação política*, indicando como será a participação dos atores na execução do Plano de Desenvolvimento e de como se dará a articulação com outros atores institucionais, políticos e sociais que possam facilitar a concretização dos objetivos definidos.

O planejamento tem que ter uma abordagem sistêmica (visão do todo), isto é, compreender que o "todo" é composto por vários subsistemas onde acontecem influências, parcerias, divergências e conflitos que devem ser levados em consideração e nunca podem ficar de fora do processo de planejamento.

Politicamente, os atores sociais e institucionais que participam e contribuem para a planificação têm que assumir as opções e decisões tomadas, sendo conscientes dos desafios e das responsabilidades.

É bom lembrar que todo Plano é por definição, *provisório*. É ferramenta instituidora de ações, estando sempre sujeito a revisões e ajustes, buscando novas alternativas para resolução dos problemas de maior relevância do Território. Como instrumento de planejamento das ações, incorpora e aproveita as potencialidades endógenas e as oportunidades que o Território oferece.

Visão de Futuro do Território

A visão de futuro é a expressão de um desejo. É a definição de como e onde se quer estar em determinado tempo. É a concepção ou imagem do que se deseja alcançar ou obter, estabelecendo uma direção, um rumo. Ela exige um exercício de imaginação, de criatividade e persistência para alcançá-la.

A visão de futuro antecipa os possíveis desdobramentos das ações planejadas e executadas sobre a uma dada realidade e deve expressar o desejo de mudança de uma sociedade, grupo ou organização, ajudando a orientar o diagnóstico, a definição de objetivos específicos, metas e estratégias de desenvolvimento social.

Para iniciar um processo de planejamento é preciso conceber e gerar uma imagem do que se quer. Este momento é indispensável para dar início ao planejamento, sendo o primeiro a ser feito quando se pensa em elaborar um plano de ação territorial. Portanto, as condições internas do grupo ou do Território, suas potencialidades, dificuldades e contexto sócio político organizativo devem interagir com esta perspectiva de futuro, devendo ser analisadas, igualmente, as condições futuras do contexto externo. Este confronto do endógeno com o exógeno permite definir um cenário desejado plausível.

Com esta imagem já formada, mesmo que, às vezes, não esteja muito clara, parte-se então para os outros momentos do planejamento. Ou seja, a Visão de Futuro deve ser o primeiro momento da estruturação do planejamento. E este planejamento deve ser construído de forma participativa tomando cuidado para que não expresse apenas desejos individuais.

Após a discussão com os atores envolvidos e com base no diagnóstico do Território, a Visão de Futuro foi desenhada estabelecendo diretrizes operacionalizadas em programas e projetos que possam produzir o desenvolvimento territorial.

A Visão de Futuro do Território pretende garantir trabalho, emprego e renda para a população por meio da promoção de várias cadeias produtivas; inserir os jovens no mercado de trabalho; organizar os agricultores familiares; fazer a transição do modelo convencional de produção, para o modelo agroecológico; promover a saúde e uma educação de qualidade e contextualizada, democratizar o acesso à informação, organizar suas instituições e representações da sociedade civil e fortalecer as redes sociais de cooperação.

Com a geração de emprego e renda pretende-se alcançar a expansão econômica territorial, beneficiando principalmente os trabalhadores e as populações excluídas. Com a

saúde preventiva almeja-se o atendimento a todas as famílias do Território, a prevenção de doenças, a coleta seletiva permanente nos municípios do Território e implantação de saneamento básico em todas as cidades e unidades sanitárias para todas as residências. Outra visão de futuro é a universalização do acesso à água para consumo, produção de alimentos e dessedentação de animais com tecnologias sociais, além da universalização do acesso à energia elétrica.

É meta do Território articular políticas públicas para educação e cultura ampliando e fortalecendo a conscientização da população, afirmado ainda tradições culturais, costumes culinários, hábitos alimentares e agroindústria artesanal para fortalecer o turismo regional, mas acima de tudo a afirmação da identidade do povo que aqui vive e se relaciona.

Capital Social

O compromisso das entidades com o desenvolvimento do Território remonta às origens de cada uma delas, canalizando esforços ao longo do tempo para promover mudanças sociais, políticas e econômicas duradouras. Assim, para falar do capital social acumulado no Território, apresentamos a seguir o histórico de algumas instituições territoriais que formam esse capital e fazem as ações para o desenvolvimento territorial acontecerem.

A sindicalização dos trabalhadores rurais (pequenos produtores, pequenos proprietários, posseiros e assalariados), surgiu no bojo de um amplo processo de mobilização pela regulamentação dos contratos de arrendamento e parceria, por direitos trabalhistas e por reforma agrária, "bandeira" essa que atravessou as últimas três décadas e tornou-se o baluarte e a principal frente de combate dos camponeses do Brasil.

Assim, a maior Federação de Trabalhadores Rurais do Brasil, com mais de 400 sindicatos filiados, consolidada na Bahia e respeitada em todo o Brasil, a FETAG se estrutura para dar novos saltos, neste novo período político do País. É tempo de construir novos caminhos para melhoria das condições de trabalho e de vida do homem e da mulher do campo.

É nesse período que irão surgir os primeiros sindicatos do Território de Irecê, debatendo os problemas advindos da monocultura, no período da ditadura militar, onde prevaleciam o assistencialismo do governo e o controle pelo Ministério do Trabalho. Neste mesmo período, nasce a FUNDIFRAN e com a Diocese de Barra (Território do Velho Chico),

irão desenvolver ações para organização e fortalecimento dos sindicatos. Assim, a história do Território se imbrica com a história da formação dessas organizações, que iniciam as lutas por políticas públicas voltadas para o social, pois a região era totalmente desassistida pelo Estado. A FUNDIFRAN, outra organização forte, desenvolvia um trabalho de mobilização e capacitação das lideranças na região, bem como acompanhava o planejamento e a gestão das instituições, principalmente na assessoria jurídica.

O primeiro resultado do trabalho da FUNDIFRAN foi a mobilização dos sindicatos da época para criação do Pólo Sindical da região, que acontecia de forma itinerante, ou seja, as reuniões aconteciam em cada Sindicato da região, isto de dois em dois meses, na qual estas eram assessoradas pela FUNDIFRAN e pela FETAG. E só depois de certo tempo foi eleita uma coordenação. No entanto não houve uma legalização desta ação, só ocorrendo em 1994.

Os primeiros Sindicatos de trabalhadores Rurais da Região são os da cidade de Irecê, Canarana, Uibaí, Xiquexique e Presidente Dutra, em 1971; Barra do Mendes, em 1974; Jussara, 1976; Ibipeba, 1977 e Gentio do Ouro, em 1979. Todos esses sindicatos nascem da necessidade de lutar contra os grileiros de terra, os grandes latifundiários, conhecidos como os coronéis da região, que desapropriavam os pequenos sem direito a nada. É dessa demanda por defesa dos trabalhadores que nascem estes sindicatos. Todos eram assessorados pela FUNDIFRAN, que posteriormente vai fundar outros sindicatos e lutar contra os sindicatos pelegos, ou seja, os que nasceram na época assistencialista do governo e até hoje não querem perder esse vínculo, prejudicando assim a luta em defesa dos trabalhadores.

Dessa forma, com a assessoria da FUNDIFRAN, surge a representação dos sindicatos da região, o Pólo Sindical de Irecê, que não foi legitimado perante a lei por um bom tempo. Mas que mobilizou o surgimento de novos Sindicatos e alavanca o surgimento das associações comunitárias em todo o território.

A história da CODEVASF está associada à importância do rio São Francisco, no âmbito do crescimento social e econômico brasileiro. Os constituintes de 1946, reconhecendo a importância do rio para o desenvolvimento integrado, inseriram no Ato das Disposições Transitórias o artigo 29, que determinou a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas da bacia hidrográfica, num prazo de 20 anos, destinando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União.

Em 16 de julho de 1974, para suceder a SUVALE, foi instituída a CODEVASF - Lei nº 6.088 - Empresa Pública, atualmente vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com

sede e foro no Distrito Federal. Tem como objetivo promover o desenvolvimento da região utilizando os recursos hídricos com ênfase na irrigação como força propulsora. Por força da Lei 9.954, de 06 de janeiro de 2000, a CODEVASF teve sua área de atuação ampliada para a bacia do rio Parnaíba, perfazendo uma área total de abrangência de 970.000 km², (11,30% da área do território nacional), assim definida: Bacia Hidrográfica do rio São Francisco: 640.000 km² - abrangendo porções dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Goiás, estreita faixa do Distrito Federal;

Todas as iniciativas da Empresa visam à geração de emprego e renda, à redução dos fluxos migratórios e dos efeitos econômicos e sociais decorrentes de secas e inundações e, ainda, à preservação dos recursos naturais dessas bacias hidrográficas, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes das regiões.

A ESAGRI - Escola de Agricultura da Região de Irecê, fundada em 1976, situada a 04 km de Irecê, e passa por dificuldades há muitos anos, vem contribuindo com formação de técnicos agrícolas capazes de atender as especificidades regionais e garantir assistência técnica de qualidade para a região. A ESAGRI é de grande importância para o território de Irecê, pois sempre formou técnicos capacitados em criar estratégias para engrandecer a economia local, que é agitada principalmente pela agricultura. A instituição já formou aproximadamente 1500 técnicos agrícolas e hoje ampliou seus cursos como Técnicos em Edificações, Saúde, entre outros.

O Território de Irecê ganhou também uma nova perspectiva para o desenvolvimento: os Campi XVI e XXIV da UNEB. As unidades oferecem a toda a comunidade acadêmica equipamentos adequados para a produção do saber e difusão do conhecimento, contribuindo, desse modo, para o avanço da ciência, e para o desenvolvimento social de todo o Território. Cerca de 24 municípios da região são atendidos pelo Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT) de Irecê que possui três cursos de graduação. O campus abriga cerca de 900 estudantes, 32 professores e um corpo técnico-administrativo de 20 funcionários, composto por efetivos e contratados pelo processo seletivo Redá.

O CAA – Centro de Assessoria do Assuruá é uma organização não-governamental que tem como missão contribuir para a qualidade de vida no sertão baiano, através da construção e disseminação de referências de convivência com o Semi-árido e de conquista da cidadania. Com sede na cidade de Irecê, sua atuação abrange 15 municípios das regiões da Chapada Diamantina e Irecê. O CAA também participa de redes de articulações nacionais,

estaduais e regionais, como a Articulação para o Semi-Árido- ASA, Articulação de Políticas Públicas e Articulação de Agroecologia na Bahia, Rede Sabor Natural do Sertão.

O CAA exerce o papel de assessor, formador, articulador e animador através de programas e linhas de ações desenvolvidas nos níveis local, municipal, e regional. O objetivo é construir, fortalecer e difundir práticas de planejamento participativo, convivência e conquista da cidadania, priorizando a segurança hídrica, segurança alimentar e aumento da renda familiar, além da participação popular no controle e na definição das políticas públicas.

O modo de atuação da entidade é baseado nos princípios da ética, da cidadania, educação popular e do respeito às decisões coletivas. Atualmente, o CAA desenvolve os seguintes programas: Cidadania Ativa, que presta assessoria a grupos/fóruns de cidadania, com o objetivo de capacitá-los para ações de controle social de políticas públicas e mobilização social, além de formar multiplicadores para difundir essas experiências; Alternativas econômicas para o desenvolvimento do Semiárido, programa que tem como objetivo a experimentação, inovação e multiplicação de práticas agroecológicas, criando referências concretas para o fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento sustentável; e o Programa Água no Sertão que busca garantir o acesso regular à água de qualidade para as comunidades que vivem no Semiárido através da introdução de novas tecnologias de captação e produção de alimentos.

A Cáritas implantou o seu núcleo regional em 1961, englobando os estados da Bahia e Sergipe. Atualmente, o Regional NE3 congrega 23 entidades - membro, através das quais vêm desenvolvendo ações de caráter popular e solidário na perspectiva de contribuir para a construção de um outro modelo de desenvolvimento sustentável, democrático e libertador. Em conjunto com outras forças sociais e privilegiando uma ação em parceria nos fóruns, redes e articulações, as ações desenvolvidas pela Cáritas NE3 têm como objetivo fundamental contribuir para o fortalecimento do protagonismo dos grupos e comunidades populares. São ações que a Cáritas Diocesana do Território de Irecê praticam em articulação com todas as Paróquias e Pastorais da Igreja Católica.

A percepção, por várias entidades e instituições, da importância estratégica da política de desenvolvimento territorial contribuiu para a elaboração e futura implementação deste PTDRS. Essas entidades foram grandes motivadores da participação social e protagonistas do diálogo com o poder público. Sem lugar a dúvidas, a articulação de organizações dos agricultores familiares, ONG's, universidades, Prefeituras e órgãos

estaduais ligados ao meio ambiente e agricultura foi imprescindível para o acúmulo que atualmente possui o Território Irecê. Ao participarem da política de desenvolvimento territorial via Conselho Territorial e do CGT essas entidades corroboram para a consolidação do referido projeto de desenvolvimento.

O Território já constituiu um número considerável de atores, o que demonstra capacidade de propor e implementar um programa de desenvolvimento sustentável, promovendo a inclusão dos setores historicamente excluídos dos processos de decisão, especificamente os agricultores/as familiares e suas organizações, ONG's e outros atores sociais que possuem uma história de luta pelo desenvolvimento integrado da região.

Este capital social do Território se organiza em torno de um elemento que adquire importância fundamental no momento de implementação das iniciativas locais para o desenvolvimento: os chamados arranjos institucionais. Estes arranjos têm um papel de destaque, pois é por meio deles que se constroem os acordos em torno da elaboração e execução dos projetos de interesse do Território, juntando as capacidades e conhecimentos dispersos num conjunto de organizações e agentes, públicos e privados, individuais e coletivos, disponibilizando-os e colocando-os a serviço do Território.

Parte 3

Gestão Social do Desenvolvimento Territorial



CAPÍTULO VI - Eixos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais

Dimensão Econômica

O Território de Irecê tem forte vocação e boas condições para as atividades agropecuárias, com disponibilidade de aquíferos de superfície e subterrânea e condições edafoclimáticas apropriadas para diversas atividades. Entendendo-se que dinamizar o setor econômico é condição para o desenvolvimento de qualquer comunidade, região ou país porque é através dele que se geram as riquezas e se criam as condições para o bem-estar social da população pretende-se empreender projetos estruturantes que venham favorecer o fortalecimento da cadeia da caprinovinocultura, a cadeia do biodiesel e a cadeia produtiva da fruticultura.

Quadro XXVI – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Econômica

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS	ARRANJO INSTITUCIONAL
Caprinocultura de Corte e Leite	Fortalecimento da cadeia da caprinovinocultura no Território	Ampliação das instalações e equipamentos do Laticínio da COOPERJ; Aquisição de transporte adequado para coleta e distribuição de Leite e derivados; Ampliação do Programa Cabra de corda para todos os municípios; Ampliação do Complexo Agroindustrial de Jussara para atender as demandas Territoriais; Implantação de Unidades mistas de recepção de Leite em todos os municípios do Território;	Pólo Sindical, FETAG, CODEVASF, ASA, Banco do Nordeste, ACCOJUS, COOPERJ, Prefeituras de Irecê, Lapão, Jussara, EBDA, ADAB, Banco do Brasil, SENAR, CEBATSA, CONAB, STTR de Jussara, SEBRAE.
Mamona e Biodiesel	Programa de Estruturação da Cadeia do Biodiesel	Potencialização da Produtividade da mamona no Território;	CONAB, Prefeitura e Irecê, COPESAGRI, Prefeitura de Lapão, COAFTI, SEBRAE, FETAG, Banco do Nordeste; Polo Sindical, Secretaria da Agricultura de Cafarnaum, São Gabriel, Jussara, Central, EBDA (Lapão/Irecê e Cafarnaum), COPIRECÊ, GARRA, AGROCOOP, EMBRAPA, Polo de Biodisel, COPAFI, COTEBA e COPERUNA.

Fruticultura	Estruturação da cadeia produtiva da fruticultura	Projeto de Manejo agroecológico da fruticultura; Implantação de Unidades de beneficiamento de frutas; Aquisição de Transporte para as Cooperativas e empreendimentos; Curso de capacitação em produção, beneficiamento e comercialização de frutas;	EBDA, CODEVASF, Prefeitura de Presidente Dutra e América Dourada, João Dourado e Irecê, EMBRAPA, COOPERFRUTH, CAA, BNB, STR Uibaí, Rede Sabor Natural do Sertão e COOTEBA.
Transição para Agroecologia	Implementação de Sistemas agroecológicos	Unidades de Experimentação e Demonstração de Práticas Agroecológicas e produção de sementes; Água para produção através de cisternas; ATER Agroecológico; Pesquisa Participativa de Variedades e formação de bancos de sementes; Gestão e Acesso a Mercados (economia Solidária);	Pólo Sindical, FETAG, COOPERJ, ACCOJUS, SEBRAE, BNB, CODEVASDF, FUNDIFRAN, STTR de Barro Alto, AGROCOOP, Rede Sabor Natural do Sertão, CAA, Garra e Ipêterrás.
Trabalho, Emprego e Renda	Qualificação social e profissional	Implantação de Programas de incentivo como Trilha jovem, Projovem, etc; Capacitações pontuais emergenciais; Revitalização da ESAGRI; Implantação do CEFET; Qualificação das demandas dos CRAS em nível Territorial; Projeto de Instalação de um Curso Superior em Agroecologia;.	Secretarias de Ação Social (Irecê, João Dourado, Uibaí); SETRE, CETEPI, UNEB, GARRA, IPETERRAS;
Apicultura	Programa de Desenvolvimento da Apicultura no Território de Irecê	Plano de Desenvolvimento da Apicultura; Implantação de Casa do mel no Território; Curso de capacitação para Apicultores, Meliponicultores e Técnicos; Projeto de manejo de apicultura e meliponicultura;	SEBRAE, Cooperativa de Apicultura do Território, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, CAA, EBDA de Central; Produtores de Xique-Xique;
Piscicultura	Estruturação da Cadeia da piscicultura	Central de beneficiamento e comercialização do pescado em Xique-Xique ; Projeto de Cultivo de Tilápia em Tanques-rede; Implantar 2 (duas) pequenas unidades de beneficiamento de pescado (polos de América Dourada e Canarana/Barro Alto).	Colônia de Pescadores, Bahia Pesca, Fundifran, STTR de Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Barro Alto, Secretarias de Agricultura de Canarana, América Dourada e Ibipeba,

Dimensão Ambiental

A Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê foi formulada com o objetivo de garantir um melhor manuseio dos recursos naturais do Território para a transição para um modelo realmente sustentável.

O bioma caatinga ocupa cerca de 10% do território brasileiro, sendo este um dos biomas mais ameaçados por processos antrópicos. As áreas da caatinga do Território de Irecê estão devastadas pelas queimadas e outras ações. As APA's, áreas de preservação de vegetação estabelecida em razão da topografia ou do relevo, geralmente ao longo dos cursos d'água, nascentes, reservatórios e em topo e encostas de morros, destinadas à manutenção da qualidade do solo, das águas, funcionando como corredores de fauna, estão ameaçadas. A água é usada de forma indiscriminada para irrigação. Em detrimento do consumo humano, os agrotóxicos são usados nas plantações, sem nenhuma preocupação com os solos, lençóis freáticos e com o povo do Território.

Em todas as unidades geoambientais do território existem problemas ambientais graves com média de 85% de degradação e 15% desestabilizado, tendo como principais problemas configurados: desmatamento, manejo inadequado e compactação dos solos, uso de agrotóxicos, queimadas, erosão eólica e pluvial, formação de crateras (PDRS/CAR/SEPLAN/2004).

Dessa forma, diante dos problemas, mas também do potencial organizacional das instituições territoriais e da geografia territorial, os atores sociais decidiram que a Revitalização dos Rios Verde e Jacaré, o Meio Ambiente e o Turismo Rural são os principais eixos que podem garantir o desenvolvimento do Território nessa dimensão.

Dessa forma, apresentam-se os três Eixos prioritários da Dimensão Ambiental do Território de Irecê e seus arranjos institucionais, atualmente configurados em Grupos de trabalho Territoriais.

Eixo Revitalização dos Rios Verde e Jacaré - A degradação, contaminação, poluição e assoreamento, a falta de educação ambiental e a construção de barragens fora das normas técnicas são graves problemas a serem enfrentados para chegar à revitalização dos rios Verde e Jacaré. Para isso, deve-se apoiar e incentivar todas as ações elaboradas pelo CBRVJ, assim como dominar a legislação ambiental, e os projetos governamentais existentes nesta matéria. Compõem o Programa: Projeto de Educação ambiental; Projeto de Recuperação de

Nascentes, Matas, Recomposição Ciliar e Desassoreamento dos leitos dos rios; Projeto de Saneamento básico.

Compõe o Arranjo Institucional do Eixo as seguintes instituições: GARRA, CAA, FUNDIFRAN, Prefeituras de Canarana e Itaguaçu da Bahia, Ingá, IMA, Comitê de Bacias dos Rios Verde e Jacaré, Bahia Pesca, CODEVASF e Ipêterrás.

Eixo Turismo Rural e Meio Ambiente - O turismo rural se constitui como alternativa viável para o desenvolvimento do Território em função dos recursos naturais existentes, tais como as grutas, rios, cachoeiras, fontes, barragens, sítios arqueológicos, dunas, serras, assim como os empreendimentos já implantados: o parque aquático em Xique-Xique e o Pesque e Pague, no município de Lapão.

Assim, para a consolidação do Turismo como eixo imprescindível para o Desenvolvimento Sustentável do Território foi formulado o Programa de Fortalecimento do Ecoturismo e Turismo Cultural do Território de Irecê, que busca o fortalecimento da economia e do turismo regional por meio do resgate das tradições, culturas, costumes, culinária e da agroindústria artesanal; da capacitação específica; do mapeamento e edição do catálogo com pontos turísticos e históricos e seus acessos.

O Arranjo Institucional montado para esse eixo é o seguinte: Setre, Sindicato de Uibaí, Rede de Cultura Popular, Pólo Sindical, Pref. Gentio do Outro, Uibaí, Barra do Mendes e Central. Foram pensados dois projetos para implementar o programa: Diagnóstico e Mapeamento das potencialidades para o Turismo Rural no Território e Projeto de Divulgação Turismo Rural do Território;

Eixo Meio Ambiente - O Eixo Meio Ambiente foi pensado pelos atores para agregar diversas demandas relacionadas ao meio ambiente no Território. Por isso, algumas temáticas como Combate à Desertificação, Recuperação de Áreas Degradas, Uso Irracional e Contaminação das Águas e Educação Ambiental são discutidas nesse eixo que tem como principal Programa o de Preservação Ambiental e minimização dos impactos sócio-ambientais. Para alcançar seus objetivos, determinou os seguintes projetos: Educação Ambiental, Recuperação de áreas de preservação permanente, Tratamento das águas utilizadas e dos Resíduos Sólidos e Plano de Combate à Desertificação.

A escolha desse eixo como estruturante para o desenvolvimento sustentável ocorreu diante de alguns problemas como: existência de desmatamento desordenado e queimadas; degradação ambiental em todas as áreas do Território, conforme relatórios do PTDRS Programa de Desenvolvimento Sustentável (CAR), EBA, Comitê de Bacias dos Rios Verde e

Jacaré, SEPLAN e EMBRAPA Semiárido; existência da caça predatória, captura de animais silvestres indiscriminado na caatinga. Existe, ainda, a grande problemática de supressão da vegetação da caatinga para atividades como: a agricultura, pecuária e a comercialização irregular de madeira e mais, não há recursos disponíveis nos orçamentos municipais para a implantação de um programa de preservação das APP's e APAS's.

Já a Educação ambiental é importante posto que o território não dispõe de uma política estratégica de educação ambiental que contemple as condições e realidade. O Arranjo Institucional para esse eixo é o seguinte: Prefeitura de Irecê, São Gabriel, América Dourada, UNEB, UFBA, Ingá, IMA, IPÊTERRAS e CAA.

Quadro XXVII – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Ambiental

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS	ARRANJO INSTITUCIONAL
Revitalização dos Rios Verde e Jacaré	Programa de Revitalização dos Rios Verde e Jacaré	Recuperação das Nascentes, Matas, Recomposição Ciliar e Desassoreamento do leito dos rios; Educação Ambiental; Saneamento Básico;	GARRA, CAA, FUNDIFRAN, Prefeituras de Canarana e Itaguaçu da Bahia, Ingá, IMA, Comitê de Bacias dos Rios Verde e Jacaré, Bahia Pesca, CODEVASF e Ipêterrass.
Meio Ambiente	Programa de Preservação Ambiental e minimização dos impactos sócio-ambientais	Educação Ambiental Recuperação de áreas de preservação permanente;	Prefeitura de Irecê, São Gabriel, América Dourada, UNEB, UFBA, Ingá, IMA, IPÊTERRAS e CAA.
Turismo rural	Fortalecimento do Ecoturismo e Turismo Cultural no Território	Diagnóstico e Mapeamento das potencialidades para o Turismo Rural no Território;	Setras, Sindicato de Uibaí, Rede de Cultura Popular, Pólo Sindical, Pref. Gentio do Outro, Uibaí, Barra do Mendes e Central.

Dimensão Político-institucional

A Dimensão Político-institucional refere-se às institucionalidades fortalecidas dentro do Território, para garantir o desenvolvimento de políticas negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática. Essa dimensão tenta dar conta também de trazer à tona entre os atores o sentimento de pertencimento e identidade com esse território, para que, culturalmente, os laços se fortaleçam. Com esse entendimento os atores institucionais e sociais passam a perceber a importância da dimensão da organização no processo de garantia dos direitos e de conquista de outro modelo de desenvolvimento para o Território de Irecê.

Eixo Comunicação – Para realizar a transição do modelo de desenvolvimento que temos para o modelo que queremos é de fundamental importância atentar para a comunicação. Em nosso Território, assim como na maioria dos municípios brasileiros, a comunicação é fator decisivo na formação política do povo, já que é um instrumento de poder. Dessa forma, o território de Irecê coloca como Eixo importante da dimensão Político-institucional a comunicação, não sendo apenas o instrumento para informar a população, mas formativo e educativo para o povo do Território. Para isso acontecer é necessário o fortalecimento de um arranjo institucional mais comprometido e que compreenda que a comunicação é transversal a todas as outras ações. Inicialmente foi pensado um Programa de Fortalecimento da Abordagem Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Território de Irecê, com três projetos específicos: Projeto de Comunicação do Colegiado Territorial, Projeto de Implantação de Rádios Comunitárias e Projeto para Implantação de CDC's nas comunidades Rurais, Quilombolas, Assentamentos e Comunidades Ribeirinhas.

Eixo Associativismo e Cooperativismo- Este eixo pretende fortalecer o Associativismo e Cooperativismo através de um Programa de fortalecimento das capacidades institucionais. As suas atividades se direcionarão ao fomento e capacitação para implantação de cooperativas e o fortalecimento das articulações existentes através da participação nos espaços e eventos específicos. Os projetos apontados foram: mobilização e sensibilização para o Associativismo e Cooperativismo; qualificação do capital humano do Território; dinamização das Associações Comunitárias com enfoque participativo; fomento ao Artesanato em sistema cooperado; infra estrutura para Beneficiamento de milho da Copirecê. O arranjo institucional que dá conta deste Eixo, bem como vem trabalhando o tema da Comunicação no Território é: Copirecê, EBDA (Canarana, Irecê, Lapão e Presidente

Dutra), Polo Sindical, Cooperativa de Barro Alto, COAFTI, Prefeitura de Irecê, Prefeitura de Lapão, COPESAGRI, TV Irecê e CAA.

Quadro XXVIII – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Político-Institucional

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS	ARRANJO INSTITUCIONAL
Comunicação	Fortalecimento da Comunicação no Território	Projeto de Comunicação do Colegiado Territorial; Projeto de Implantação de Rádios Comunitárias Projeto para Implantação de CDC's nas comunidades Rurais;	
Associativismo e Cooperativismo	Fortalecimento das Capacidades Institucionais dos Atores Territoriais	Mobilização e sensibilização para o Associativismo e Cooperativismo; Qualificação do capital humano do Território; Dinamização das Associações Comunitárias com enfoque participativo; Fomento ao Artesanato em sistema cooperado; Infraestrutura para Beneficiamento de milho da Copirecê;	Copirecê, EBDA de Canarana, Irecê, Lapão e Presidente Dutra, Polo Sindical, Cooperativa de Barro Alto, COAFTI, Prefeitura de Irecê, Prefeitura de Lapão, Copesagri.

Dimensão Sociocultural

A Dimensão Sócio-cultural para o Desenvolvimento Sustentável do Território de Identidade de Irecê foi pensada com o objetivo de garantir a diversidade cultural dos municípios que compõe esta articulação, pautado nos princípios de uma educação para convivência com o semiárido e contextualizada com as realidades dos diversos cantos e recantos dos povos que aqui vivem. Bem como, pensar políticas públicas de construção de assentados, de afirmação das comunidades quilombolas e grupos de mulheres mais estruturados. Para consolidar esta dimensão foram pautados a saúde e o saneamento básico como forma preponderante para o desenvolvimento do Território.

Contudo, foi afirmado e pactuado entre os atores sociais que o modelo de educação adotado pelo território de Irecê assume os princípios da convivência com o semiárido, respeita a diversidade cultural do seu povo e conserva seus costumes e tradições, na perspectiva também de uma educação para saúde preventiva. Os atores sociais entendem que, dessa forma, há a possibilidade de conscientização de que no território de Irecê existem possibilidades reais de se viver bem, o que faltam são políticas adequadas à realidade.

Dessa forma, apresentam-se os seis Eixos prioritários da Dimensão Sociocultural: Educação do Campo, Cultura, Saúde e Saneamento, Política para Quiombolas, Política para Assentados e Política para mulheres.

Eixo Educação do Campo - O Eixo de Educação do campo visa a implementação de uma política de educação contextualizada, ampliando e fortalecendo o ensino público em todos os níveis.

O Centro de Pesquisa em Educação do Campo que será construído na UNEB, Campus XVI de Irecê, adquirido com recursos do PROINF, pretende consolidar esta realidade entre pesquisa, formação e extensão. Este é um dos potencias para capacitação dos atores sociais deste território, como as mulheres, jovens, quilombolas, assentados, agricultores familiares e educadores das redes municipais e estaduais de ensino. Essa infraestrutura instalada favorece a ampliação e a consolidação da Política de Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido, o acesso ao Projovem Campo Saberes da Terra e a capacitação dos Educadores formadores dos 20 municípios do Território.

A inexistência de material didático contextualizado, a falta de um currículo voltado às realidades do território, e falta de capacitação dos profissionais da educação, a falta de

investimentos nos cursos de nível superior existentes e a falta de implantação de novos cursos dificultam o avanço deste eixo.

O Arranjo institucional montado, que atualmente configura-se como Grupo de Trabalho da Educação do Campo no Colegiado Territorial, é composto das organizações e atores: UNEB Campus XVI, STTR de Barro Alto, GARRA, Prefeituras de Irecê, Lapão, Jussara, Ibitiá, APLB, Ipêterrás, UNEB, CAA, Prefeituras de Lapão, e Comitê de Associações de Central, Comitê Gestor da APA da Gruta dos Brejões.

Com relação à Educação no Território, aponta-se para os grandes avanços, tais como a organização das Conferências Territoriais com foco na Educação do Campo e Fóruns de discussão da Educação Infantil e das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo do Estado da Bahia, além da consolidação do Núcleo de Pesquisa em Educação do Campo da Universidade do Estado da Bahia.

Dessa forma, foi criado no âmbito do PTDRS o Programa de Educação contextualizada para o semiárido com os seguintes projetos: Formação Continuada de Educadores; Centro de Pesquisa em Educação do Campo; Implementação das Diretrizes da Educação do Campo; Revitalização da ESAGRI; Capacitação de educadores e Reformulação curricular para a Educação do Campo;

Eixo da Cultura - Eixo de Cultura visa à implementação de uma política pública de cultura em todo o território que fortaleça e valorize os artistas e os movimentos culturais existentes.

A realização do Festival Territorial das Primeiras Águas, que é a festa da cultura popular de todo território, agora também está pautada no âmbito da agricultura familiar como um espaço de interfaces. O evento pretende fortalecer os artistas populares e as organizações e movimentos culturais, bem como o reconhecimento de que os agricultores familiares são verdadeiros artistas, com seus costumes, crenças e tradições manifestadas através de danças, sambas de roda, chulas, são Gonçalo, reisado, cantigas de roda, aboio de roça, aboio de gado, caretas, cantadeiras e cantadores populares. São estas formas de manifestação culturais que potencializam a vida destes sujeitos do Território. Registram-se a Cantoria de São Gabriel, o Festival Municipal das Primeiras Águas de Barro Alto a Semana de Arte de Uibaí, Semana de Arte de Irecê, Cantoria de Tanquinho de Lapão, O grande Mutirão do Ipêterrás e a Rede de Cultura Popular. Ressalte-se que todos estes eventos são organizados por organizações da sociedade civil e padecem em muitos municípios por recursos para suas realizações.

A inexistência de recursos acessíveis que afirmem e consolidem essas atividades tem dificultado a continuidade destes trabalhos em todo o território. Também faltam gestores municipais comprometidos com as políticas de cultura.

O Arranjo institucional montado, que atualmente configura-se como Grupo de Trabalho de Cultura no Colegiado Territorial, é composto das organizações e atores: AUPAC, Rede de Cultura Popular, Fundação Culturarte, STTR de Barro Alto, Central, Jussara, Uibaí, Garra, Ipétaras, Secretaria e/ou Diretoria de Cultura de Irecê, Uibaí, São Gabriel, América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes, Canrana, Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Barro Alto, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Cafarnaum.

Com relação à cultura, apontam-se grandes avanços, tais como Consolidação da política da SECULT com uma representação de cultura no território, articulando os dirigentes de cultura em cada município do território, ação que tem feito com que os poderes públicos percebam a importância da cultura dos agricultores e agricultoras dos seus municípios. Assim como os diversos editais para cultura, que fortalece alguns grupos nos municípios.

Dessa forma, foi criado no âmbito do PTDRS o Programa de Fortalecimento e Valorização da Cultura do Território com os seguintes projetos: mapeamento Cultural do Território; implantação do Centro Cultural do Território; realização permanente de eventos de fortalecimento da Cultura (Festival das Primeiras Águas, Festival de Música); ampliação de Bibliotecas Públicas e capacitação de agentes culturais.



Eixo Saúde e Saneamento Básico - O Eixo de Saúde e Saneamento Básico visa à implementação de uma política pública que garanta o Programa da saúde da família e a construção de aterros sanitários que atenda todo o território.

A construção dos Postos de Atendimento de saúde da família e aumento da oferta nas farmácias populares, bem como a consolidação dos agentes comunitários de saúde e reestruturação do Hospital Regional de Irecê, ampliaram a possibilidade do atendimento e da saúde preventiva do povo do território.

No entanto, os atores sociais de todo o território ainda padecem pelos atendimentos básicos nos seus municípios, bem como os de alta complexidade no hospital regional, que não tem garantindo cirurgias e médicos especialistas.

O Arranjo institucional montado, que atualmente configura-se como Grupo de Trabalho de saúde e saneamento básico no Colegiado Territorial, é composto das organizações e atores: Secretarias de Saúde de Irecê, São Gabriel, Presidente Dutra, Barro Alto, Pastoral da Criança. Dessa forma, foi criado no âmbito do PTDRS Programa de Saúde preventiva com os seguintes projetos: Saúde para a Família; Construção de Novas Unidades; Reciclagem e Tratamento do Lixo; Implantação de Usina de Compostagem e Reciclagem.

Eixo Política para Assentados - O Eixo de Políticas para Assentados visa à implementação de uma política pública que potencialize a organização dos assentados para estruturação de seus empreendimentos com vistas na estruturação das cadeias produtivas e a garantia da melhoria de vida dos assentados.

A contratação das equipes de ATES tem contribuído na melhoria da organização dos assentamentos e ampliado a perspectiva de geração de renda assim como as articulações com os assentamentos.

A inexistência de recursos acessíveis que afirmem e consolidem essas atividades tem dificultado a continuidade destes trabalhos em todos os núcleos do território. E a falta de gestores municipais comprometidos com as políticas para os assentamentos também tem trazido dificuldades. As fragilidades dos assentamentos têm dificultado essa articulação, já que muitos projetos foram conseguidos sem uma articulação com a comunidade, o que dificulta o fortalecimento dos assentamentos no território.

O Arranjo institucional montado, que atualmente configura-se como Grupo de Trabalho de Políticas para Assentados no Colegiado Territorial, é composto das organizações e atores: EBDA Irecê, Jussara e Xique-Xique, Fundação Culturarte, Garra, CODEVASF, Prefeituras de Jussara, Irecê, São Gabriel, América Dourada, Itagauçu da Bahia, Polo Sindical, Equipe de ATES CDA/INCRA, MST, CETA.

Dessa forma, foi criado no âmbito do PTDRS Programa de Articulação, Organização e fortalecimento dos Assentamentos e Acampamentos com os seguintes projetos: Plano de

ATER/ATES específico para Assentamentos de Reforma Agrária; Projeto de Cisternas de Produção e Consumo para os assentamentos; Programa de Capacitação de Professores do Campo para os assentamentos; Revitalização e resgate da cultura dos assentamentos

Eixo Política para Quilombolas - Eixo de Políticas para quilombolas visa à implementação de uma política pública que potencialize as organizações das comunidades remanescentes para estruturação de seus empreendimentos com vistas à estruturação das cadeias produtivas e a garantia da melhoria de vida dos remanescentes de quilombos de todo o território.

O reconhecimento de 12 comunidades remanescentes de quilombos tem favorecido a mobilização e articulação das comunidades. O mapeamento realizado pelo Colegiado Territorial para o Primeiro Seminário de Promoção da Igualdade Racial do Território identificou, em 2007, 64 comunidades. Essa ação tem se desdobrado em outras, fato que tem facilitado a ampliação e o reconhecimento destes sujeitos e suas comunidades.

A inexistência de recursos acessíveis que afirmem e consolidem essas atividades tem dificultado o reconhecimento de mais comunidades e a falta de gestores municipais comprometidos com as políticas para os remanescentes de quilombolas também tem sido um obstáculo neste trabalho.

O Arranjo institucional montado, que atualmente configura-se como Grupo de Trabalho de Políticas para quilombolas no Colegiado Territorial, é composto das organizações e atores: EBDA Irecê, Fundação Culturarte, Garra, CODEVASF, Prefeituras de Jussara, Irecê, São Gabriel, América Dourada, Itaguaçu da Bahia, Polo Sindical, Representantes de Associações Quilombolas de Itaguacú da Bahia, Ibipeba, Ibititá, Presidente Dutra, Jussara, Irecê, São Gabriel e América Dourada.

Dessa forma, foi criado no âmbito do PTDRS Programa de Articulação e fortalecimento das Comunidades Quilombolas com os seguintes projetos: diagnóstico Quilombola do Território de Irecê; capacitação de Lideranças em Comunidades Quilombolas reconhecidas e não-reconhecidas; capacitação de educadores com formação específica para comunidades quilombolas; Projeto ATER/Quilombolas.

Eixo Política para Mulheres - O Eixo de Políticas para as Mulheres visa à implementação de uma política pública de combate a violência contra a mulher e a estruturação dos grupos produtivos de mulheres no território. A falta de mulheres nas esferas de poder dificulta a implementação de políticas de igualdade de gênero e o combate a violência contra a mulher em todo território.

Com o trabalho realizado pelo CF8 diretamente ao Grupo de Trabalho de Mulheres no território, os grupos de mulheres estão melhor estruturados e mais atuantes. Dessa forma, as lutas e as conquistas também foram consolidadas, como o Centro de Referência da Mulher que será construído pela Prefeitura Municipal de Irecê, através de demanda do Território.

O Arranjo institucional montado, que atualmente configura-se como Grupo de Trabalho de Políticas para as Mulheres no Colegiado Territorial, é composto das organizações e atores: Fundação Culturarte, Garra, Uneb, Associação de Pedra Lisa de Ibititá, Associação dos Batatas de Ibititá, Associação de Apicultoras de Mocozeiro, Associação de Barreiro de Itaguaçu da Bahia, STTR de Uibaí, Barra do Mendes e Barro Alto, CETA, Prefeitura de Irecê, Prefeitura de Ibititá e EBDA Irecê.

Dessa forma, foi criado no âmbito do PTDRS Política para Mulheres com os seguintes projetos: implantação do Centro de acolhimento CASA/Abrigo; implantação da Delegacia da Mulher; capacitação em gênero; campanha de combate à violência contra a mulher; ATES/ATER Mulheres; capacitação das Trabalhadoras Rurais em gênero.

Quadro XXIX – Eixos Estratégicos, Programas, Projetos e Arranjos Institucionais da Dimensão Sociocultural

EIXO ESTRATÉGICO	PROGRAMAS	PROJETOS	ARRANJOS INSTITUCIONAIS
Educação do Campo	Educação Contextualizada para o Semiárido	Formação Continuada de Educadores; Centro de Pesquisa em Educação do Campo; Implementação das Diretrizes da Educação do Campo; Revitalização da ESAGRI; Capacitação de educadores; Reformulação curricular para a Educação do Campo;	APLB, Ipéterras, STR Barro Alto, UFBA, UNEB, CAA, Prefeituras de Lapão, Irecê, São Gabriel, Ibipeba, Jussara e Barro Alto e Comitê de Associações de Central, Comitê Gestor da APA da Gruta dos Brejões, GARRA.
Cultura Política para Assentados e Quilombolas	Programa de Fortalecimento e Valorização da Cultura do Território	Mapeamento Cultural do Território; Implantação do Centro Cultural do Território; Realização permanente de eventos de fortalecimento da Cultura (Festival das Primeiras Águas, Festival de Música); Ampliação de Bibliotecas	AUPAC, Rede de Cultura Popular, Fundação Culturarte, STTR de Barro Alto, Central, Jussara, Uibaí, Garra, CAA, Ipéterras, Secretaria e/ou Diretoria de Cultura de Irecê, Uibaí, São Gabriel, América Dourada, Barro Alto, Barra do Mendes,

		Públicas; Capacitação de agentes culturais;	Canrana, Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Barro Alto, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Cafarnaum.
	Programa de Articulação e fortalecimento das Comunidades Quilombolas	Diagnóstico Quilombola do Território de Irecê; Capacitação de Lideranças em Comunidades Quilombolas Reconhecidas e não-reconhecidas; Capacitação de educadores com formação específica para comunidades quilombolas Projeto ATER/Quilombolas	EBDA Irecê, Fundação Culturarte, Garra, Codevasf, Prefeituras de Jussara, Irecê, São Gabriel, América Dourada, Itaguaçu da Bahia, Polo Sindical, Representantes de Associações Quilombolas de Itaguacú da Bahia, Ibipeba, Ibititá, Presidente Dutra, Jussara, Irecê, São Gabriel e América Dourada.
	Programa de Articulação, Organização e fortalecimento dos Assentamentos e Acampamentos	Plano de ATER/ATES específico para Assentamentos de Reforma Agrária; Projeto de Cisternas de Produção e Consumo para os assentamentos; Programa de Capacitação de Professores do Campo para os assentamentos; Revitalização e resgate da cultura dos assentamentos	EBDA Irecê, Jussara e Xique-Xique, Fundação Culturarte, Garra, CODEVASF, Prefeituras de Jussara, Irecê, São Gabriel, América Dourada, Itaguaçu da Bahia, Polo Sindical, Equipe de ATES CDA/INCRA, MST, CETA, FETAG, Pólo Sindical, Sindicato de Itaguaçu da Bahia, Sindicato de Xique-Xique, Fundifran, CAA, ASCONTEC;
Saúde e Saneamento	Programa de Saúde preventiva	Saúde Para A Família; Construção de Novas Unidades; Reciclagem e Tratamento do Lixo; Implantação de Usina de Compostagem e Reciclagem	Secretarias de Saúde de Irecê, São Gabriel, Presidente Dutra, Barro Alto, Pastoral da Criança;
Gênero	Política para Mulheres	Implantação do Centro de acolhimento CASA/Abrigo; Implantação da Delegacia da Mulher; Capacitação em gênero; Campanha de combate à violência contra a mulher; ATES/ATER Mulheres; Capacitação das Trabalhadoras Rurais em gênero	Fundação Culturarte, Garra, Uneb, Associação de Pedra Lisa de Ibititá, Associação dos Batatas de Ibititá, Associação de Apicultoras de Mocozeiro, Associação de Barreiro de Itaguaçu da Bahia, STTR de Uibaí, Barra do Mendes e Barro Alto, CETA, Prefeitura de Irecê, Prefeitura de Ibititá e EBDA Irecê.

Capítulo VII - Planejamento operacional

Quadro XXX – Detalhamento dos Eixos Estratégicos, Programas e Projetos

1. Projetos da Dimensão Econômica	
Eixo:	Caprinovinocultura – carne / leite
Programa:	Território da Cidadania
Projeto:	Ampliar as instalações e equipamentos do laticínio da COOPERJ
Diagnóstico Setorial:	<p>Percebe-se no território de abrangência da COOPERJ um significativo aumento na oferta de leite de cabra e de vaca, ocasionando muita demora na plataforma de recepção pelo acúmulo de produtores à espera de recebimento de seu leite, sendo que hoje o laticínio não dispõe de equipamentos apropriados para a recepção deste leite com eficiência e produtividade. Sua capacidade já está no limite dos equipamentos, principalmente em pasteurização, resfriamento e embalagem.</p> <p>Existem atualmente programas governamentais de incentivo ao consumo e à produção de leite, como também, facilidade de acesso ao crédito nos agentes financeiros oficiais, voltados para agricultura familiar, principalmente o BNB.</p>
Localização:	Jussara – pela estrutura montada.
Público Beneficiário:	Agricultores familiares, famílias carentes, filhos de agricultores familiares, alunos em idade escolar, quilombolas, assentamentos de reforma agrária, pastoriais de criança na área de abrangência de todo o território de Irecê.
Justificativa:	<p>Com o crescimento das demandas, principalmente pela composição do território, o laticínio terá que se adequar para atender a essas demandas.</p> <p>O laticínio já tem inspeção estadual (CIE), mas deverá, com a reformulação prevista, solicitar o SIF (Serviço de Inspeção Federal).</p> <p>Hoje, atendemos a 04 municípios do território. A partir da instituição do território da cidadania esse número crescerá bastante, exigindo ampliação física e de equipamentos.</p>
Objetivos:	<p>Objetivo geral: prover o Laticínio COOPERJ de estrutura adequada capaz de atender a demanda de leite de cabra e de vaca dentro de normas de segurança alimentar e da inspeção federal.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - aquisição de uma bomba de sucção; - aquisição de placas para aumento da capacidade do pasteurizador; -colocação de forro PVC em toda planta de produção; - adequação da câmara fria; - modificação e ampliação da plataforma de recepção do leite; -construção da casa de higienização de vasilhames; -aquisição de uma iogurteira -aumentar o número de famílias beneficiadas com geração de trabalho e renda no território de Irecê, a partir da inclusão de novos produtores familiares e consumidores.
Metas:	<p>Adquirir bomba de sucção e instalar até abril 2011;</p> <p>Aumentar capacidade do pasteurizador em 100% até abril 2011;</p> <p>Instalar forro PVC até abril de 2011;</p> <p>adequar as instalações da câmara fria até maio 2011</p> <p>Ampliação de Plataforma de recepção de leite até maio 2011;</p>

	Construção da casa de higienização até maio 2011; adquirir iogurteira de capacidade 1000 Lt/dia; Aumento do número de famílias beneficiadas – 200 até dez/11; 400 até jun/12; 1.000 até dez/12 ; 1.500 até jun/13.
Cronograma:	1-orçamento de bomba de sucção. Mar/11 2-aprovação de orçamento. Mar/11 3-aquisição de bomba de sucção. Abril/11 4- aquisição placas do pasteurizador com o fabricante. Abril/11 5- orçamento de compra e instalação de forro PVC. Mar/11 6- orçamento e compra de câmara fria. Abr/11 7-instalação de câmara fria. Mai/11 8-orçamento de material e mão-de-obra para ampliação de plataforma de recepção de leite. Mar/11 9- aprovação de orçamento e início de construção de plataforma. Abril/11 10- conclusão de plataforma. Mai/11
Estratégias:	COOPERJ através de seu conselho administrativo atuará de forma proativa na execução das metas, dentro dos prazos e na agilidade na elaboração de orçamentos e licitações junto a fornecedores /parceiros envolvidos. Equipe de assistência técnica COOPERJ atuará no acompanhamento da higiene do leite do produtor; A ADAB procederá a inspeções de rotina, visando ao cumprimento de boas práticas de fabricação na produção; SEDES- incremento do Programa Cabra de Corda e Unidades de Produção de Leite.
Arranjos Institucionais:	Arranjo Produtivo da Caprinovinocultura de Jussara e Território de Irecê. Complexo Agroindustrial da Caprinovinocultura do Território. Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Conselho Municipal de Segurança Alimentar. Comitê Gestor do Território.
Indicadores de Resultado e Impacto:	2650- litros/dia processados 58300 famílias atendidas / mês 70 - % da capacidade instalada.
Gestão:	COOPERJ - acompanhamento e execução de orçamentos/obras/ajustes; SEDES- supervisão nos programas sociais de sua competência no que se refere ao programa FOME ZERO, CABRA DE CORDA E UNIDADES DE PRODUÇÃO DE LEITE. CONAB- supervisão e acompanhamento do Programa de Aquisição de Alimentos. EBDA- apoio à equipe técnica da COOPERJ no campo; ADAB- fiscalização desde o transporte até o processamento do leite; BNB/ BANCO DO BRASIL- incentivo às linhas de crédito institucionais.
Custos:	R\$ 178.799,00
Eixo:	Caprinovinocultura – carne / leite
Programa:	Território da Cidadania
Projeto:	Aquisição de transporte adequado para coleta e distribuição de leite /derivados
Diagnóstico Setorial:	Um dos gargalos hoje observado no território diz respeito à precariedade da entrega de leite por parte dos produtores, aliado às más condições das estradas, os mesmos se utilizam desde moto, bicicleta, carroças e até burros e jumentos. Para agravar este quadro, não conseguiremos atender a todas as comunidades de

	produtores de forma direta na coleta do leite, proporcionando então a viabilização de unidades mistas de recepção de leite em todo o território. No mesmo raciocínio, da mesma forma hoje a distribuição de produtos gerada no laticínio sofre da incapacidade de entrega em outros centros consumidores devido a limitação de veículos para esta atividade, reduzido atualmente a 01 veículo cedido em regime de comodato. Tanto a coleta como a distribuição, clamam por uma estruturação mais adequada sob pena de termos investimentos nas unidades produtivas para fomento e agregação de valor á atividade da caprinovinocultura, mas dificultada por não podermos levar o produto gerado até a mesa do consumidor.
Localização:	Jussara.
Público Beneficiário:	Famílias de produtores rurais de todo o território de Irecê. O publico beneficiado é constituído de produtores rurais que têm, na criação de caprinos, ovinos e bovinos, uma das principais fontes de renda. Os programas e projetos da COOPERJ beneficiam em torno de 1.400 famílias atualmente.
Justificativa:	Com o fomento à produção e industrialização de produtos derivados do leite através de programas governamentais, é notório o crescimento desta atividade no território, exigindo das unidades produtivas e industriais uma maior agilidade na coleta, no processamento e na distribuição dos produtos derivados do leite. Sendo a coleta hoje avaliada como inadequada em razão da precariedade do transporte feito pelo próprio produtor, não obstante acrescente a isto a distribuição que também hoje não contempla seguir regras de pontualidade e seguimento a normas de legislação do setor.
Objetivos:	<u>Objetivo geral:</u> prover a unidade produtiva do laticínio da COOPERJ de veículos apropriados tanto para coleta como para distribuição de leite e seus derivados. <u>Objetivos específicos:</u> - aumento do número de famílias beneficiadas na cadeia produtiva do leite; - aquisição de caminhão tanque de coleta de leite; -aquisição de veículo refrigerado de distribuição de leite e derivados.
Metas:	Aumento do número de famílias beneficiadas – 200 até dez/11; 400 até jun/12 1.000 até dez/12; 1.500 até jun/13; aquisição de 01 caminhão tanque para coleta do leite até setembro/11; aquisição de 01 veículo furgão refrigerados para distribuição de leite e derivados até setembro/11.
Cronograma:	1- orçamento de caminhão tanque. Março/11 2- encaminhar á entidade para custeio. Março/11 3- aprovação para aquisição. Abril/11 4- aquisição do caminhão tanque de coleta de leite. Setembro/11 5- orçamento de veículo furgão refrigerado. Março/11 6-encaminhar a entidade para custeio. Março/11 7-aprovação para aquisição. Maio/11 8- aquisição de veículo furgão refrigerado. Setembro/11
Estratégias:	COOPERJ através de seu conselho administrativo atuará de forma proativa na execução dos prazos e na agilidade na elaboração de orçamentos e licitações junto a fornecedores /parceiros envolvidos; - ACCOJUS articulará junto a entidades governamentais o custeio dos veículos solicitados; - COOPERJ através de sua estrutura diretiva irá planejar formas de prospecção de mercado para distribuição dos produtos derivados do leite em conjunto com SEBRAE/SENAI que, simultaneamente, irão desenvolver as embalagens e marca dos produtos; -ADAB - Acompanhamento e fiscalização de todas as etapas da produção do leite e

	seus derivados
Arranjos Institucionais:	APL DA CAPRINOVINOCULTURA DE JUSSARA E REGIÃO, com a participação dos seguintes parceiros: -EBDA; -ADAB; -SENAF; -BANCO DO NORDESTE; -CONAB; -SEDES; -PROGRAMA FOME ZERO; - PROGRAMA COMPRA ANTECIPADA-CONAB -SENAI -SEBRAE - CODEVASF - CEF -MDA -SEDIR -SEAGRI -SECTI -EMBRAPA
Indicadores de Resultado e Impacto:	Caminhão tanque adquirido 01 veículo furgão refrigerado adquirido número de famílias beneficiadas no período percentual de litros de leite produzido/dia
Gestão:	COOPERJ – elaboração de orçamentos e gestão do processo de custeio junto aos parceiros; ADAB- fiscalização de registro de propriedades fornecedoras; atualização de cadastros de produtores de leite; A gestão do projeto será compartilhada entre a COOPERJ, instituição que diretamente será responsável pelo uso do caminhão e a Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF, através de sua representação local (EBDA), os quais terão a tarefa de: *Realizar prestações de contas e relatórios periódicos, encaminhando-os aos beneficiários, ao Colegiado Territorial e à Instituição executora; *Garantir o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas para o projeto.
Custos:	R\$ 303.918,00
Eixo:	Caprinovinocultura – carne / leite
Programa:	Território da Cidadania
Projeto:	Ampliação do Programa Cabra de Corda a todos os municípios do território.
Diagnóstico Setorial:	O Programa Cabra de Corda faz parte dos esforços do Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES para diminuição da pobreza e exclusão social no município de Jussara. Este programa visa atender a um grupo de famílias rurais que não dispõem de recursos para investimentos na aquisição de animais (cabras), porém residem em zonas rurais e/ou cidades rurais e têm conhecimento no trato com estes animais. Devido aos excelentes resultados obtidos na região de Jussara de 2005 até 2008 com atendimento a 350 famílias, pretende-se estender esta ação aos demais municípios do território de Irecê
Localização:	Território de Irecê
Público Beneficiário:	Famílias rurais e das periferias das cidades que não possuem propriedade rural, vivem às margens de estradas vicinais ou possuam um pequeno quintal nos arredores das

	casas e que se obriguem a colocar os filhos na escola e tenham afinidade com a atividade.
Justificativa:	A REGIÃO NORDESTE do Brasil tem vocação natural para a exploração da caprinocultura, uma vez que concentra cerca e 90% da população caprina nacional. Neste cenário, a Bahia se destaca como primeiro estado em número efetivo de animais, detendo 44,23% do rebanho, condicionando assim, como o estado brasileiro que contém o maior número de caprinos e ovinos do nordeste. Neste contexto existem grandes, médios, pequenos produtores e aqueles que buscam uma oportunidade de ingressarem na atividade, mesmo que de forma de subsistência. Com a competência produtiva destes animais, toda sua adaptação às condições edafoclimáticas da Bahia, certamente as famílias que se dispuserem de algumas cabras em lactação terão um fonte de alimento rico em proteínas e vitaminas e outra fonte de geração de renda nas propriedades, nos quintais ou margens de estradas. Com este cenário o Programa Cabra de Corda apresenta melhores indicadores para impactar de forma positiva no desenvolvimento sustentável da caprinocultura no território de Irecê.
Objetivos:	<u>Objetivo geral:</u> promover a inclusão de famílias que estão à margem dos processos produtivos e de geração de trabalho e renda. <u>Objetivos específicos:</u> ampliar o programa Cabra de Corda aos demais municípios do território de Irecê. Distribuir 05 matrizes a cada família beneficiada. Formar uma corrente que possa ampliar naturalmente o programa, a partir da inclusão de outra família com as crias nascidas em dois anos.
Metas:	beneficiar 400 famílias no programa Cabra de Corda no território de Irecê até dez/2011; aumento na renda de cada produtor em 10% até dez/2011. Melhorar quantitativa e qualitativamente a alimentação das famílias beneficiadas.
Cronograma:	1- cadastrar famílias que preencham pré-requisitos para o Cabra de Corda. Até maio /11 2- levantamento da situação inicial de renda das famílias cadastradas. Até maio/11
Estratégias:	A seleção das famílias será de responsabilidade das associações de produtores conveniadas em conjunto com a EBDA, Sindicatos, Secretarias de Agricultura municipais Será criado um grupo gestor para gerenciar o programa, com a participação dos parceiros
Arranjos Institucionais:	Instituições que fazem parte do Arranjo Produtivo Local da Caprinovinocultura do Território de Irecê, sediado em Jussara. -ACCOJUS -COOPERJ -SEDES -SEBRAE -CONAB; -BANCO DO NORDESTE; -EBDA -ADAB CODEVASF; -SEAGRI -PREFEITURA DE JUSSARA; -SECTI; -EMBRAPA; -ISA;

Indicadores de Resultado e Impacto:	100 % de aumento do número de famílias beneficiadas pelo Cabra de Corda; 10 % de aumento de renda /produtor
Gestão:	SEDES / SEAGRI – responsáveis pela articulação dos programas junto à gestão do território; EBDA – supervisão do programa Cabra de Corda Associações de criadores de caprinos e ovinos dos municípios – acompanhamento e gestão na distribuição de animais. COOPERJ e ACCOJUS – construção e implantação do programa no território.
Custos:	R\$ 1.830.000,00
Eixo:	Complexo Industrial
Programa:	Agroindustrialização do Território
Projeto:	Ampliação do Complexo Agroindustrial de Jussara para atender às demandas territoriais.
Diagnóstico Setorial:	A planta atual do complexo agroindustrial de Jussara pertencente à COOPERJ e consta de abatedouro frigorífico com capacidade de 100 animais/dia, um curtume com a capacidade de processar 100 peles /dia, um laticínio já processando 52.000 por mês, atendendo apenas 04 municípios do território. Notadamente, com a expansão dos projetos de desenvolvimento sustentável do território de Irecê no que tange ao aumento do número de criadores de caprinos e ovinos com animais no padrão para abate e a COOPERJ e demais associações de produtores e o próprio governo se estruturando com equipe de assistência técnica no campo, a capacidade instalada deste complexo se tornará um gargalo para atender às demandas do mercado em curto espaço de tempo. Para isso, algumas medidas técnicas serão necessárias para ampliação desta capacidade para atendimento às demandas do território.
Localização:	Jussara.
Público Beneficiário:	Famílias de agricultores familiares rurais de abrangência de todo o território de Irecê. O público beneficiado é constituído de produtores rurais que têm na criação de caprinos e ovinos uma das principais fontes de renda. Os programas e projetos da COOPERJ beneficiam em torno de 1.400 famílias atualmente e ter-se-ia aí um aumento para 3.000 até dez/2012.
Justificativa:	Com o fomento à produção e industrialização de produtos derivados da carne e do leite através de programas governamentais, é notório o crescimento desta atividade no território exigindo das unidades industriais do complexo, uma maior agilidade na industrialização e na comercialização dos produtos.
Objetivos:	<u>Objetivo geral:</u> aumentar a capacidade instalada do complexo agroindustrial da COOPERJ em Jussara, visando o atendimento à demanda territorial. <u>Objetivos específico:</u> -aquisição de 01 túnel de congelamento; - aumentar a capacidade da câmara de estocagem ou a aquisição de 04 containers refrigerados; - prover recursos para investimentos na infra-estrutura.
Metas:	adquirir 01 túnel de congelamento até dez /11; adquirir 02 containers refrigerados, até dez/11; aumentar a capacidade de estocagem em 100% da capacidade atual até dez/11. buscar recursos a fundos não reembolsáveis para obras de infra-estrutura de

	expansão até out/11. Ampliação das instalações do curral de animais, até dez/11.
Cronograma:	1- orçamento para obras físicas de ampliação das instalações. Junho/11 2- encaminhar à entidade SEDES para custeio. Junho/11 3- aprovação. Agosto/11 4- iniciar obras do curral de recepção de animais. Setembro/11 5- orçamento para compra de túnel de congelamento/câmara fria/ containers. Junho/11 6-aprovação para aquisição. Out/11 7- início de obras de ampliação setor de câmaras frias e de estocagem. Nov/11 8- instalação de equipamentos. Dez/11
Estratégias:	COOPERJ através de seu conselho administrativo atuará de forma proativa na execução dos prazos e na agilidade na elaboração de orçamentos e licitações junto a fornecedores /parceiros envolvidos; - ACCOJUS articulará junto a entidades governamentais o custeio dos equipamentos solicitados; - COOPERJ através de sua estrutura diretiva irá planejar formas de prospecção de mercado para distribuição dos produtos derivados de carne em conjunto com SEBRAE/SENAI que simultaneamente irão desenvolver as embalagens e marca dos produtos;
Arranjos Institucionais:	Os parceiros envolvidos no projeto de implantação do Complexo Agroindustrial são: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; SEDES, SEDIR, SEDUR, SEAGRI, SECTI, EMBRAPA; CODEVASF; SEBRAE; Prefeitura Municipal de Jussara;
Indicadores de Resultado e Impacto:	ampliação do curral concluída em dez/11 02 câmaras frias adquiridas 01 túnel de congelamento adquirido número de famílias beneficiadas no período nº de animais abatidos/dia nº de peles beneficiadas/dia
Gestão:	COOPERJ – elaboração de orçamentos e gestão do processo de custeio junto aos parceiros; ACCOJUS- viabilizar convênios com parceiros para repasse de recursos na aquisição de equipamentos; administrar a aplicação dos recursos; CODEVASF- firmar convênio para a aquisição dos equipamentos;
Custos:	R\$ 107.000,00
Eixo:	Econômica – Mamona/Biodiesel
Programa:	Estruturação da Cadeira do Biodiesel
Projeto:	Potencialização da Produtividade de Mamona do Território
Diagnóstico Setorial:	Baixa produtividade da produção de mamona inviabiliza projeto Biodiesel no Brasil.
Localização:	Território da Cidadania de Irecê.
Público Beneficiário:	Público alvo de 1.200 famílias de pequenos agricultores familiares, dentro do Território de Cidadania de Irecê
Justificativa:	Mais que duplicação na produtividade é esperada a garantia de preço mínimo e aquisição por parte do Governo, o que certamente incentiva o plantio de mamona por

	<p>parte de pequenos agricultores familiares, com subsídio na subsolagem e, dispondo-se de sementes de boa qualidade.</p> <p>O solo da região é rico, porém 650 kg por hectare inviabiliza o projeto Biodiesel. É preciso estimular, oferecer assistência técnica e preço justo.</p> <p>O custo de produção não está acompanhando o preço por saco de mamona. É necessário indexar para que uma família possa desfrutar de 01 salário mínimo por mês, cujo índice, hoje, deveria ser de 15,78% do salário mínimo, conforme planilha do cálculo.</p> <p>Hoje, pelo preço que está, os agricultores só está ganhando 1/2 salário por mês, o que se torna desestimulador para plantar.</p>
Objetivos:	Producir suficiente quantidade para atender mercado interno e, posteriormente, atender ao mercado Biodiesel e exportar excedente. Ser o Brasil o maior produtor de mamona do mundo.
Metas:	Duplicação na produtividade, dentro de 01 ano. Quadruplicação em 02 anos. Quintuplicação em 03 anos.
Cronograma:	Subsolagem – até o mês de outubro de 2011. Entrega de sementes – até o mês de Setembro de 2011.
Estratégias:	Sensibilizar autoridades para viabilização econômica. Assistência técnica permanente. Futuramente, partir para total mecanização.
Arranjos Institucionais:	Ministérios de Integração, da Agricultura, de Minas e Energia, da Fazenda; Governo do Estado; Secretaria de Agricultura. EBDA.
Indicadores de Resultado e Impacto:	Produção mínima de 1200 kg/hectare no 1º ano pelo sistema sequeiro. Produção mínima de 1800 kg/hectare no 2º ano pelo sistema sequeiro; agricultores dedicando para plantio de mamona, em vez de plantação consorciada, o que enfraquece solo. Novas áreas de plantação de mamona acontecendo. Medição por Indicadores do IBGE da produção do ano. Cálculo pelo total da área plantada de mamona x produtividade.
Gestão:	Incremento de produtividade para atender Projeto Biodiesel. Medição do projeto através da disponibilidade de mamona para esmagamento nas fábricas de mamona. Oferta e procura no mercado. Grau de satisfação de pequenos agricultores familiares. Grau de adesão a plantio de mamona.
Custos:	Custo de subsolagem mais o custo de assistência técnica permanente de 01 técnico para cada 100 famílias. Preço indexado será absorvido pelo mercado – este custo é zero.
Eixo:	Fruticultura
Programa:	Fortalecimento da Cadeia da Fruticultura no Território de Irecê.
Projeto:	Estruturação da cadeia produtiva da fruticultura. Aquisição de um caminhão com carroceria frigorífica com acoplamento elétrico para transporte de frutas, sucos das frutas e seus subprodutos.
Diagnóstico Setorial:	Grande quantidade de frutos perdidos após a classificação feita por comerciante/intermediários. Perdas por defeito nos frutos (tortos).
Localização:	Presidente Dutra, Central, Uibaí, Ibipeba, Jussara, São Gabriel, Lapão, e Itaguaçu da

	Bahia.
Público Beneficiário:	Agricultores (as) familiares.
Justificativa:	Dotar a unidade de estrutura física para que se possa escoar a produção para outros mercados cada vez mais distantes e exigentes, beneficiando todos os agricultores (as) familiares, agregando valor aos seus produtos, melhorando o padrão de vida das famílias, fixando o homem ao campo, dando-lhe segurança alimentar e nutricional.
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturar a cadeia produtiva da Fruticultura; - Agregar valor aos produtos e subprodutos; - Buscar outros mercados a nível Estadual e Nacional por se tratar de produtos perecíveis, mantendo a conservação e o tempo de prateleira; - Aproveitar os produtos fora do padrão comercial; - Gerar emprego e renda para as famílias rurais; - Corrigir a sazonalidade dos produtos; - Evitar o êxodo rural.
Metas:	- Adquirir 01(um) caminhão com carroceria frigorífica com acoplamento elétrico para transporte dos frutos e seus subprodutos e beneficiar 7.000 famílias do Território de Irecê;
Cronograma:	De acordo com a liberação dos recursos.
Estratégias:	Transportar a produção a ser vendida às prefeituras municipais para distribuição na merenda escolar, creches, hospitais, casas de idosos, etc., e o excedente irá para os grandes centros consumidores.
Arranjos Institucionais:	EBDA, CODEVASF, Prefeitura de Presidente Dutra e América Dourada, João Dourado e Irecê, EMBRAPA, COOPERFRUTH, CAA, BNB, STR Uibaí, Rede Sabor Natural do Sertão e COOTEBÁ
Indicadores de Resultado e Impacto:	Os resultados e impactos somente serão medidos e avaliados, após implantação e operação do projeto.
Gestão:	Ficará por conta dos arranjos institucionais acima citados.
Custos:	R\$ 250.000,00 (Vide orçamento anexo)
Eixo:	Apicultura / Meliponicultura
Programa:	Programa de Desenvolvimento da Apicultura no Território de Irecê
Projeto:	Programa de Desenvolvimento da Apicultura no Território de Irecê.
Diagnóstico Setorial:	Necessidade da prática sistemática de manejos junto aos apiários e miliponários, propiciando a preservação dos ecossistemas, pouco cuidados, com as espécies de abelhas nativas; baixa produtividade de mel, carência de organização da comercialização.
Localização:	Municípios do Território
Público Beneficiário:	Agricultores familiares, mulheres e jovens rurais: Apicultores – 500 famílias, Meliponicultores – 1.100 famílias
Justificativa:	Temos observado que a Apicultura é uma atividade importante ambiental, social e economicamente e, por intermédio do homem e sua família, tem-se produzido mel ,

	<p>própolis, pólen, geléia real, cera e apitoxina; gerando trabalho e renda para os agricultores familiares. Além disso, é um trabalho que não ocupa muito o tempo do Apicultor/Meliponicultor, e é de essencial importância para a perpetuação das espécies (vegetação: nossa caatinga), através da Polinização (trabalho incansável das abelhas).</p> <p>A criação de abelhas, como atividade produtiva familiar, tem fixado as famílias rurais na terra, e melhorado sua qualidade de vida. Os anos não vêm sendo produtivos para a agricultura, devido às estiagens, porém, ainda com essas dificuldades, as abelhas, a partir do néctar das flores, têm produzido o mel, um alimento de fácil digestão e de boa assimilação pelo organismo, o que tem aumentado gradativamente a sua procura por parte dos consumidores.</p> <p>As abelhas também têm contribuído para a reprodução dos vegetais, através da polinização cruzada, visitando as flores em busca do pólen. A polinização tem contribuindo diretamente, não só para a reprodução das espécies, como também para a manutenção e o equilíbrio do meio ambiente. A Apicultura ganhará força, e os agricultores uma atividade sustentável.</p>
Objetivos:	<p>Objetivo Geral – Organizar a Apicultura dos municípios, Território de Irecê-Ba., capacitando e profissionalizando os Apicultores/meliponicultores; buscando o aumento de produção, melhoria da qualidade dos produtos, e comercialização dos produtos; promover o desenvolvimento da atividade gerando renda de forma sustentável; promover o desenvolvimento de trabalhos comunitários nos municípios de toda região, principalmente os que apresentam variedades de ecossistemas com potencial de flores (pasto apícola); capacitar e reciclar técnicos para um acompanhamento sistemático aos Apicultores/meliponicultores da Região.</p>
Metas:	<p>Regularizar e melhorar a qualidade dos produtos apícolas para consolidar a conquista de mercado.</p> <p>Implantar associações e cooperativas de apicultores, visando melhorar sua organização; e fortalecimento da gestão, produção e comercialização dos produtos apícolas.</p> <p>Capacitar meleiros, transformando-os em profissionais na atividade.</p> <p>Implantar Unidades de Beneficiamento/entrepostos com SIF, nos municípios ativos, em caráter de urgência.</p> <p>Capacitar e profissionalizar os apicultores</p> <p>Fortalecer a parceria com Associações, Sebrae, Banco do Brasil, Creches, Prefeituras e outros.</p> <p>Aumentar, retomando, a produtividade de mel/colméia/ano de 17 kg para 40 kg.</p> <p>Melhorar e intensificar (sistematicamente), junto aos criadores de abelhas, os manejos apícolas para aumento da produtividade.</p> <p>Realizar feiras, encontros técnicos, cursos e seminário; para capacitação, organização e integração dos apicultores e meliponicultores no Setor.</p> <p>Formar no Território a equipe de ATER Apícola, para acompanhamento sistemático dos Apicultores e da atividade.</p> <p>Beneficiar a produção vindas dos apiários dos agricultores familiares a serem atendidos pelo projeto.</p> <p>Aumentar a renda familiar dos criadores racionais de abelhas com e/ou sem ferrão.</p> <p>Aumentar o número de colmérias racionais padronizadas povoadas em produção junto aos criadores, sempre observando o potencial.</p> <p>Implantar Assistência Técnica especializada e sistemática com foco na agricultura Familiar.</p> <p>Diversificar a linha de produtos do setor de 01 (um) produto puro/orgânico (mel) para 03 (três) produtos.</p>
Cronograma:	De acordo com a liberação dos recursos.
Estratégias:	<p>Realização de Oficinas Técnicas</p> <p>Realização de Cursos:</p>

	<p>Em Apicultura Básica Em Manejo Apícola Avançado Produção de Própolis Produção de Pólen Associativismo/ Cooperativismo Apícola Reflorestamento Social Em Meliponicultura: Criação racional de Abelhas sem Ferrão. Gestão e comercialização <i>dos produtos apícolas</i>. Intercâmbios Implantação de Unidades Didáticas Encontros Técnicos (4): Flora Apícola(2), Manejo Avançado e Georreferenciamento. Feira Municipal do Mel Construção da Infra-estrutura de Beneficiamento dos produtos apícolas: Casa do Mel/ Entreponto Levantar necessidades de financiamentos e Elaboração de projetos Técnicos de financiamento (PRONAF/DRS) para os apicultores e a associações. Cadastramento Geral dos apicultores e Meliponicultores. Mapeamento da Florada; e Georreferenciamento dos apiários existentes nos município. Georreferenciamento de todos os apiários Zoneamento da florada apícola do município. Certificação dos Produtos das Abelhas Conscientização e orientação da sociedade, quanto ao uso dos produtos das abelhas. Reflorestamento com espécies e fruteiras, fortalecimento do suporte apícola e sustentabilidade econômica e ambiental.</p>
Arranjos Institucionais:	EBDA, SUAF, SEDIR, SEDES, MDS, SAFI/MDA
Indicadores de Resultado e Impacto:	Os resultados e impacto só serão medidos e avaliados, após implantação e operação do projeto.
Gestão:	Ficará por conta dos arranjos institucionais acima citados.
Custos:	Custos Prováveis – R\$ 2.003.800,00/2009
Eixo:	Pesca e Piscicultura
Projeto:	Tanque-rede e Repovoamento de peixe em aguadas públicas
Diagnóstico Setorial:	Levantamento dos dados sobre as aguadas públicas, sua potencialidade para o cultivo e repovoamento das espécies nativas e adaptadas; Levantamento das espécies existente nos corços d'água; Caracterização das experiências comunitárias e práticas de pesca e cultivo de peixe.
Localização:	O projeto será implementado nessa primeira etapa nos seguintes municípios: América Dourada, Barro Alto, Canarana, Ibipeba e Itaguaçu da Bahia. Segunda etapa: João Dourado, São Gabriel, Ibititá, Lapão, Mulungu do Morro e Xique-Xique.
Público Beneficiário:	Pescadores Artesanais, Piscicultores e Agricultores (as) familiares.
Justificativa:	As Bacias dos Rios Verde, Jacaré e São Francisco, situadas no Médio São Francisco, apresentam um potencial adequado em lagoas, aguadas, reservatórios, açudes e leitos de rios, para o cultivo e repovoamento de peixes, melhorando significativamente a produção de alimento saudável e nutricional e gerando emprego

	e renda para as famílias. Com exploração de maneira sustável de acordo com a legislação ambiental.
Objetivos:	Desenvolver a piscicultura em tanques-rede como uma atividade da agricultura familiar, economicamente viável, ecologicamente sustentável e fortalecimento das organizações associativistas e cooperativistas, na perspectiva do mercado solidário.
Metas:	Implantar 05 unidades de Tanques-rede; (1ª etapa) Capacitar 200 pessoas; Realizar 60 visitas técnicas durante 06 meses; Realizar 05 cursos de capacitação modular para piscicultores; Capacitar 25 técnicos em piscicultura;
Estratégias:	Fortalecimento da cadeia produtiva do pescado; Fortalecimento das organizações comunitárias nos processos produtivos, gestão e comercialização; Promover a capacitação das famílias nos processos de manejo e práticas na piscicultura em Tanques-rede;
Arranjos Institucionais:	Criação de Cooperativa Territorial, Associações locais com apoio das Colônias de pescadores STR's, ONG's, BAHIA PESCA, EBDA, ADAB, SEBRAE, Secretarias Municipais de Agricultura.
Indicadores de Resultado e Impacto:	60% das pessoas capacitadas desenvolvendo a piscicultura; Ampliação em 50% das unidades para o segundo ano; 15 técnicos capacitados atuando em projeto de piscicultura em Tanques-rede para continuidade dos projetos; Aumento em 40% no consumo de peixe no cardápio alimentar das famílias; Aumento em 50% dos estoques pesqueiros de espécies nativas e adaptadas;
Gestão:	Será feita em dois níveis: I grupo local participante do projeto, capacitado em manejo, práticas e gestão administrativas; II grupo gestor territorial paritário formado pelo poder público e organizações dos pescadores e piscicultores.
Custos:	Implantar 05 projetos pilotos 2011. 1. Investimentos R\$ 256.400,00 2. Custeio R\$ 179.440,00 Total R\$ 435.840,00

2. Projetos da Dimensão Ambiental

Eixo:	Meio Ambiente
Programa:	Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Outras Áreas Degradadas
Projeto:	Recuperação de áreas de preservação permanente (APP's, APAS) e outras
Diagnóstico Setorial:	- Existência de desmatamento desordenado e queimadas; - Degradação ambiental em todas as áreas do Território, conforme relatórios do PTDRS Programa de Desenvolvimento Sustentável (CAR), EBA, Comitê de Bacias dos Rios Verde e Jacaré, SEPLAN e EMBRAPA Semiárido. - Existência da caça predatória, captura de animais silvestres indiscriminada na caatinga;

	<ul style="list-style-type: none"> - Existe a grande problemática de supressão da vegetação da caatinga para atividades como: a agricultura, pecuária e a comercialização irregular de madeira. - Não há recursos disponíveis nos orçamentos municipais para a implantação de um programa de preservação das APP's, APAS,
Localização:	Itaguaçu da Bahia, Ibipeba, Gentio do Ouro, Ipupíara, Central, Uibaí, Ibititá, Irecê, Presidente Dutra, São Gabriel, Jussara, Lapão, Barra do Mendes, João Dourado, América Dourada, Cafarnaum, Canarana, Barro Alto, Xique-Xique e Souto Soares.
Público Prioritário:	<ul style="list-style-type: none"> - Proprietários, produtores e comunidades rurais, comunidades quilombolas, indígenas, assentados, profissionais da área ambiental, agentes comunitários de saúde e endemias, professores, estudantes, agricultores familiares, lideranças político-comunitárias
Justificativa:	<p>O bioma caatinga ocupa cerca de 10% do território brasileiro, sendo este um dos biomas mais ameaçados por processos antrópicos. As áreas de preservação permanente (APP's), são formas de proteção jurídica especial das florestas nacionais. Estas áreas consistem em uma faixa de preservação de vegetação estabelecida em razão da topografia ou do relevo, geralmente ao longo dos cursos d'água, nascentes, reservatórios e em topo e encostas de morros, destinadas à manutenção da qualidade do solo, das águas, funcionando como corredores de fauna.</p> <p>Em todas as unidades geoambientais do território existem problemas ambientais graves com média de 85% de degradação e 15% desestabilizado, tendo como principais problemas configurados: desmatamento, manejo inadequado e compactação dos solos, uso de agrotóxicos, queimadas, erosão eólica e pluvial, formação de crateras (PDRS/CAR/SEPLAN/2004).</p>
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e proteção das APP's; - Sugerir mapeamento e enquadramento das áreas de reservas legais nos projetos de assentamento rural, quilombolas e outros agrupamentos humanos; - Incentivar a averbação de reserva legal e propor alternativas para a recomposição das áreas já degradadas; - Evitar a supressão irregular de vegetação nativa; - Promover o conhecimento e incentivar o debate entre os agricultores e proprietários de terra, sobre os problemas e consequências da destruição do bioma caatinga; orientando os produtores rurais quanto às técnicas do preparo e conservação do solo para a utilização na agricultura e pecuária, com intuito de evitar a degradação do mesmo; - Promover a coleta de sementes, produção e plantio de mudas de espécies vegetais nativas, frutíferas ou não, sob a orientação técnica e conhecimentos tradicionais; - Incentivar a criação de Conselho Municipal de Meio-Ambiente dos municípios inseridos, visando à implementação de saneamento ambiental;
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar um diagnóstico sobre a situação atual das APP's , a fim de traçar diretrizes que busquem soluções dos problemas ambientais-sociais; - Realizar parcerias com Universidades (UNEB, UFBA, UEFS, UESBA, UNOPAR), ONGs, entidades representativas do movimento popular, prefeituras municipais, órgãos ambientais dos governos federais e estaduais etc. para compor equipe de planejamento, execução e monitoramento; - Promover cursos de capacitação para agricultores, quilombolas, e sociedade civil visando tomada de consciência sobre a questão ambiental; - Incentivar a realização de eventos públicos voltados à temática ambiental, envolvendo as comunidades dos municípios assistidos; - Atualizar ou criar legislação apropriada ao município de forma participativa, no intuito de preservar a fauna e flora do bioma caatinga;

Arranjos Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - Governo Federal; - Governo do Estado da Bahia; - Prefeituras e secretárias municipais; - Organizações não-governamentais (ONG's); - Sociedade civil; - Universidades. - Meios de comunicação falado e impresso
Indicadores de Resultado e Impacto:	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da área revegetada; - Volume de recursos destinados nos orçamentos municipal e estadual voltado para a questão ambiental; - Número e qualidade de projetos e ações desenvolvidos na área ambiental territorial; - Plano Municipal de sustentabilidade ambiental elaborado e monitorada a sua execução; - Legislação ambiental atualizada e/ou criada;
Gestão:	<ul style="list-style-type: none"> - Será definida uma equipe para coordenar o processo de gestão, a nível territorial, realizando atividades de monitoramento por grupos específicos (entidades governamentais e não-governamentais, etc. A nível municipal é preciso fortalecer as instâncias já existentes ou a criar, tais como: Agenda 21, CMDRS, Conselho Municipal de Meio Ambiente, etc.
Eixo:	Meio Ambiente
Programa:	Tratamento das águas Utilizadas e dos Resíduos Sólidos
Projeto:	Reuso das Águas e Coleta Seletiva.
Diagnóstico Setorial:	<p>Lixo e esgotos jogados a céu aberto e em terrenos residenciais, de comércios, escolas, próximos a fonte de água, etc.</p> <p>Inexistência de recursos disponíveis nos orçamentos municipais para a implantação de uma política de coleta, tratamento e destinação dos resíduos;</p> <p>Ausência de uma consciência ambiental por parte da população e de gestores públicos no respeito a trato com os resíduos;</p> <p>Proliferação de doenças causadas pelo tratamento inadequado dos resíduos;</p> <p>Ausência de políticas públicas de saneamento e tratamento dos resíduos sólidos em todos os municípios do Território</p>
Localização:	<ul style="list-style-type: none"> - Itaguaçu da Bahia, Ibipeba, Gentio do Ouro, Ipupiara, Central, Uibaí, Ibititá, Irecê, Presidente Dutra, São Gabriel, Jussara, Lapão, Barra do Mendes, João Dourado, América Dourada, Cafarnaum, Canarana, Barro Alto, Xique-Xique e Souto Soares.
Público Prioritário:	Habitantes de todos os municípios do território
Justificativa:	<p>É do conhecimento de todos que já existem tecnologias que permitem o reuso de águas utilizadas, no entanto, por falta de compromisso de gestores públicos, águas das chuvas e as utilizadas em setores residenciais, comerciais e agroindustriais são destinadas às ruas, rios, veredas e córregos, causando enorme prejuízo ambiental.</p> <p>Os resíduos sólidos também dispõem de tecnologias que permitem condições de reaproveitá-los. Os orgânicos se apresentam com grande potencial para a produção de adubo orgânico através da compostagem e os não inorgânicos podem ser reprocessados para nova destinação, a exemplo das garrafas PETs que podem se transformar em cadeiras, camas, mesas, construções residenciais, vassouras; papéis e metais podem ser reciclados, etc.</p> <p>Pneus podem se transformar em calçados, vasos, cochos, bacias, baldes de lixo, etc.</p> <p>Todos estes subprodutos do lixo podem ser trabalhados a partir de empreendimentos econômicos sustentáveis, sejam individuais, sejam em cooperativados.</p>
Objetivos:	Oportunizar aos gestores públicos e às organizações sociais, recursos para construção

	de estruturas para o tratamento do esgotamento sanitário, visando ao reuso das águas, bem como, a construção de aterros sanitários consorciados, agregados à educação ambiental, para a coleta seletiva dos resíduos sólidos e ainda o estímulo e promoção de empreendimentos coletivos, capacitando os envolvidos, além de lhes oferecer assessoramento técnico para a operação e a gestão da cadeia de negócios.
Estratégias:	Elaboração e implantação do SIMMA; Divulgar Código de Postura do Municipal; Fazer um Diagnóstico dos resíduos sólidos produzidos no território; Fazer um levantamento georeferenciado dos aspectos geográficos e ambientais das áreas que possibilitem a instalação de aterros; Elaborar e implantar um modelo de gerenciamento de resíduos apropriado à realidade local; Instalação de consórcios para aterro sanitário; Instalação de usinas de reciclagem (intermunicipal ou municipal); Implantação sistema de gerenciamento de Resíduos Sólidos, com coleta seletiva; Implantação de um Programa de Educação Ambiental local voltado para trabalhar a comunidade sobre o modelo de gerenciamento de coleta seletiva a ser implantado; Apóio à criação e fortalecimento de entidades da economia solidária para o processo de reciclagem; Formalização do Convênio entre Prefeitura e Estado – para efetivar o PEAN dos Agentes Multiplicadores; Capacitar funcionários da limpeza pública; Promover Programas de EDUAMB nas comunidades, escolas e no comércio, estimulando-os à prática dos três R (reduzir, reciclar, reutilizar); Implantar estações de tratamento de esgoto nos municípios que não possuem; Realizar parcerias com Universidades (UNEB, UEFS, UFBA), ONG's, entidades representativas do movimento popular, prefeituras municipais, órgãos ambientais dos governos federal e estadual para compor equipe de planejamento, execução e monitoramento.
Arranjos Institucionais	Instituições e entidades: Universidades Estaduais (UNEB e UEFS), UFBA, Ministérios de Educação, de Desenvolvimento Social, de Meio Ambiente, MDA, DNOCS, Comissão de educação e do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa da Bahia, IBAMA, Ministério Público, INCRA, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Secretarias Municipais de educação, de meio ambiente e de agricultura ou equivalente, Comissão de educação das câmaras de vereadores, Consórcio das Bacias do Itapicuru e Jacuípe, Grupos Ambientalistas, COOPERJOVEM, TV e Rádios comunitárias e comerciais, Polo Sindical (Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal), centrais de Associações, associações de monitores do PETI e dos professores, Movimento de Organização Comunitário (MOC), grupos religiosos, grêmios estudantis, APAEB, CREA, e PROGRAMAS EXISTENTES;
Indicadores de Resultado e Impacto:	Ampliação do volume de recursos destinados nos orçamentos municipais, e estadual voltado para a questão ambiental; Número de aterros sanitários implantados e gerenciados; Metros quadrados de áreas pavimentadas e metro de esgotamento construído e construção de áreas de destinação; Conselhos de meio ambiente implantado e em funcionamento; Programa municipal de meio ambiente elaborado de forma participativa e implementado; Números de profissionais, lideranças e dirigentes capacitados; Conteúdo curricular e prática pedagógica das escolas e das entidades educativas, referente ao meio ambiente, no Território;
Gestão:	No nível territorial, criar-se-á uma comissão dentro do CODES para o gerenciamento das ações no território e no nível municipal será gerido pela estrutura existente de gestão, podendo ser o conselho municipal de meio ambiente, uma comissão

	provisória, a coordenação da agenda 21; Da mesma forma, criar-se-á condições e canais de comunicação para veicular informações, formação e prestação de contas para o território, seja através de jornais escritos, falados, televisivos, bem como encontros, seminários, conferências, etc.
Eixo:	Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Naturais
Programa:	Revitalização dos Rios Verde e Jacaré.
Projeto:	Recuperação de Nascentes, Matas, Recomposição Ciliar e Desassoreamento do Leito dos Rios
Diagnóstico Setorial:	O Leito do rio Verde e Jacaré e seus afluentes se encontram assoreados e sem mata ciliar contínua, apresentando apenas ilhas de vegetação – fato que se deve ao hábito cultural de agricultura de vazante, nas margens dos corpos d’água. A perenidade do rio está comprometida por conta do assoreamento, redução das ilhas de vegetação e desmatamentos desordenados em terrenos agricultáveis. Para a revitalização destes rios e seus afluentes se faz necessário o desassoreamento do leito com a retirada dos corpos de fundo que chegam a 06 metros em alguns trechos e só então se poderá fazer a recomposição e o reflorestamento seguro das matas ciliares.
Localização:	No território de Irecê, o projeto abrangerá todos os municípios pelos quais o Rio Jacaré se desenvolve, entre os quais: Souto Soares, Barro Alto, Ibipeba, Ibititá, Canarana, Lapão, João dourado, São Gabriel, Jussara. Do Rio Verde: Ibipeba, Ibititá, Central, Itaguaçú, Xique-Xique e os afluentes passam por Uibaí, Presidente Dutra, São Gabriel.
Público Beneficiário:	Os Protagonistas do Projeto são todos os ribeirinhos que estão divididos entre aqueles que habitam as áreas “urbanas” e aqueles que habitam as zonas rurais propriamente ditas, entre os urbanos temos: Barro Alto, Barra dos Mendes, Canarana e América Dourada somando cerca de 100 mil habitantes e cerca de 50 mil habitantes na zona rural. Com a recuperação das matas ciliares, todos os moradores serão beneficiários com a melhoria do microclima do território, uma vez que o Rio Jacaré perpassa a maioria do território de Irecê.
Justificativa:	O presente Projeto se apresenta como alternativa viável e de revitalização, não apenas de corpos d’água, mas também econômica, uma vez que mais água no semiárido significa mais atividade lucrativa. A proposta é viável posto que as escavações e a sucção com a draga possibilitam a reconstrução dos leitos assoreados de lagoas, riachos e rios afluentes e do Rio Jacaré. O projeto de desassoreamento, construção de bacias de retenção, microbarragens para a revitalização de corpos d’água e reflorestamento de matas ciliares se faz necessário e urgente, uma vez que o cenário vivido pela população necessita ser repensado e transformado do atual estado de calamidade pública e de degradação para uma sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. Entre os benefícios a serem alcançados com o projeto temos uma maior acumulação e aproveitamento das águas pluviais para a dessendentação animal e humana e ainda servirão de alimentadouro para os lençóis freáticos que estão numa situação de exploração desenfreada. A pobreza do território chegou a um estado alarmante de degradação, não apenas ambiental, mas também social. Em reuniões com os agricultores e suas associações, estes sempre colocam a educação e a revitalização dos corpos d’água como principais soluções para os problemas sócio-ambientais. Sobre a educação eles reforçam que não se trata daquela destinada apenas para seus rebentos, e que a educação de jovens e adultos não é suficiente para saciar seus anseios, mas uma educação que lhes proporcionem um melhor desempenho nas suas funções sociais, agropecuárias e ambientais. Então o projeto de Educação Ambiental, se apresenta como carro-chefe

	<p>do Programa, uma vez que as ações propostas e os elementos constituintes subsidiarão os pilares da sustentabilidade das demais ações previstas na presente proposta. E todas elas se pautaram nos princípios da sustentabilidade ambiental sem perder de vista o desenvolvimento econômico e o progresso do território de Cidadania de Irecê.</p>
Objetivos:	<p>Revitalizar o rio Jacaré e seus afluentes;</p> <p>Participar, apoiar e incentivar as ações e projetos elaborados e aprovados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Verde e Jacaré.</p> <p>Implantar e Implementar a Casa de Recursos Naturais do Território de Irecê – IMA, INGÁ e IBAMA;</p> <p>Implantar viveiro de mudas nativas nas comunidades ribeirinhas;</p> <p>Inserir a disciplina Estudos Ambientais como matéria curricular no ensino fundamental.</p> <p>Garantir a transversalidade da Educação Ambiental nas escolas através de atividades práticas e discussões teóricas;</p> <p>Criar banco de dados sobre os aspectos geoambientais do território de Irecê e das pesquisas aqui desenvolvidas;</p> <p>Catalogar e mapear as nascentes do Rio Jacaré, bem como todos os seus afluentes;</p> <p>Mapear as áreas de Vocação ecoturística no território;</p> <p>(Re)construir a história ambiental do Rio Jacaré e seus afluentes fazendo um levantamento das espécies da mata ciliar que constituíam aquelas que foram dísimadas;</p> <p>Garantir por força da lei, as APPs(Areas de Proteção Permanente) e os 20% das áreas de Reserva Legal obrigatórias em todos os módulos agricultáveis e da pecuária com advertência para os produtores rurais;</p> <p>Recuperar as voçorocas que alimentam riachos afluentes do Rio Jacaré com a adequação dos plantios em curvas de níveis e construção de bacias de retenção;</p>
Metas:	<p>O Rio Jacaré revitalizado em cinco anos;</p> <p>O Comitê da Bacia dos Rios Verde e Jacaré apoiado e com recursos financeiros disponibilizados para a implementação de suas ações e projetos em três anos;</p> <p>Casa de Recursos Naturais do Território de Irecê – IMA, INGÁ e IBAMA, funcionando e fiscalizando com eficiência todo o território, em dois anos;</p> <p>Viveiro de mudas nativas nas comunidades ribeirinhas implementados em dois anos;</p> <p>Disciplina Estudos Ambientais como matéria curricular, inserida na educação básica nos próximos três anos;</p> <p>Transversalidade da Educação Ambiental nas Escolas através de atividades práticas e discussões teóricas garantidas e custeadas pelo território, em três anos;</p> <p>Banco de dados sobre os aspectos geoambientais do território de Irecê e das pesquisas aqui desenvolvidas criado e sendo alimentado via INTERNET em cinco anos;</p> <p>100% das nascentes do Rio Jacaré, bem como todos os seus afluentes, catalogados, georreferenciados e mapeados em dois anos;</p> <p>100% das áreas de Vocação ecoturística no território mapeadas em dois anos;</p> <p>100% de recomposição e conservação/preservação das APPs(Areas de Proteção Permanente) e os 20% das áreas de Reserva Legal nos módulos agricultáveis e da pecuária feitas pelos produtores rurais em parceria com o território e os poderes públicos municipais em dois anos;</p> <p>100% dos solos degradados recuperados e sendo utilizada dentro dos padrões da sustentabilidade em dois anos.</p>
Estratégias:	<p>Mapeamento georeferenciado do Rio Jacaré metro-a-metro, catalogação das voçorocas e afluentes assoreados, garantindo assim um diagnóstico da real situação e das intervenções necessárias para a correção dos desequilíbrios identificados e para a coleta de sementes;</p> <p>Construção e implementação de Viveiro de Mudas nas cidades ribeirinhas para a produção e distribuição de mudas;</p> <p>Desassoreamento - será necessária a aquisição de uma draga de sucção de 750” para</p>

	<p>a retirada da lama de fundo, a qual será reaproveitada nos solos erodidos e também funcionará como adubação orgânica, promovendo a melhoria dos solos da margens para que facilitem o reflorestamento;</p> <p>Construção de Bacias de retenção para o controle de voçoroca e recuperação de solos degradados para aumentar a captação de águas pluviais;</p> <p>Reflorestamento: inicia-se com o plantio de leguminosas para a recuperação do solo e a produção de um microclima mais ameno e de redução de insolação para posterior plantio de mudas nativas.</p>																			
Arranjos Institucionais:	Prefeituras Municipais das prefeituras “ribeirinhas” e outros órgãos presentes no documento.																			
Indicadores de Resultado e Impacto:	<p>Quantidade de quilômetro de Áreas dragadas em recuperação;</p> <p>Quantidade de quilômetro de Áreas reflorestadas e quantidades de mudas inseridas e vivas;</p> <p>Número de Viveiros implantados e funcionando;</p> <p>Número de plantas distribuídas e plantadas;</p> <p>Número de plantas Vivas;</p> <p>Número de pessoas participando e com assinaturas em listas de presenças;</p>																			
Gestão:	Para a gestão do projeto tem que ser formado um grupo interdisciplinar e composto por um representante de cada município por onde se desenvolve o Rio Jacaré para que os participantes coordeneem o projeto inicial de educação ambiental. Esse grupo subsidiará as atividades do projeto de revitalização. Quanto ao gestor, se faz necessário um coordenador geral do território e/ou um coordenador eleito dentro do grupo.																			
Custos:	<p>01 Biólogo, 01 Educador Ambiental com Especialização, 01 Engenheiro Florestal, 01 Pedagogo, 01 Geógrafo, 01 Engenheiro Agrônomo para formar a equipe interdisciplinar no valor de R\$135.620,00 em um ano e R\$678.600,00 para os cinco anos.</p> <p>120 Capacitações comunitárias no valor de R\$18.000,00 por ano e R\$90.000,00 reais nos cinco anos;</p> <p>Visitas interdisciplinares de campo das equipes e coordenadores no valor de R\$20.000,00 por ano e R\$100.000,00 em cinco anos;</p> <p>Encontro com os agentes comunitários para educação ambiental no valor de R\$12.000,00 por ano e R\$60.000,00 em cinco anos;</p> <p>Planejamento de atividades práticas com as comunidades participantes do projeto no valor de R\$70.000,00 por ano e R\$350.000,00 em cinco anos;</p> <p>Materiais de consumo: papel, caneta, pincel, etc, no valor de R\$32.000,00 por ano e R\$160.000,00 em cinco anos;</p> <p>Transporte/combustível no valor de R\$30.000,00 por ano e R\$150.000,00 em cinco anos;</p> <p>Dragagem e escavação para o desassoreamento no valor de R\$9.000.000,00;</p> <p>Regularização fundiária no valor de R\$11.000.000,00;</p> <p>Reflorestamento incluindo coleta de semente, produção de mudas e plantio no valor de R\$2.000.000,00;</p> <p>Valor total de 23.588.600,00</p>																			
Cronograma:	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Atividades</th> <th colspan="4">Período</th> </tr> <tr> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>O Rio Jacaré Revitalizado desassoreado com o uso de dragagem e escavações;</td> <td>x</td> <td>x</td> <td>x</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Linha de financiamento administrada pelo território, possibilitando ao Comitê da Bacia do Rio Jacaré a implementação de suas ações e projetos;</td> <td>x</td> <td>x</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Atividades	Período				2011	2012	2013	2014	O Rio Jacaré Revitalizado desassoreado com o uso de dragagem e escavações;	x	x	x		Linha de financiamento administrada pelo território, possibilitando ao Comitê da Bacia do Rio Jacaré a implementação de suas ações e projetos;	x	x		
Atividades	Período																			
	2011	2012	2013	2014																
O Rio Jacaré Revitalizado desassoreado com o uso de dragagem e escavações;	x	x	x																	
Linha de financiamento administrada pelo território, possibilitando ao Comitê da Bacia do Rio Jacaré a implementação de suas ações e projetos;	x	x																		

	Casa de Recursos Naturais do Território de Irecê – IMA, INGÁ e IBAMA, funcionando e fiscalizando com eficiência todo o território;	x			
	Viveiro de mudas nativas nas comunidades ribeirinhas implementados;	x			
	Disciplina Estudos Ambientais como matéria curricular, inserida na educação básica;	x	x		
	Transversalidade da Educação Ambiental nas Escolas através de atividades práticas e discussões teóricas garantidas e custeadas pelo território;	x	x		
	Banco de dados sobre os aspectos geoambientais do território de Irecê e das pesquisas aqui desenvolvidas criado e sendo alimentado via INTERNET;	x	x	x	x
	Mapeamento das áreas de Vocação ecoturística no Território ;	x			
	Recomposição e conservação/preservação das APPs (Áreas de Proteção Permanente) e os 20% das áreas de Reserva Legal nos módulos agricultáveis e da pecuária feitas pelos produtores rurais em parceria com o território e os poderes públicos municipais em dois anos	x			
	Solos degradados recuperados com construção de curvas de níveis e bacias de retenção, sendo utilizada dentro dos padrões da sustentabilidade.	x	x	x	x

Eixo:	Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Naturais
Programa:	Revitalização dos Rios Verde e Jacaré.
Projeto:	Educação Ambiental;
Diagnóstico Setorial:	Os municípios por onde se desenvolvem os Rios Verde e Jacaré e suas respectivas comunidades ribeirinhas apresentam um alto grau de analfabetismo chegando a 30% da população, indicador que nos faz repensar os moldes, as técnicas e metodologias convencionais de educação ambiental, não excluindo palestras com uso de slides, panfletagem, outdoors, seminários, entre outros. Esses métodos impedem a exclusão daqueles que não lêem. É preciso Núcleos de Educação ambiental e para o campo no sentido de mostrar e fazer educação na prática.
Localização:	No território de Irecê, o projeto abrangerá todos os municípios pelos quais o Rio Jacaré se desenvolve, entre os quais: Souto Soares, Barro Alto, Ibipeba, Ibitá, Canarana, Lapão, João dourado, São Gabriel, Jussara.
Público Beneficiário:	Os Protagonistas do Projeto são todos os ribeirinhos que estão divididos entre aqueles que habitam as áreas “urbanas” e aqueles que habitam as zonas rurais propriamente ditas, entre os urbanos temos: Barro Alto, Barra dos Mendes, Canarana e América Dourada somando cerca de 100 mil habitantes e cerca de 50 mil habitantes na zona rural e com a recuperação das matas ciliares todos os moradores serão beneficiários com a melhoria do microclima do território, uma vez que o Rio Jacaré perpassa a maioria do território de Irecê.

Justificativa:	O Projeto de Educação Ambiental para a revitalização dos Rios Verde e Jacaré se constitui numa ferramenta estratégica para a recuperação ambiental e o desenvolvimento territorial, pautada nos princípios da sustentabilidade em suas diversas dimensões: histórica, política, educacional, social, cultural, econômica e ambiental. Dentro de uma visão sistêmica é necessária uma perspectiva histórica, pois oferece elementos para que se faça um diagnóstico fiel, porque oferece condições de entender o quê, como e o porquê aconteceu. Dentro da dimensão política, seus constituintes fazem perceber como as coisas acontecem e fornecem elementos para planejar uma transformação nos ideais da coletividade, claro que dentro de uma perspectiva educacional, uma vez que as duas: política e educação são faces da mesma moeda. Assim, compreender-se-ão toda a dinâmica social, as atitudes dos seus protagonistas e as relações mais críticas, como oprimido-opressor, e suas diferenças sociais. Mais uma vez, tem-se que pensar em transformação numa perspectiva também cultural, uma vez que esta se constitui de bons elementos e elementos nocivos para que haja transformação no sentido da diminuição das desigualdades sociais e redução da opressão sofrida por maioria dos habitantes deste território. Sendo assim, cabe à educação lançar mão de seus artifícios para transformar as práticas culturais que reforçam as relações entre opressor e oprimido, fazendo com que os últimos se percebam cidadãos críticos e capazes de modificar suas realidades compreendendo, como dizia o grande mestre Paulo Freire, que o caminho se faz, caminhando (FREIRE, 1996). A dimensão econômica e ambiental dentro da perspectiva da sustentabilidade é complementar visto que o modelo econômico desenvolvido nas últimas décadas promoveu uma degradação ambiental de precedentes astronômicos colocando em risco a própria existência da espécie humana, ficando em nossas mãos, a responsabilidade de continuarmos perpetuando ou não nossa espécie. Quanto aos danos cometidos pela economia, será dado enfoque maior às soluções dos conflitos sócio-ambientais sem esquecer-se da dimensão econômica, pautada nos seguintes princípios da sustentabilidade: Profundidade, devendo importar-se com a preservação, proteção e promoção do que é sustentável, orientado para a aprendizagem e para o cuidado interpessoal; Durabilidade, pois o sustentável perdura, ela preserva e promove, ao longo do tempo, os aspectos mais valiosos da vida, ano após ano, líder após líder, pois tudo passa e se renova; Amplitude, o que é sustentável tem que ser disseminado e pautada na confiança entre seus parceiros; Justiça, o sustentável, não só não prejudica os ambientes circundantes, com todos os seus constituintes, abiótico e bióticos incluindo o homem, como promove a sua melhoria, ativamente; Diversidade, o sustentável promove uma diversidade coesa, uma vez que, ao se basear em ecossistemas naturais nota-se que estes são fortes e diversos do ponto de vista biológico e ainda apresentam equilíbrio dinâmico; Disponibilidade de Recurso, o sustentável é prudente e dispõe de recursos, sem desperdiçar dinheiro, nem pessoas, sem esgotar os recursos materiais e humanos, pois há que se renovar a energia das pessoas através de inovações e de prazos irrealistas para concretizar mudanças necessárias; Conservação, o sustentável honra o que de melhor existe no passado e aprende com ele, também usa os erros passados para corrigi-los no presente, visando criar um futuro ainda melhor; Igualdade, o sustentável prisma pela igualdade de direitos.
-----------------------	---

Objetivos:	Sensibilizar a Institucionalização do profissional de Educação Ambiental com especialização na área ambiental; Sensibilizar as instituições públicas municipais a criarem secretarias de meio ambiente e/ou diretorias de meio ambiente; Sensibilizar a organização das secretarias de meio ambiente e/ou secretarias afins a criar cargo/função de educador ambiental; Sensibilizar os Municípios a criarem os Fundos Municipais de Meio Ambiente provendo com recursos e garantindo a implementação das ações educacionais e de gestão ambientais; Sensibilizar e mobilizar as comunidades do território sobre as responsabilidades sócio-ambientais, individuais e coletivas; Promover espaços de capacitação, discussão e de ações concretas sobre problemas, conflitos ambientais e suas possíveis soluções.
Metas:	100% das Prefeituras do Território de Irecê com Biólogos e Pós-graduados em Educação Ambiental no quadro de funcionários das secretarias de Meio Ambiente e/ou afins, num período de quatro anos; 100% das Prefeituras do Território de Irecê com secretarias de Meio Ambiente e/ou Diretorias de Meio Ambiente naquelas em que as pastas de Meio Ambiente e Agricultura estão juntas, num período de quatro anos; 100% das diretorias, secretarias de meio ambientes ou afins com um educador ambiental para trabalhar a Educação Ambiental Não Formal e Informal dentro dos municípios, num período de quatro anos; 100% dos Municípios do Território de Irecê com Fundos Municipais de Meio Ambiente criados num período de dois anos; 100% das comunidades sensibilizadas sob a coordenação de educadores e multiplicadores ambientais, num período de dois anos; 100% das comunidades mobilizadas e resolvendo seus conflitos e problemas ambientais, num período de cinco anos; 100% dos municípios capacitando seus agentes e multiplicadores ambientais sob a coordenação do educador ambiental municipal e territorial, em cinco anos; Promoção da rede de educadores ambientais municipais sob coordenação do território de cidadania para garantir a articulação entre todos os municípios de Território de Irecê em cinco anos.
Estratégias:	1. Reunião com os gestores municipais com o intuito de mobilizar e sensibilizar as prefeituras para institucionalizar as secretarias de meio ambiente e ou diretorias de meio ambiente; 2. Reuniões com gestores municipais e secretarias para sensibilizá-los à institucionalização da profissão do educador ambiental e de biologia; 3. Capacitação através do território para a criação dos fundos municipais de meio ambiente; 4. Identificar nos municípios e comunidades ribeirinhas líderes e agentes comunitários para serem capacitados como educadores ambientais comunitários; 5. Reuniões para planejamento estratégico por comunidade com a intenção de fazer levantamento de todos os problemas e conflitos ambientais e a partir daí sugerir soluções; 6. Reunião com o território e gestores e associações com objetivos preservacionistas e conservacionistas para a criação da rede de educação ambiental do território.
Arranjos Institucionais:	Prefeituras Municipais de América Dourada, São Gabriel e Itaguaçú, EBDA (já mobilizados)

Indicadores de Resultado e Impacto:	<p>Número de prefeituras com secretarias de Meio Ambiente e/ou Diretorias de Meio Ambiente;</p> <p>Número de Prefeituras com biólogos e educadores ambientais concursados e atuando;</p> <p>Número de Municípios com Fundos Municipais de Meio Ambiente criados;</p> <p>Agentes e educadores ambientais catalogados pelo território e trabalhando;</p> <p>Número de Comunidades ribeirinhas com seus planejamentos estratégicos de desenvolvimento sustentável construídos;</p> <p>Número de participantes por municípios do território na rede de educação ambiental.</p>
Gestão:	<p>Para a gestão do projeto tem que ser formado um grupo interdisciplinar e composto por um representante de cada município por onde se desenvolve o Rio Jacaré para que os participantes coordeneem o projeto inicial de educação ambiental, que subsidiarão as atividades do projeto de revitalização. Quanto ao gestor, se faz necessário um coordenador geral do território e/ou um coordenador eleito dentro do grupo.</p> <p>Na educação ambiental será necessária a formação da rede sob coordenação do território para que seja feito o planejamento de educação ambiental territorial e as devidas capacitações.</p>
Custos:	<p>06 Reuniões com os gestores municipais com o intuito de mobilizar e sensibilizar as prefeituras para institucionalizar as secretarias de meio ambiente e ou diretorias de meio ambiente no valor de R\$ 3.000,00;</p> <p>Reuniões com gestores municipais e secretarias para sensibilizá-los à institucionalização da profissão do educador ambiental e de biologia no valor de R\$ 3.000,00;</p> <p>Capacitação de vereadores, gestores e secretários municipais através do território para a criação dos fundos municipais de meio ambiente no valor de R\$10.000,00;</p> <p>Identificar nos municípios e comunidades ribeirinhas líderes e agentes comunitários para serem capacitados como educadores ambientais comunitários no valor de R\$ 30.000,00;</p> <p>Reuniões para planejamento estratégico por comunidade com a intenção de fazer levantamento de todos os problemas e conflitos ambientais e a partir daí sugerir soluções no valor de R\$ 600.000,00;</p> <p>Reunião com o território e gestores e associações com objetivos preservacionistas e conservacionista para a criação da rede de educação ambiental do território, no valor de R\$ 30.000,00;</p> <p>100 Reuniões por município com os agentes e educadores Ambientais para a sensibilização e execução de atividades práticas - R\$60.000,00 por ano - e totalizando R\$ 600.000,00 para o território de abrangência do Rio Jacaré e R\$3.000.000,00 em cinco anos;</p> <p>Totalizando um valor de 3.676.000,00</p>

Cronograma:	Atividades	Período		
		2011	2012	2013
	Sensibilização das Prefeituras do Território de Irecê para institucionalizar e concursar Biólogos e Pós-graduados em Educação Ambiental no quadro de funcionários das secretarias de Meio Ambiente e/ ou afins;	x	x	
	Sensibilização das Prefeituras do Território de Irecê para criarem secretarias de Meio Ambiente e / ou Diretorias de Meio Ambiente naquelas em que as pastas de Meio Ambiente e Agricultura estão juntas	x	x	
	Sensibilização das Diretorias, secretarias de meio ambientes ou afins com um educador ambiental para trabalhar a Educação Ambiental Não Formal e Informal dentro dos municípios;	x	x	
	Mobilização dos Municípios do Território de Irecê para a criação de Fundos Municipais de Meio Ambiente criados;			
	Reuniões com comunidades sensibilizadas sob a coordenação de educadores e multiplicadores ambientais;			
	Reuniões com as comunidades para mobilização destas para resolver seus conflitos e problemas ambientais;	x	x	x
	Reuniões para capacitação nos municípios de seus agentes e multiplicadores ambientais sob a coordenação do educador ambiental municipal	x	x	x
	Promoção da rede de educadores ambientais municipais sob coordenação do território de cidadania para garantir a articulação entre todos os municípios de Território de Irecê.	x	x	x
Eixo:	Desenvolvimento Sustentável dos Recursos Naturais			
Programa:	Revitalização dos Rios Verde e Jacaré.			
Projeto:	Saneamento Básico: Destino adequado de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, uma alternativa de desenvolvimento sustentável;			
Diagnóstico Setorial:	Os municípios por onde se desenvolve os rios Verde e Jacaré não apresentam aterros sanitários, todo lixo é jogado a céu aberto em lixões, não apresenta rede de esgotos e as existentes não são tratadas. Os dejetos domésticos são lançados em fossas sem preocupação com lençóis freáticos. Muitos moradores ainda conservam o hábito de queimar os resíduos contaminando a atmosfera. Os corpos d'água são reféns de práticas culturais que acreditam que a água lava tudo e assim descartam os resíduos sólidos nos corpos d'água.			
Localização:	No território de Irecê, o projeto abrange todos os municípios pelos quais o Rio Jacaré se desenvolve, entre os quais: Souto Soares, Barro Alto, Ibipeba, Ibititá, Canarana, Lapão, João dourado, São Gabriel, Jussara.			
Público Beneficiário:	Os protagonistas do Projeto são todos os ribeirinhos que estão divididos entre aqueles que habitam as áreas “urbanas” e aqueles que habitam as zonas rurais propriamente ditas. Entre os urbanos temos: Barro Alto, Barra dos Mendes, Canarana e América Dourada somando cerca de 100 mil habitantes e cerca de 50 mil habitantes na zona rural e com a recuperação das matas ciliares todos os moradores serão beneficiários			

	com a melhoria do microclima do território uma vez que o Rio Jacaré perpassa a maioria do território de Irecê..
Justificativa:	A implementação da presente proposta se faz urgente, uma vez que a contaminação e a poluição dos ambientes que circundam as veredas dos Rios verde e Jacaré e seu afluentes são altamente degradantes e perigosas e podem atingir o Rio São Francisco, então a implementação desta proposta apresenta ganhos ambientais indiretos a nível estadual. Sendo uma mobilização e sensibilização eficaz pode-se implantar um projeto de coleta seletiva territorial, e, com isso, fomentar a cooperativa de catadores de lixo de Irecê e reduzir drasticamente as emissões de gases do efeito estufa, lançamento de chorume nos lençóis freáticos e corpos d'água e lançamento de resíduos sólidos de toda natureza em lixões, terrenos baldios, enxurradas e corpos d'água. Para tanto, se faz necessário uma mobilização e sensibilização territorial.
Objetivos:	Implantar o Projeto de Destino adequado de resíduos sólidos, líquidos e gasosos como uma alternativa de desenvolvimento sustentável; Implantar um projeto de coleta seletiva de lixo territorial; Implantar o programa de redução de emissões dos gases do efeito estufa; (Re)Pensar o esgotamento sanitário dos diversos municípios do território por onde desenvolve os Rios Verde e Jacaré; Fomentar a Cooperativa de catadores de lixo numa dimensão ambiental;
Metas:	Projeto de Destino adequado de resíduos sólidos, líquidos e gasosos como uma alternativa de desenvolvimento sustentável implantado em 04 anos; Projeto de coleta seletiva do lixo implantado num período de 04 anos; Redução de emissões do efeito estufa em 50% num período de 04 anos; Implantação de redes de esgoto com estação de tratamento de esgoto nos municípios de abrangência do Projeto em 04 anos; Cooperativa de catadores com aumento de 1000% na aquisição e comercialização nos resíduos sólidos de reutilizáveis e recicláveis num período de 04 anos;
Estratégias:	Estratégia ou os meios disponíveis e possíveis para viabilizar a intervenção sobre a situação atual, incluindo o detalhamento da <u>proposta técnica</u> , de forma a transformá-la e obter os resultados esperados, previstos nos objetivos.
Arranjos Institucionais:	Programas e Projetos Públicos e Entidades/Instituições que poderão contribuir na execução/consolidação do Projeto
Indicadores de Resultado e Impacto:	Mensuração dos indicadores para posterior monitoramento.
Gestão:	Modelo de Gestão como sendo as definições negociadas das responsabilidades em relação às ações a serem desenvolvidas, das atribuições dos atores locais e da coordenação de esforços institucionais para execução do projeto. Responsáveis pela Execução e Monitoramento.
Custos:	Mobilização social no corpo-a-corpo para implementação da coleta seletiva nas residências das comunidades ribeirinhas (urbanas e rurais) no valor de R\$12.000,00 por município e R\$264.000,00 por território (ano); e R\$528.000,00 em dois anos. Implantação de galpões para a triagem de resíduos sólidos e posterior comercialização no valor de R\$ 800.000,00; Sensibilização da comunidade com intuito de reduzir as queimadas de resíduos sólidos e restos culturais da agricultura R\$264.000,00 total; Implantação de redes de esgoto via prefeituras municipais no valor de R\$40.000.000,00;

	Reestruturação da cooperativa para que cada município ganhe um acento na cooperativa de lixo para estimular a participação destes no projeto da coleta seletiva de lixo territorial com a compra de caminhão para coleta dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis nos diversos galpões no valor de R\$150.000,00;																																		
Valor total	R\$ 41.742.000,00																																		
Cronograma:	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Atividades:</th> <th colspan="4">Período</th> </tr> <tr> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mobilização social no corpo-a-corpo para implementação da coleta seletiva nas residências das comunidades ribeirinhas (urbanas e rurais);</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td></tr> <tr> <td>Implantação de galpões para a triagem de resíduos sólidos e posterior comercialização;</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td></tr> <tr> <td>Sensibilização da comunidade com intuito de reduzir as queimadas de resíduos sólidos e restos culturais da agricultura;</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td></tr> <tr> <td>Implantação de redes de esgoto via prefeituras municipais;</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td></tr> <tr> <td>Reestruturação das cooperativas para que cada município ganhe um acento na cooperativa de lixo para estimular a participação destes no projeto da coleta seletiva de lixo territorial;</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td><td>x</td></tr> </tbody> </table>	Atividades:	Período				2011	2012	2013	2014	Mobilização social no corpo-a-corpo para implementação da coleta seletiva nas residências das comunidades ribeirinhas (urbanas e rurais);	x	x	x	x	Implantação de galpões para a triagem de resíduos sólidos e posterior comercialização;	x	x	x	x	Sensibilização da comunidade com intuito de reduzir as queimadas de resíduos sólidos e restos culturais da agricultura;	x	x	x	x	Implantação de redes de esgoto via prefeituras municipais;	x	x	x	x	Reestruturação das cooperativas para que cada município ganhe um acento na cooperativa de lixo para estimular a participação destes no projeto da coleta seletiva de lixo territorial;	x	x	x	x
Atividades:	Período																																		
	2011	2012	2013	2014																															
Mobilização social no corpo-a-corpo para implementação da coleta seletiva nas residências das comunidades ribeirinhas (urbanas e rurais);	x	x	x	x																															
Implantação de galpões para a triagem de resíduos sólidos e posterior comercialização;	x	x	x	x																															
Sensibilização da comunidade com intuito de reduzir as queimadas de resíduos sólidos e restos culturais da agricultura;	x	x	x	x																															
Implantação de redes de esgoto via prefeituras municipais;	x	x	x	x																															
Reestruturação das cooperativas para que cada município ganhe um acento na cooperativa de lixo para estimular a participação destes no projeto da coleta seletiva de lixo territorial;	x	x	x	x																															
Eixo	Meio Ambiente																																		
Programa	Educação Ambiental																																		
Projeto	Educação Socio-Ambiental																																		
Diagnóstico Setorial	O território não dispõe de uma política estratégica de educação ambiental que contemple as condições e realidade; Os currículos escolares e os planejamentos estratégicos das entidades, em seu conjunto, não abordam o meio ambiente como estratégia política; Há iniciativas de educação ambiental, no segmento informal, ainda que ‘principiantes’, nas ações de algumas entidades da sociedade civil; Não há recursos disponíveis nos orçamentos municipais para a implantação de um programa de educação ambiental para o território; Ausência do SIMMA – Sistema Municipal de Meio Ambiente, em todos os municípios do Território; Ausência de capacitação de professores para o efetivo processo de educação ambiental.																																		
Localização	- Itaguaçu da Bahia, Ibipeba, Gentio do Ouro, Ipupiara, Central, Uibaí, Ibititá, Irecê, Presidente Dutra, São Gabriel, Jussara, Lapão, Barra do Mendes, João Dourado, América Dourada, Cafarnaum, Canarana, Barro Alto, Xique-Xique e Souto Soares.																																		
Público Prioritário	Embora o projeto tente chegar a todos os espaços do território, o público alvo do projeto são os professores da rede oficial, as lideranças e dirigentes das entidades populares, os comunicadores sociais da região (radialistas e jornalistas), lideranças e dirigentes políticos (secretários municipais e vereadores) e as associações.																																		
Justificativa	- Atuar no campo da educação formal e informal, a partir da educação infantil, capacitando regentes, coordenadores pedagógicos, gestores das unidades de ensino e todos os funcionários para a convivência formadora de hábitos sustentáveis, além da																																		

	formulação de Projetos Políticos Pedagógicos que permitam grande curricular contextualizada na interação do espaço social do aprendiz com outros, levando em conta a definição da consciência crítica quanto ao modo de consumo no planeta, objetivando o rompimento do atual modelo de sociedade, visando um outro que seja cooperativo, solidário e comprometido com a vida humana de sentimento planetário e isso significa garantir a existência da espécie humana.
Objetivos	Capacitar o público alvo para a adoção de hábitos que permitam a revitalização dos diversos espaços ambientais e a sua preservação; Desenvolver saberes que promovam habilidades para atividades socioambientais e socioeconômicas sustentáveis.
Estratégias	Realizar parcerias com ONG's, entidades representativas do movimento popular, prefeituras municipais, órgãos ambientais dos governos federal e estadual, para compor equipe de planejamento, execução e monitoramento; Realizar um diagnóstico sobre o que existe de experiência no campo da educação ambiental e promover a socialização desses saberes; Promover cursos de capacitação em EDUCAÇÃO AMBIENTAL para professores da educação formal e informal; Incentivar a realização de eventos públicos voltados para a temática ambiental, envolvendo toda rede escolar dos municípios; Estimular as organizações sociais urbanas em torno da temática ambiental; Criar e implantar o SIMMA – Sistema de Municipal de Meio Ambiente em todos os municípios do Território. Apoiar a elaboração do Plano de sustentabilidade ambiental para os municípios; Montar agenda de planejamento, execução do plano de educação ambiental do território;
Arranjos Institucionais	Instituições e entidades: Universidades Estaduais (UNEB) UFBA, Secretarias de educação ambiental do Ministério do Meio Ambiente e do MEC, IBAMA, INCRA, IMA, Secretarias Municipais de meio ambiente e de agricultura ou equivalente, Grupos Ambientalistas, TV e Rádios comunitárias e comerciais, Polo Sindical, centrais de Associações, e dos professores, e buscar parceiras com PROGRAMAS EXISTENTES;
Indicadores de Resultado e Impacto	Números de profissionais, lideranças e dirigentes capacitados; Volume de recursos destinados nos orçamentos municipal e estadual voltado para a questão ambiental; Número e qualidade de projetos e ações desenvolvidos na área ambiental territorial; Índice de elaboração e implantação dos SIMMAs; Conteúdo curricular e prática pedagógica nas escolas e nas entidades educativas referentes ao meio ambiente;
Gestão	Será definida uma equipe para coordenar o processo de gestão a nível territorial, realizando atividades de monitoramento por grupos específicos (professores, gestores e outros atores). Serão priorizados, meios de comunicação para veicular informações, formação e prestação de contas para o território, sejam através de jornais escritos, falados, televisivos. Também se priorizará encontros, seminários, conferências, debates, ciclo de palestras nos devidos municípios.

3. Projetos da Dimensão Político-Institucional

EIXO:	Associativismo/Cooperativismo.																																						
Programa:	Fortalecimento das Institucionalidades																																						
Projeto:	Aquisição de equipamentos para Transformação de milho em flocos de milho (flocão).																																						
Diagnóstico setorial:	Aproveitamento de indústria já instalada e subutilizada, otimizando as instalações em 90%.																																						
Localização:	Esses equipamentos serão instalados na sede da COPIRECÊ – Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê Ltda., situada na Rua São Francisco, nº 165, Irecê – BA.																																						
Público Alvo:	Agricultores familiares, associações comunitárias, comunidades quilombolas, compra direta (PAA), programa Fome Zero, Cesta do Povo e merenda escolar.																																						
Justificativa:	Aregar valores aos produtos da agricultura familiar, transformando o produto in natura em produtos industrializados.																																						
Objetivos:	Viabilizar uma indústria com a capacidade de transformação de 20 toneladas de milho por dia, que trabalhava com a produção de creme de milho, que o mercado já não mais absorve, devido a mudança de hábito alimentar, por um produto que tem uma aceitação de 90% do mercado consumidor, que é o flocos de milho (flocão), que é o objetivo proposto.																																						
Metas:	Atingir 2.200 agricultores através de 110 associações de produtores rurais já associadas a cooperativas e mais de 4.000 associados da cooperativa.																																						
Estratégias:	Trabalhar em parceria com prefeituras, associações de agricultores, produtores rurais, CONAB, Cesta do Povo, visando melhorar as condições socioeconômicas dos pequenos produtores rurais.																																						
Orçamento:	<table border="1"> <thead> <tr> <th>INFRAESTRUTURA</th> <th>QUANT.</th> <th>VALOR</th> <th>OBS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>MOINHO LAMINADOR</td> <td>1</td> <td>300.000,00</td> <td>Transformar o milho moído em flocos de milho (flocão).</td> </tr> <tr> <td>BALANÇA / EMPACOTADORA</td> <td>1</td> <td>110.000,00</td> <td>Pesar / Embalar o flocos de milho.</td> </tr> <tr> <td>COMPRESSOR 60 PÉS</td> <td>1</td> <td>15.000,00</td> <td>Abastecimento de ar para balança / empacotadora.</td> </tr> <tr> <td>EMBALAGEM 500 GRAMAS</td> <td>450.000</td> <td>13.500,00</td> <td>Embalar pacote com 0,5 Kg.</td> </tr> <tr> <td>EMBALAGEM 10 Kg</td> <td>22.500</td> <td>4.500,00</td> <td>Embalar pacotes com 20 unidades de 0,5 Kg (fardo de 10 Kg).</td> </tr> <tr> <td>CAMINHÃO MERCEDEZ 1620 CAPACIDADE 14 TONELADAS</td> <td>1</td> <td>200.000,00</td> <td>Transportar o produto in natura e também o produto industrializado.</td> </tr> <tr> <td>BAÚ</td> <td>1</td> <td>16.000,00</td> <td>Para complementar o caminhão que vai transportar os produtos.</td> </tr> <tr> <td>PICK-UP UTILITÁRIA</td> <td>1</td> <td>35.000,00</td> <td>Para transportar produtos (pequenas quantidades).</td> </tr> </tbody> </table>			INFRAESTRUTURA	QUANT.	VALOR	OBS	MOINHO LAMINADOR	1	300.000,00	Transformar o milho moído em flocos de milho (flocão).	BALANÇA / EMPACOTADORA	1	110.000,00	Pesar / Embalar o flocos de milho.	COMPRESSOR 60 PÉS	1	15.000,00	Abastecimento de ar para balança / empacotadora.	EMBALAGEM 500 GRAMAS	450.000	13.500,00	Embalar pacote com 0,5 Kg.	EMBALAGEM 10 Kg	22.500	4.500,00	Embalar pacotes com 20 unidades de 0,5 Kg (fardo de 10 Kg).	CAMINHÃO MERCEDEZ 1620 CAPACIDADE 14 TONELADAS	1	200.000,00	Transportar o produto in natura e também o produto industrializado.	BAÚ	1	16.000,00	Para complementar o caminhão que vai transportar os produtos.	PICK-UP UTILITÁRIA	1	35.000,00	Para transportar produtos (pequenas quantidades).
INFRAESTRUTURA	QUANT.	VALOR	OBS																																				
MOINHO LAMINADOR	1	300.000,00	Transformar o milho moído em flocos de milho (flocão).																																				
BALANÇA / EMPACOTADORA	1	110.000,00	Pesar / Embalar o flocos de milho.																																				
COMPRESSOR 60 PÉS	1	15.000,00	Abastecimento de ar para balança / empacotadora.																																				
EMBALAGEM 500 GRAMAS	450.000	13.500,00	Embalar pacote com 0,5 Kg.																																				
EMBALAGEM 10 Kg	22.500	4.500,00	Embalar pacotes com 20 unidades de 0,5 Kg (fardo de 10 Kg).																																				
CAMINHÃO MERCEDEZ 1620 CAPACIDADE 14 TONELADAS	1	200.000,00	Transportar o produto in natura e também o produto industrializado.																																				
BAÚ	1	16.000,00	Para complementar o caminhão que vai transportar os produtos.																																				
PICK-UP UTILITÁRIA	1	35.000,00	Para transportar produtos (pequenas quantidades).																																				

	MOTO	1	6.500,00	Facilitar a locomoção em localidades de difícil acesso com veículos de maior porte e também dar maior agilidade nos trabalhos com vendas externas.
Eixo:	Associativismo/Cooperativismo			
Programa:	Fortalecimento do Associativismo-Cooperativismo			
Projeto:	Mobilização e Sensibilização para o Associativismo/Cooperativismo			
Localização:	O Evento será realizado em Irecê e nos vinte municípios do Território de Irecê.			
Público Beneficiário:	Associações de Agricultores/Agricultoras, Comunidades Quilombolas, Assentados de R. Agrária.			
Justificativa:	Por tratar-se de um contingente maior de Associações Comunitárias na região, necessária se faz a promoção de eventos que tenham maior capacidade de abrangência em curto prazo.			
Objetivos:	Sensibilizar o público alvo para as necessidades de fortalecimento de suas organizações com vistas ao desenvolvimento sustentável. Divulgar propostas e Políticas Públicas para as organizações e Movimentos Sociais.			
Metas:	Realização de 01 (um) Seminário Regional Realização de 20 Encontros de Lideranças/Associativismo			
Estratégias:	Encontro das lideranças das associações de cada município, para mobilização e sensibilização de cada associado.			
Arranjos Institucionais:	Participação de todas as entidades que atuam no campo: Associações, Cooperativas, Strs, Fetag, EBDA, Fundações, Garra, CAA, Comitês das Associações, Copesagri, Setras, Prefeituras, SEBRAE, etc.			
Indicadores de Resultado e Impacto:	Adoção de posturas critica e consistentes Participação ativa e inclusão social.			
Gestão:	Organização do evento: Associações, STRs, EBDA, CAA.			
Custos:	01 Seminário: 02 dias / 200 participantes - R\$40.000,00 20 Encontros: 01 dia - R\$40.000,00			
Eixo:	Associativismo/Cooperativismo			
Programa:	Fortalecimento das Capacidades Institucionais			
Projeto:	FOMENTO AO ARTESANATO			
Diagnóstico Setorial:	O artesanato sempre integrou a própria vida dos sertanejos. Não há uma única família da zona rural que não tenha mais de um/a artesão/ã: alguém que sabe tecer esteira; peneira; corda; cabresto; sacola de palha, caroá ou sisal. Com essas habilidades, alguns artesãos e algumas artesãs especializaram-se em produzir não apenas objetos de uso próprio, mas também para o mercado, criando-se assim uma importante fonte complementar de renda, além alimentar a cultura regional.			

Localização:	Os Kits educativos serão distribuídos nos vinte municípios do Território de Irecê
Público Beneficiário:	Associações de Agricultores/Agricultoras, Comunidades Quilombolas, Assentados de R. Agrária
Justificativa:	Visando contribuir com o movimento associativista/cooperativista e inclusão social, através da aquisição de Kits como instrumento de trabalho para qualificação e melhor desempenho nos cursos de qualificação profissional educativos das atividades artesanais no Território de Irecê.
Objetivos:	<p>Revitalizar o artesanato de tradição para a melhoria das condições de vida e de trabalho de artesãos</p> <p>Gerar renda para as comunidades, respeitando seu saber tradicional, estimular a autonomia das organizações de agricultores</p> <p>Agregar valor ao produto, valorizar o artesanato como conhecimento tradicional associado à biodiversidade</p> <p>Possibilitar às Associações comunitárias a aquisição de Kits para confecção de produtos artesanais</p> <p>Dotar as organizações de instrumentos necessários à confecção de diversos artesanatos para geração de renda</p>
Metas:	<p>AQUISIÇÃO DE KITS E EQUIPAMENTOS</p> <p>21 Kits de processamento do leite 20 Kits de Embutidos e defumados 20 Kits de processamento de frutas e vegetais 20 Kits para reciclagem de plástico e papel 20 Kits para Corte e costura 20 Kits para Pintura em Tecidos 20 Kits para Serigrafia 20 Kits para Biojóias 20 Computadores 20 Aparelhos de Datashow 20 Máquinas fotográficas digital</p>
Cronograma:	Realizar durante o ano de 2011
Estratégias:	Identificar e cadastrar as associações interessadas, a partir do nível de organização Capacitação e treinamento dos associados como multiplicadores do processo, através de oficinas de acordo com as atividades afins
Arranjos Institucionais:	Articulação com outras entidades governamentais e não governamentais: associações, cooperativa, sindicatos, EBDA, Centrefértil, ONG's, prefeituras, etc.
Indicadores de Resultado e Impacto:	<p>Alternativas da renda das famílias Utilização dos equipamentos disponíveis Aplicação dos conhecimentos adquiridos Melhoria da qualidade de vida</p>
Gestão:	A gestão do Projeto envolverá entidades que atuam no movimento associativista/cooperativista visando garantir o atendimento das metas e dos objetivos, com acompanhamento e avaliação de acordo com as linhas de ação das entidades envolvidas, ou seja, através de associações, cooperativas, EBDA, STRs, CAA.
Custos:	R\$ 300.000,00

4. Projetos da Dimensão Sócio-cultural

Eixo:	Política para as mulheres
Programa:	Todos contra a Violência
Projeto:	Implantação da Delegacia da Mulher
Diagnóstico Setorial:	Alto índice de violência contra as mulheres (não oficial, por falta de espaço para registro, por não notificação ou sub-notificação dos casos) -Medo da violência institucional e alto grau de impunidade.
Localização:	Localização- Irecê (com abrangência territorial)
Público Beneficiário:	Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situação de violência e, indiretamente, toda a população do Território
Justificativa:	Combater, coibir e prevenir no Território de Irecê (com abrangência de 20 municípios) a violência contra a mulher que acontece com freqüência, no campo e na cidade, pois o medo da violência institucional, praticada, principalmente, pelos profissionais da polícia, bem como os altos índices de impunidade, inibem as mulheres a buscarem as delegacias comuns para registrarem as denúncias. Garantir a implantação da Lei 11340, de 07 de agosto 2006, intitulada Lei Maria da Penha.
Objetivos:	Prevenir e combater, de forma sistemática, as diferentes formas de violência contra as mulheres (física, sexual, doméstica, psicológica e violência simbólica), e oferecer suporte àquelas em situação de violência ou risco.
Metas:	Construir e aparelhar 01 (uma) Delegacia Territorial e 01 (um) Centro de Acolhimento ou Casa Abrigo com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência; Realização de 03 Seminários de sensibilização, mobilização e articulação; 01 Audiência Pública; 03 Seminários para Avaliação de impacto, desempenho e resultados da implantação de políticas de combate a violência contra a mulher e 20 Oficinas Municipais. Criação do Conselho de Gestão da Delegacia Territorial Especializada de Proteção à Mulher; Realizar curso de capacitação (360 h) com profissionais das áreas de Segurança Pública, Saúde, Educação, Assistência Social, Justiça e demais áreas da rede de atendimento público às mulheres e representantes da sociedade civil organizada em Direitos Humanos, Violência contra as mulheres, Raça e Etnia; Aumentar a prevenção e reduzir, coibir e combater a violência contra a mulher nos 03 primeiros anos, sendo que se deseja diminuir o percentual da violência institucional para zero.
Cronograma:	2011/2012
Estratégias:	Fazer seminários municipais e territoriais para sensibilização/ mobilização dos poderes públicos, movimentos sociais e da sociedade em geral, principalmente das mulheres; Realizar pacto intermunicipal para a criação de sistema de proteção a mulher (incluindo formação de profissionais, campanhas, criação de secretarias/departamentos, conselhos da mulher; escolher município polo, criar conselhos; criação da delegacia e casa abrigo;
Arranjos Institucionais:	Prefeituras, conselhos de segurança pública e movimentos sociais Indicadores de Resultados e de Impacto: Mobilização dos participantes.

Indicadores de Resultado e Impacto:	<p>Lista de Presença</p> <p>Relatório dos Seminários e oficinas;</p> <p>Registro visual;</p> <p>Número de profissionais capacitados no Território e por Município;</p> <p>Aumento da notificação e registro dos dados de violência contra a mulher no Território de Irecê.</p> <p>Redução da impunidade da violência contra a mulher;</p>
Gestão:	<p>GT Política para Mulheres</p> <p>A construção e aparelhamento será de responsabilidade do Município de Irecê, porém a gestão será articulada com por um Conselho Territorial composto de representantes do poder público e da sociedade civil organizada dos municipais do Território;</p>
Eixo:	Quilombolas
Programa:	Apoio a Comunidades Tradicionais
Projeto:	Diagnóstico Quilombola do Território de Irecê
Diagnóstico Setorial:	Em nível do território de Irecê não se dispõem de informações sistematizadas da forma como estão organizadas ou distribuídas as comunidades remanescentes de quilombos, número de famílias, a cultura, a história, demandas sociais, reconhecimento, titulação, enfim, é necessário conhecer profundamente este segmento social para propor os projetos de apoio às atividades que desenvolvem.
Localização:	Todo Território de Irecê.
Público Beneficiário:	Quilombolas de todo território de Irecê
Justificativa:	O atendimento ao pleito dos quilombolas em nível de território de Irecê deve ser precedido de um diagnóstico que aponte todo processo histórico pelo qual estas comunidades têm transitado ao longo dos anos, suas origens, seus costumes, suas potencialidades. Qualquer ação que se desenvolva de forma unilateral ou sem a leitura mais apurada da realidade destas comunidades pode se transformar em um grande equívoco ou agressão a toda cultura de um povo.
Objetivos:	Diagnosticar junto aos quilombolas um conjunto de informações que possibilite uma melhor compreensão de como atua este segmento em nível de território;
Metas:	Diagnóstico Quilombola do território de Irecê.
Cronograma:	2011
Estratégias:	Estabelecer contato com todos os segmentos sociais que desenvolvem atividades nesta área, visando uma ação unificada para o apoio a este segmento social.
Arranjos Institucionais:	Território da Cidadania, Prefeituras municipais, Secretarias Municipais, Fundação Palmares; SEPROMI, Universidades
Indicadores de Resultado e Impacto:	<p>Ter diagnosticada a situação das comunidades quilombolas;</p> <p>Ter informações para um plano de desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas;</p>
Gestão:	Fórum dos quilombolas em nível territorial com o apoio do território da cidadania e outros parceiros comprometidos com a causa.
Custos:	R\$ 60.000,00

Considerações Finais

O PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território de Identidade de Irecê-BA foi construído coletivamente e expressa a visão dos atores sociais envolvidos na perspectiva da abordagem territorial do desenvolvimento sobre a realidade e o futuro que querem alcançar. Para a concepção deste documento foi levado em consideração os saberes da população e a qualidade técnica e política de todos os órgãos, entidades e sujeitos envolvidos no processo de formulação e elaboração. Dessa forma, a contribuição dos integrantes em cada um dos eventos ocorridos foi importantíssima para se ter os elementos deste plano.

Esta é a segunda versão que se tem do PTDRS, com algumas atualizações do formato apresentado em 2006. A construção participativa do PTDRS, frente à diversidade de posições políticas, tem contribuído de forma decisiva a tornar visível a abordagem territorial do desenvolvimento sustentável para o povo do território.

Comungando com a idéia de que a ação de diagnosticar para planejar pode ocorrer de maneira continua, é possível observar alguns aspectos que merecem atenção especial no sentido de complementar o que já foi levantado, possibilitando, assim, que os programas e projetos territoriais possam agregar de maneira mais integral o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Concluída esta etapa, o Colegiado Territorial deverá processualmente investir na qualificação e implementação deste plano, envolvendo cada vez mais a participação dos seguimentos já trabalhados, como de outros que ainda não estão inseridos diretamente nas discussões territoriais, a exemplo da juventude, direitos da criança e do adolescente, comunidades ribeirinhas, entre outros.

Dessa forma, ficam aqui os agradecimentos a todos e todas que colaboraram para a configuração desta proposta, que de forma endógena trouxe à tona as nossas perspectivas para construir e consolidar um Território de Identidade sustentável e solidário.

Referências

Bahia. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos. **Censo Demográfico 2000 - Microdados da Amostra – 2000.** Disponível em www.sei.gov.br

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Potiguar de Desenvolvimento Social. **Estudo Propositivo do Território Irecê.** Brasília: MDA/SDT. Agosto, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Orientações Gerais para a Constituição e Gestão das Institucionalidades Territoriais.** Brasília: MDA / GOC, Junho 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para um Programa Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: MDA / CONDRAF. Junho, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Território Irecê.** Bahia: SDT, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra Territorial 2006 – 2011 - Território Irecê.** Bahia: 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais.** Brasília: MDA/SDT. Novembro, 2005.

Companhia de Desenvolvimento E Ação Regional. **Irecê: Perfil Regional: Programação de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).** Salvador: CAR, 2002.

FAVARETO, Arilson. **Os arranjos institucionais de implementação das iniciativas locais para o desenvolvimento territorial** (Nota elaborada para a Oficina de capacitação em Desenvolvimento Territorial Fase III – Indicadores de Monitoramento e Avaliação), SDT. Brasília: 2005.

FILHO, João Alves (Org.). **Transposição do Rio São Francisco.** Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2008;

IBGE. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em www.ibge.gov.br

RIBEIRO, Manoel Bonfim. **A potencialidade do Semi-Árido Brasileiro.** Rio de Janeiro: publicação independente, 2007

ROCHA, Alyson S.; COUTO, Vítor A. **Reveses à Questão Territorial na Região de Irecê, Bahia.** UFBA. Salvador: 2006 (versão digital).

Realização

Secretaria de
Desenvolvimento
Territorial

Ministério do
Desenvolvimento
Agrário

